



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARCELO DO NASCIMENTO ROSA

**A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA NA COMUNIDADE RIBEIRÃO
EM CATALÃO (GO)**

CATALÃO (GO)
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Marcelo do Nascimento Rosa

3. Título do trabalho

A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA NA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **José Henrique Rodrigues Stacciarini, Professor do Magistério Superior**, em 04/02/2021, às 01:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DO NASCIMENTO ROSA, Discente**, em 04/02/2021, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1817684** e o código CRC **639AA4F6**.

MARCELO NASCIMENTO ROSA

**A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA NA COMUNIDADE RIBEIRÃO
EM CATALÃO (GO)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarini.

CATALÃO (GO)
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

do Nascimento Rosa, Marcelo
A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA NA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO) [manuscrito] / Marcelo do Nascimento Rosa. - 2016.
cxl, 140 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarini.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2016.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, gráfico, tabelas, algoritmos, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Campesinato. 2. Estratégias de reprodução social. 3. (Re)existências. I. Rodrigues Stacciarini, José Henrique, orient. II. Título.

CDU 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário - Catalão (GO) CEP - 75704 020
Fone/fax: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE

Marcelo do Nascimento Rosa

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis (04/07/2016), às 15h (quinze horas), no Auditório Congadas, Regional Catalão/UFPA, teve lugar a 113ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Marcelo do Nascimento Rosa**, CPF 001.317.701-01, intitulada "**AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA NA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)**". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 017/2016 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFPA, pelos Professores: Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarini (Orientador Geografia - RC/UFPA e Presidente), Prof. Dr. Gilmar Alves de Avelar (Geografia - RC/UFPA - Membro Externo), Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFPA- Membro Interno). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o mestrando respondido satisfatoriamente. Às 18 horas e 40 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarini – Ass. [assinatura]
Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Gilmar Alves de Avelar – Ass. [assinatura]
Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - Ass. [assinatura]
Aprovado (X) Reprovado ()

Obs.:

ACATAR POSSÍVEIS MUDANÇAS E MUDAR TÍTULO PARA "A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA NA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO)."

Presidente da Banca – Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarini - Ass. [assinatura]

Resultado final: APROVADO (X) REPROVADO ()

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFPA.

Assinatura do Mestrando: [assinatura]

Secretária [assinatura] **Priscila Querino de Lima**
Secretária do Programa de Pós-Graduação
em Geografia Regional Catalão / UFPA

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar o trabalho de até 45 dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFPA.

Aos meus pais,

Emília do Nascimento Rosa e José Rosa Filho que fizeram o melhor por mim, que se dedicaram para me educar e que sempre acreditaram no meu potencial.

Aos meus irmãos, Rodrigo, Fernando e Daiane.

Aos meus filhos, Kauã e Alice, fonte motivadora do meu retorno aos estudos.

Aos camponeses e camponesas, que me oportunizaram a aprender e a apreender novos conhecimentos e que a luta pela/na terra é cotidiana e regada de *(Re)Existências*.

AGRADECIMENTOS

A jornada foi longa, começou em 2009 quando resolvi voltar a estudar e adentrar a Universidade, porém, pensando apenas em ter um curso superior. No decorrer da graduação o gosto pela vida acadêmica e pela pesquisa foi se formando, até que o desejo e a vontade de continuar estudando, pesquisando e de ser um educador virou objetivo. Assim, surge o interesse de inserção no Mestrado, um desafio a ser enfrentado e que era preciso.

A Dissertação é resultado de uma longa caminhada, que como todo caminho apresenta obstáculos, percursos com belas paisagens e estradas perfeitas, mais também com estradas escuras e lameadas e com muitos imprevistos, até chegar ao destino final onde se encontra a calmaria.

Contudo, para percorrer esse caminho e concluir o objetivo almejado, pude contar com muitos estímulos, auxílios e empurrões que tiveram um peso muito grande, que não me deixaram desistir durante a caminhada. Assim sendo, por admitir que esta pesquisa é fruto de um esforço coletivo é necessário agradecer.

Agradeço à Universidade Federal de Goiás, que possibilita milhares de jovens e adultos, trabalhadores e trabalhadoras cursar um ensino gratuito de qualidade.

Os camponeses (as) da Comunidade Ribeirão, município de Catalão (GO), que gentilmente me receberam em suas casas e que contribuíram para o meu crescimento, assim possibilitando a construção desta pesquisa.

Ao professor e Orientador Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarini, que aceitou com paciência e compreensão o desafio de me orientar, contribuindo com seus conhecimentos e ensinamentos, me proporcionando a vivência acadêmica, e não permitindo que eu desistisse nos momentos mais difíceis, e que foi fundamental na minha transformação enquanto cidadão melhor.

Aos professores Gilmar Alves de Avelar e Marcelo Rodrigues Mendonça, por aceitarem compor a Banca de Avaliação e pela importante contribuição durante o processo de construção da pesquisa.

A todos do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM) pelos debates acadêmicos, pelas conversas as vezes nem tanto acadêmica e pela amizade que ao longo desses anos construímos. Em especial, Paulo Cesar Pereira Matos, Edson Benedito Santana, Janãine Lino Pimentel Carneiro.

Aos colegas de mestrado (turma 2014) por compartilharem momentos de reflexões, debates e também de descontração ao longo dessa jornada, tornando-a mais leve. Em especial,

Bruno Lourenço Siqueira, Vitor Mendes de Paula, Luiz Carlos Santos e Marcos Antônio Marcelino.

A Aline Cristina Nascimento pela cumplicidade, pelo apoio e pelo carinho que me fortaleceu em dias de fraqueza, sem seu apoio e dedicação e seus empurrões talvez não estivesse aqui.

Ao professor Gilmar Alves de Avelar, que se tornou um amigo, um mestre e um companheiro, pelas muitas conversas regadas de reflexão e pelo apoio incondicional e que por muitas vezes me reanimou a terminar essa pesquisa.

A minha mãe Emidia do Ferreira Nascimento, que nunca desistiu de ver um filho formado e me incentivou a voltar a estudar após 08 anos fora de uma sala de aula, ao meu pai José Rosa Filho que me ensinou os valores da vida, aos meus filhos Kauã Gonçalves Nascimento e Alice Gonçalves Nascimento, pois são neles que busco força para lutar e acreditar em um mundo melhor.

A todos os professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, que desempenharam um papel fundamental na construção de uma base de conhecimento teórico-conceitual da Ciência Geográfica, e também aos técnicos administrativos que nos suportaram com as nossas dúvidas e problemas durante esses anos.

Aos familiares e amigos que apoiaram e incentivaram direta e indiretamente a continuar estudando, mesmo que isso denotaria uma ausência necessária.

Aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados que fazem parte desse processo de construção mesmo que indiretamente, com conversas no corredor, com o cafezinho, com um simples bom dia, que nos motiva a continuar.

Ao Ubirajara Nunes Oliveira, pelo apoio e elaboração dos mapas, me socorrendo na reta final.

A Branca, pela revisão da língua portuguesa, pela paciência e troca de conhecimento e pela acolhida carregada de carinho.

A todos e todas, meu muito abrigado.

EPÍGRAFE

O peculiar das margens é que sempre são produto e reflexo de algo outro que quase sempre remete ao ao centro, o qual se nega, paradoxalmente, a reconhecer sua imagem neste espelho [...]

É por isso que a resposta analítica mais comum se resume em geral em fazer um corte contundente entre a norma e a margem, entre centro e periferia, entre o capital e o resto. A questão camponesa entra neste jogo, posto que justamente apresenta de entrada todos os aspectos da não modernidade [...]

A questão camponesa pode ser o ponto de partida para uma reflexão sobre o funcionamento de toda ordem social [...] porque está na margem [...] e a margem, quando já não se considera como um apêndice ou um dejetivo, aparece como o que é [...] um momento da reprodução de uma ordem geral.

RESUMO

O objetivo do nosso esforço analítico nesta pesquisa incide na compreensão das estratégias de reprodução social tecidas pelos camponeses no seu espaço de vivência, de existência, enfim, o seu modo de ser e de viver no campo. É esta questão que norteia a presente pesquisa, cujo recorte geográfico é a Comunidade Ribeirão, no Município de Catalão (GO) e que se (re)constroem cotidianamente numa rede de relações internas e externas à unidade de produção e, sobretudo, a combinação simbiótica que estabelecem entre terra, trabalho e família. As estratégias desenvolvidas pelos camponeses e seus núcleos familiares pressupõem o controle de fração do território, portanto, fazem do espaço apropriado pelos camponeses uma fração camponesa do território. A existência de camponeses que experimentam na prática ações para promoverem a sua permanência na terra evidencia as diferentes formas de uso da terra. Em outras palavras, o processo de reprodução camponesa não pressupõe contiguidade geográfica, mas um arranjo feito mosaico, em que ambas as formas de produzir no campo se combinam. Como são portadoras de lógicas distintas, o modo como ambas ordenam o espaço também é destoante, o que não demanda muito esforço para se averiguar quando se pretende identificá-las. E a ordenação territorial camponesa assegurada primeira e principalmente pela autonomia com as condições materiais e sociais de reprodução. A pesquisa foi desenvolvida metodologicamente seguindo as seguintes etapas, construídas concomitantemente: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; c) e pesquisa de campo, com o intuito de melhor compreender os objetivos propostos. A importância da pesquisa, no âmbito da Geografia, é que ela visa satisfazer a necessidade de se compreender as estratégias de reprodução camponesa a partir do processo de modernização da agricultura que ocorreu no território goiano nas últimas décadas. Os diferentes elementos que configuram a realidade constantemente se constroem e reconstroem em diferentes tempos e espaços geográficos, formando novos territórios e territorialidades, contribuindo para a permanência de territórios já constituídos, possibilitando a reterritorialização dos sujeitos. Isso, para a Geografia e para os geógrafos, constitui um importante desafio na compreensão da realidade complexa e contraditória na qual constantemente são modificados espaços, territórios, regiões, lugares, paisagens e os sujeitos que neles atuam.

Palavras Chave: Campesinato, Estratégias de reprodução social, Território, *(Re)Existência*.

ABSTRACT

The objective of our analytical effort in this research focuses on understanding the strategies of social reproduction built by peasants in their living space, existence, in short, their way of being and living in the countryside. That is the question that guides the present research, which geographical cut-out is the Ribeirão Community, in the Municipality of Catalão (GO), both are (re)built daily in a network of internal and external relations to the unit of production and, above all, the symbiotic combination they establish between land, work and family. The strategies developed by the peasants and their families presuppose the control of a fraction of the territory, therefore, making the space that is occupied by the peasants a peasant fraction of the territory. The existence of peasants who experiment, in a practical way, actions to promote their permanence on the land highlights the different forms of land use. In other words, the process of peasant reproduction does not presuppose geographical contiguity, but an arrangement made of mosaic, in which both forms of production in the countryside are combined. Since they are carriers of different logics, the way they both organize space is also disheartening, which does not require much effort to find out when they are to be identified. And peasant territorial ordering is assured first and foremost by autonomy with the material and social conditions of reproduction. The research was developed methodologically following the steps, built concomitantly: a) theoretical research; b) documentary research; c) field research, in order to better understand the given objectives. The importance of research, within the scope of Geography, is that it aims to satisfy the need for understanding the strategies of peasant reproduction, from the process of modernization of agriculture that occurs in Goiás territory in the recent decades. The different elements that set up reality are constantly being built and reconstructed in different times and geographical spaces, making new territories and territorialities, contributing to the permanence of already constituted territories, enabling the reterritorialization of subjects. This, for Geography and for geographers, constitutes an important challenge on understanding the complex and contradictory reality in which spaces, territories, regions, places, landscapes and the subjects that act in them are constantly modified.

Keywords: Peasant, Social reproduction strategies, Territory, (Re)Existence.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Moradia de uma das famílias da Comunidade Ribeirão (o ribeirão está localizado nas veredas ao fundo).....	79
Foto 2: Centro Comunitário da Comunidade Ribeirão/Catalão (GO).	83
Foto 3: Núcleo comunitário da Comunidade Ribeirão/Catalão (GO), com a quadra.	83
Foto 4: Mutirão para produção de silagem na Comunidade Ribeirão/Catalão (GO).....	94
Foto 5: Socialização e churrasco após o mutirão para a produção de silagem.	94
Foto 6: Unidade camponesa localizada na Comunidade Camponesa/Catalão (GO).	96
Foto 7: Fazenda empresa, abatedouro de frango localizado na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).....	97
Foto 8: Fábrica de cerveja localizada na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).	97
Foto 9: Chácara de lazer na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).	98
Foto 10: Salão de festas localizado na Comunidade Ribeirão/Catalão (GO).	98
Foto 11: Consórcio de hortaliça, pastagem e cerrado.	99
Foto 12: Consórcio de hortaliça, abóbora, cana, bananeira, pastagem e Cerrado ao fundo. .	100
Foto 13: Camponês na Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão (GO): tratando do gado leiteiro e de corte.	104
Foto 14: Camponês na Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão (GO) ordenhando o gado leiteiro.	104
Foto 15: Camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO) produzindo doce de leite.	106
Foto 16: Doces produzidos pela camponesa na Comunidade Ribeirão/Catalão (GO).	107
Foto 17: Camponesa produzindo farinha de mandioca na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).....	107
Foto 18: Banca de Produtos na Feira Camponesa no bairro Ipanema/Catalão (GO).....	108
Foto 19: Camponesa alimentando os porcos na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO). ...	109
Foto 20: Jovem camponês construindo os canteiros para plantio de hortaliças na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).....	109
Foto 21: Jovem casal camponês fazendo o plantio de hortaliça na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).....	110

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma estrutura da pesquisa.....	71
Figura 2: Representação das Comunidades Ribeirão, Samambaia e Sucupira, a partir do olhar camponês.	87
Figura 3: Esquema.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: tamanho das propriedades dos entrevistados/as.....	84
Gráfico 2: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: tipo de produção agrícola. ...	85
Gráfico 3: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: tipo de produção de animais.	85
Gráfico 4: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: meios de comercialização....	86
Gráfico 5: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: formas de posse da terra por número de camponeses entrevistados.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População urbana e rural de Catalão (GO) de 1960 – 2010.....	45
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Carta Imagem Localização da Comunidade Ribeirão. Município de Catalão (GO). 19	
Mapa 2: Territorialização Camponesa e do agronegócio no município de Catalão (GO).....	39
Mapa 3: Mapa das Comunidades Camponesas do Município de Catalão (GO) – 2016.	48
Mapa 4: Localização da Comunidade Ribeirão. Município de Catalão (GO).....	73
Mapa 5: Carta Hipsométrica da Comunidade Ribeirão. Município de Catalão (GO).....	75
Mapa 6: Carta tipos de solo da Comunidade Ribeirão. Município de Catalão (GO).	76
Mapa 7: Carta uso e ocupação do solo da Comunidade Ribeirão. Município de Catalão (GO).	78

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS.

CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
COACAL	Cooperativa Agropecuária de Catalão LTDA
EUA	Estados Unidos da América
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
FAEG	Federação dos Agricultores do Estado de Goiás
FBC	Fundação Brasil Central
GETeM	Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCP	Movimento Camponês Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCI	Programa Integrado do Cerrado
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
RC	Regional Catalão
SEGPLAN	Secretaria de Gestão e Planejamento
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
UFG	Universidade Federal de Goiás
%	Porcentagem

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
2 A MODERNIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO GOIANO: RECONHECENDO O PROBLEMA DA PESQUISA.....	23
2.1 O processo de modernização do agronegócio no território goiano.	24
2.2 A transformação socioespacial do município de Catalão (GO): uma nova lógica rege o campo e a cidade.	37
3 A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CAPITALISMO: ENCONTROS E DESENCONTROS	51
3.1 A reprodução camponesa na lógica capitalista.....	51
3.2 Camponeses – sujeitos históricos: contradição no modo capitalista de produção.....	54
3.3 Terra como condicionante da unidade de produção familiar camponesa.....	59
4 OS CAMPONESES DO SÉCULO XXI: COMUNIDADE RIBEIRÃO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)	66
4.1 Territórios camponeses: os sujeitos da pesquisa.....	67
5 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA: A COMUNIDADE RIBEIRÃO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO) COMO LÓCUS DA PESQUISA	90
5.1 Sociabilidade Camponesa na Comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO).....	93
5.2 Territorialidades: os diferentes usos da terra na Comunidade Ribeirão	95
5.3 Rentabilidade: as estratégias de reprodução social camponesa	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

As profundas transformações atreladas à expansão das relações capitalistas no campo têm provocado, nas últimas décadas, diversas interpretações divergentes umas das outras acerca do papel e do destino da classe camponesa. Mas, um fato pode ser constatado pragmaticamente e, por isso mesmo, é indiscutível: que o desenvolvimento capitalista não provocou o desaparecimento do campesinato e, sim, sua recriação. Nesse sentido, para se compreender as estratégias de reprodução social tecidas pelos camponeses é necessário adentrar no seu espaço de vivência, de existência, enfim, em sua vida no campo; é preciso conhecer suas redes de relações internas e externas à unidade de produção e, sobretudo, a combinação simbiótica que estabelecem entre terra, trabalho e família.

As estratégias, compostas por mudanças e permanências ao longo do tempo, são parte de um projeto histórico do campesinato que procura na terra muito mais que renda; procura um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários, o que lhe permite se colocar no mundo de forma completamente diversa daquelas que vivenciam a alienação do trabalho. Porém, não se trata de uma autonomia absoluta, que tampouco sugere a independência a fatores externos, já que os camponeses afetam e são afetados pelas condições circundantes. Antes, deve-se pensar numa autonomia que se manifesta na maneira como os camponeses, agregados em unidades familiares e comunitárias, controlam seu tempo e seu espaço, na maioria das vezes, de forma contrastante com a lógica dominante.

Dessa forma, o conceito camponês, expressão política do lugar comum dos sujeitos na estruturação de classes, se manifesta na ordenação das parcelas do território sob seu controle. Como classe da sociedade capitalista, sua singularidade se manifesta na experiência de produção e reprodução, que se baseia no próprio controle do trabalho e dos meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre sejam as melhores. Na reprodução social do campesinato um dos maiores problemas enfrentados é a apropriação da terra, sinônimo de conflitos.

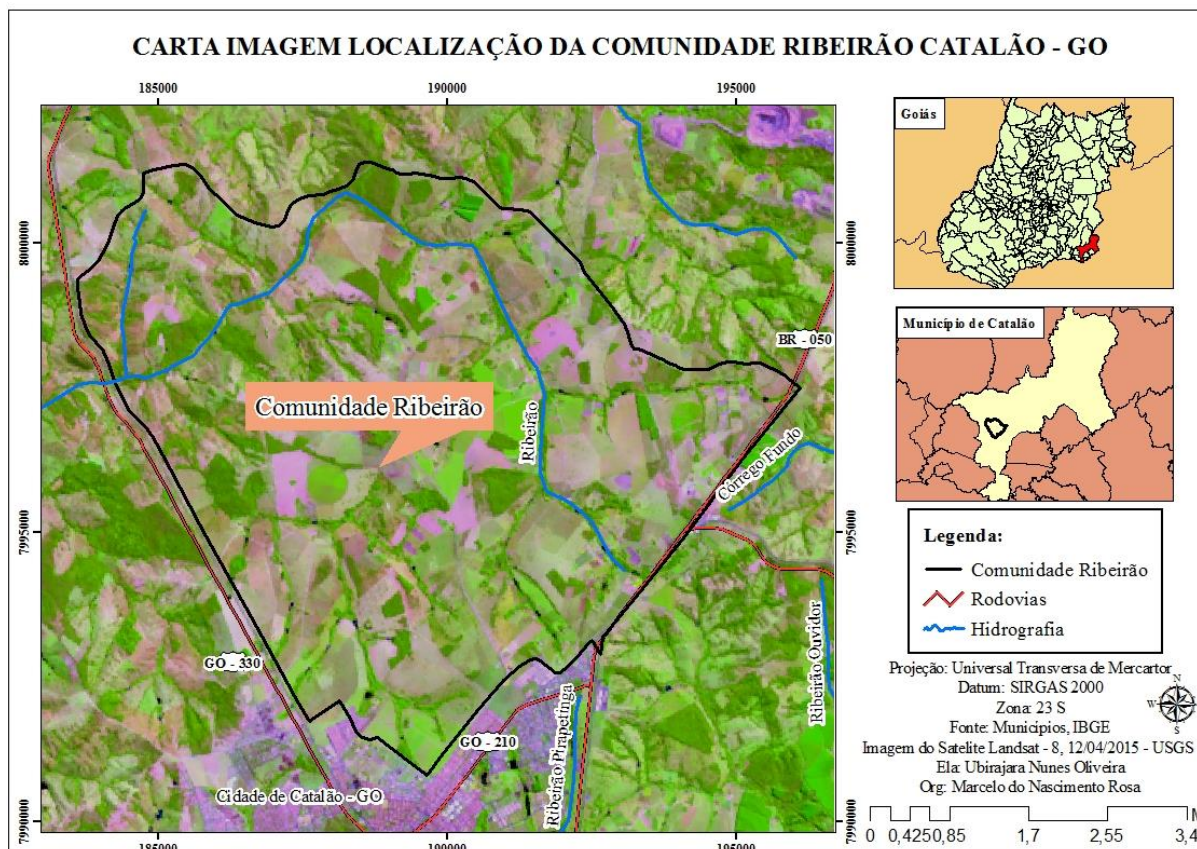
Em Goiás, as transformações recentes no território foram incentivadas pela presença marcante do Estado, por meio das políticas públicas e da iniciativa privada que promoveram a modernização do campo a partir do ideário desenvolvimentista. No meio rural

do município de Catalão (GO), este processo está interligado a novos paradigmas do modo de ser e de viver na terra. O desenvolvimento rural passa a ser apresentado como objetivo a ser alcançado pelas Comunidades Camponesas, a partir da aplicação de um conjunto de políticas públicas e esforços de modernização dos territórios. É uma forma de gestão do território, portanto, de controle social, impõe-se normas para alcançar o desenvolvimento desejado pela sociedade.

Todavia, esse desenvolvimento não aconteceu de forma homogênea, mesmo porque as ações foram desenvolvidas em Comunidades Rurais com construções sócio-culturais não idênticas, qual seja, a reorganização espacial pela qual o território goiano passou nas últimas décadas, expulsando milhares de camponeses de suas terras, muitos camponeses, como os da Comunidade Ribeirão em Catalão (GO), permanecem, contrapondo-se mas também se adequando, conforme seus interesses, ao desenvolvimento.

Para Paulino (2006) a autonomia em experimentar diversas estratégias pressupõe o controle de fração do território, no caso desde estudo chamado de território camponês. E como essa fração do território é entendida como parte de um todo, qual seja o território capitalista, ela é integrante dessa ordem dominante. E, dessa forma, a construção (sob diferentes estratégias) do território define-se nos embates e confrontos entre as classes. É por essa razão que a colocação em prática das estratégias camponesas envolve conflitos.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender as estratégias tecidas pelos camponeses para permanecerem na terra, especificamente, a partir da análise da Comunidade Camponesa Ribeirão, que está situada no município de Catalão (GO), na zona rural, distando entre 10 km e 30 km da sede do município (Mapa 1). Contudo, busca-se uma leitura territorial da existência dos camponeses na lógica capitalista de produção, compreendida a partir de uma perspectiva relacional do espaço e considerando-se sua dimensão política.



A causa da escolha desta Comunidade para intermediar a discussão é que o pesquisador já a havia conhecido no ano de 2012 e tido contato com os sujeitos que a compõem, bem como com suas lutas de resistência na terra. Primeiramente, é possível perceber que esta se diferencia das demais Comunidades Camponesas do município de Catalão (GO) pelo modo como os camponeses combinam estratégias que efetivam a permanência na terra, o que faz com que este território tenha suas singularidades. Uma característica é a flexibilização nas relações de trabalho e de produção e o fato de que a ajuda mútua, a vizinhança e a solidariedade (tão enfatizada quando se trata de Comunidades Camponesas) se mesclam com outros interesses de indivíduos; outra característica importante é a disputa com a especulação imobiliária e com as mineradoras.

O interesse pelo tema surge no decorrer da graduação de Geografia, na Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC), quando, em discussões no Núcleo de Estudo Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM), ficaram explícitas as contradições e os conflitos pela terra, bem como a resistência dos camponeses. Como membro do GETeM, pude me dedicar aos estudos e ao desenvolvimento das pesquisas do Grupo, o que possibilitou a participação em simpósios, trabalhos de campo, publicações, além do contato

com diferentes pesquisadores e do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *A Resistência Camponesa na Comunidade Ribeirão, Município de Catalão (GO)* defendido no início de 2014.

A importância da pesquisa, no âmbito da Geografia, é que visa satisfazer a necessidade de se compreender as estratégias de reprodução camponesa a partir do processo de modernização da agricultura que ocorreu no território goiano nas últimas décadas, tendo a Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão (GO) como recorte espacial.

Na comunidade em questão, são evidentes as estratégias tecidas pelos camponeses para permanecer na terra não tem como motivação apenas a manutenção do passado, numa atitude arcaica ou romantizada, em prol de um espaço *atrasado*, e, sim, procuram sedimentar conhecimentos adquiridos nos itinerários da vida, em defesa da sua identidade e dos seus valores culturais. As estratégias de reprodução social desses camponeses não os “engessam” ou “congelam” nem os despersonaliza e, sim, abrem novas oportunidades e perspectivas de vida. O caminho metodológico da pesquisa foi constituído pelos seguintes passos: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; c) pesquisa de campo (entrevistas); d) organização, sistematização e análise das informações para redação final da pesquisa.

Em um estudo como este, a utilização do referencial teórico é um processo, porque ocorre no começo da pesquisa e continua no seu decorrer, quando podem ser incorporadas outras obras publicadas sobre o tema proposto diferentes das inicialmente escolhidas, conforme a necessidade. Luna (2005) ressalta que o estabelecimento do referencial, em geral, tem o objetivo de circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de teorias, ideias e conceitos, que pode explicá-lo. A estruturação teórico-conceitual de uma pesquisa é importante para situar a análise e orientar a ação do pesquisador.

A pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos ou qualquer outro registro escrito que possa ser usado como fonte de conhecimento. No que diz respeito à Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão (GO) foram obtidas informações em documentos dos agentes de saúde e em dissertações e monografias sobre o lugar. As informações de caráter geral de fontes documentais foram obtidas em consultas feitas em instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), a Secretaria de Agricultura e de Saúde do Município. Além disso, também foram efetuadas pesquisas nos sites do Movimento Camponês Popular (MCP), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), além do site da Prefeitura Municipal de Catalão (GO).

A fase em que o pesquisador estabelece relação direta com os sujeitos e o levantamento de informações no lugar onde os fenômenos ocorrem é a pesquisa de campo. A pesquisa de campo tem por objetivo obter diretamente informações e/ou conhecimentos sobre o tema e possíveis respostas para os problemas levantados. Brandão (2007) ressalta que a pesquisa de campo é uma vivência, é o estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento e de aprendizado constante. Permite pensar, interagir, participar das relações sociais, observar, aprender e, assim, pode ir estabelecendo os caminhos a serem percorridos, por exemplo, fazer um roteiro de entrevistas conforme os objetivos pretendidos pela pesquisa.

As entrevistas realizadas possibilitaram que os sujeitos da pesquisa, os camponeses da Comunidade Ribeirão, fornecessem informações para a compreensão das estratégias de sua reprodução social, ou seja, de sua permanência na terra. Para Thompson (1992, p. 22), “[...] a utilização de entrevistas como fonte vem de muito longe e é perfeitamente compatível com os padrões acadêmicos”. As entrevistas permitem que o entrevistador tenha uma compreensão de como a realidade é percebida e vivenciada pelo entrevistado ao mesmo tempo em que possibilitam novas descobertas através da interação entre pesquisador e pesquisados.

Para essa pesquisa, foram redigidos roteiros de entrevistas semiestruturados, constituídos de perguntas abertas e fechadas. Foram entrevistadas 22 famílias camponesas, de um universo total de 220 que compõem a Comunidade. As informações coletadas nos trabalhos de campo, através das entrevistas (com camponeses da Comunidade Ribeirão), foram analisadas e interpretadas de forma quantitativa e qualitativa. A interpretação dos dados foi realizada a partir do arcabouço teórico que fundamenta a pesquisa. Realizadas essas etapas da investigação, as informações e dados coletados foram organizados, sistematizados e analisados para a redação final, para a apresentação dos resultados da pesquisa na Comunidade Camponesa Ribeirão, do município de Catalão (GO), para a universidade e para a sociedade em geral.

Esta dissertação encontra-se organizada em seis seções, das quais a primeira é a Introdução e a última são as Considerações Finais. Na segunda seção, intitulada *A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO: reconhecendo o problema da pesquisa*, busca compreender as transformações ocorridas na relação cidade-campo e no modo de ser e de viver dos camponeses a partir da inserção do território goiano na lógica capitalista. A terceira seção, intitulada *A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CAPITALISMO: encontros e desencontros*, teve como objetivo refletir sobre a reprodução social dos camponeses como lógica contraditória no modo capitalista de produção, bem como sobre a reorganização espacial do território goiano e o processo de modernização e suas consequências para o campesinato. A quarta seção,

intitulada *OS CAMPONESES DO SÉCULO XXI: Comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO)* visa apresentar o modo de ser e de viver camponês na Comunidade Camponesa Ribeirão, descrevendo-a como território camponês. E, na quinta seção, intitulada *AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO) como locus da pesquisa*, busca-se evidenciar as ações e arranjos que os camponeses tecem para permanecer na terra, ora contrapondo-se, ora se adequando à lógica desenvolvimentista proposta no processo de modernização do território goiano.

2 A MODERNIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO TERRITÓRIO GOIANO: reconhecendo o problema da pesquisa.

No início, as trevas, o improvável povoava os corações, de repente, uma faísca, um lampejo, alguém teve a ideia de mudar as coisas de lugar, e a cada nova ideia, novas cores riscavam os céus da apatia. E assim se fez a luz

(LUIZ FAFAU)

Ao se propor uma abordagem sobre os camponeses a partir de um recorte geográfico, a Comunidade Camponesa Ribeirão, entende-se que essa análise não pode prescindir de considerações acerca dos projetos de gestão do território definidos em escala estadual e nacional.

Mendonça (2004) ensina que “a apropriação dos territórios implica em uma matriz espacial que assegura a materialização das formas de (re)produção vigentes. Dessa forma, a inserção do Cerrado Goiano na lógica da reprodução do capital industrial-financeiro provoca mudanças significativas nos sujeitos e nas paisagens, até porque “o espaço expressa a forma de organização da sociedade, evidenciando relações de poder e relações ideológicas” (MENDONÇA, 2004, p. 43). Contudo, a dinâmica do capital e sua materialização fracionada no território não homogeniza sujeitos e nem as paisagens, mas os condicionam a estarem sempre em movimento, num constante conflito de permanências e mudanças.

As políticas públicas implantadas em Goiás, desde o início do processo de modernização não viabilizou a autonomia e a reprodução social dos camponeses. Elas nunca significaram a garantia de preço mínimo para os produtos e subprodutos ou a garantia de financiamentos e assistência técnica subsidiada para os camponeses, ou mesmo o questionamento da concentração de terra a partir da expulsão dos que tinham/têm a terra como instrumentos de trabalho.

Mas a denominada modernização das práticas sociais de vida induzida pelas políticas públicas e pelos meios de comunicação de massa seja a nível do consumo e comportamentos das famílias, seja na matriz tecnológica adotada pelos camponeses, inseriu essas famílias camponesas em mercados e em contextos culturais para os quais a sua capacidade produtiva e, portanto, a sua possibilidade de geração de renda, assim como a sua subjetividade,

estavam inteiramente despreparadas, fazendo desses sujeitos contraditória e simultaneamente tradicionais e modernos, ora repelindo, ora aderindo ao imperativos do processo de modernização.

Não há espanto nesta constatação, pois trata-se da lógica dialética de quem eventualmente acumula riqueza, modifica hábitos de consumo, tecniciza suas atividades, mas mantém sua pertença camponesa, ou seja, sua reprodução sob a tríade terra, trabalho e família.

2.1 O processo de modernização do agronegócio no território goiano.

Rodrigues (2014) retrata que o Município de Catalão, desde a fundação, no século XVIII, da cidade sede, que dá nome ao município, passou por diversos reordenamentos espaciais, conforme as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas que ocorreram na formação do território goiano e na do brasileiro. Neste processo, os camponeses vão se recriando em suas relações sociais e permanecem *(Re)Existindo* na secular luta pela posse da terra, mesmo que, a cada dia, mais subordinados aos imperativos do modo capitalista de produção.

Para entender o camponês como ser social integrante da sociedade regida pelo modo capitalista de produção e que a ele se subordina pela renda da terra, mas que apresenta singularidades, como a busca pela autonomia, é necessário revisitar a história da modernização do território goiano, que produziu territórios híbridos, parte sob a hegemonia do capital, parte sob a hegemonia camponesa.

A produção do território goiano está ligada intimamente à dinâmica nacional e internacional, o que significa que ele foi alvo da ação de diferentes sujeitos, como as grandes empresas capitalistas, e o Estado, por meio de suas políticas públicas. As transformações trazem sempre consigo a ideia de que vão promover modernização e desenvolvimento, o que deixa claro, então, que há coisas antigas que precisam ser ultrapassadas e que não há progresso social.

Quanto à formação do Estado de Goiás, pode-se dizer que ela foi fortemente influenciada pelas “várias” *marchas para o oeste*: as bandeiras e a extração de ouro e pedras preciosas, a agropecuária mineira, a estrada de ferro e a Marcha para o Oeste desenvolvimentista de Vargas, à qual se seguiram fatos como a construção de Brasília. Goiás,

num contexto nacional, simbolizava o atraso¹ e, por isso, a necessidade de se integrá-lo a outras regiões do país para que pudesse se modernizar e desenvolver, como assinalado por Chaul (2001).

Ao lado da necessidade desse progresso econômico e social, tem-se a necessidade do progresso político. O seu contrário, a noção de atraso político, tem como parâmetro a modernidade advinda do “Século das Luzes”², movimento que implicou, do ponto de vista ideológico, na aplicação da racionalidade (científica) na administração pública, na divisão dos poderes e em um governo representativo no âmbito mundial. Dessa forma, o moderno e o progresso representam o domínio de uma classe, a burguesia capitalista, perante as outras.

Destaca-se que, nesse processo, o Estado tem sido, muito embora o discurso liberal apregoe o contrário, um ator sintagmático (RAFFESTIN, 1993), ou seja, um sujeito essencial. A modernização de um território significa, nestes termos, aumentar infraestrutura (transporte, comunicações, energia etc.) e a distribuição dos bens e serviços no território; transformando-se a infraestrutura, os lugares, nos quais estão ocorrendo novas relações de poder, tornam-se alvo de disputas territoriais.

O Estado moderno é um Estado capitalista, representante e defensor dos interesses capitalistas, considerando-se os processos históricos responsáveis pela sua formação. A atuação concreta do Estado na sociedade ocorre por meio de suas instituições, de sua estrutura funcional e, principalmente, das políticas públicas. Porém, surgem resistências a essas ações e estabelecem-se disputas e conflitos.

No Brasil, com a ascensão da República e a implantação do sistema federativo³, as unidades que formam essa federação, neste caso, mais especificamente, as que chamam-se estados, puderam absorver os resultados de suas receitas de exportações, contratar empréstimos, organizar suas tropas policiais e contar com uma autonomia política, o que no Brasil Império não era possível.

¹ Chaul (2001, p. 113) afirma que a questão do atraso é uma derivação da concepção de decadência, ambas construídas com base em modelos externos (Europa) que formavam o parâmetro de referências com os quais os viajantes reproduziam sua visão sobre Goiás. Todavia, o autor ressalta que a ideia de atraso possui: “[...] uma dimensão mais política do que econômica, diferente da questão da decadência, em que a sociedade como um todo era vista, fundamentalmente, pelo aspecto econômico”.

² Termo utilizado para descrever as tendências do pensamento e da literatura na Europa e em toda a América durante o século XVIII, antecedendo a Revolução Francesa. O Século das Luzes, ou Iluminismo, marcou um momento decisivo para o declínio da Igreja e o crescimento do secularismo atual, assim como serviu de modelo para o liberalismo político e econômico e para a reforma humanista do mundo ocidental no século XIX.

³ No Brasil, atualmente, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em vigor, são entes da federação: estados, distrito federal e municípios.

Ao analisar a história da sociedade brasileira, Ianni (2004) afirma que, nesse período de 1888 – 1889, o Brasil tentou entrar no ritmo da história mundial, pois a Proclamação da República apostou todas as fichas no desenvolvimento material do país, no sentido de superar todas as formas de atraso das regiões brasileiras. Ao mesmo tempo, visou aprimorar a *raça* com a europeização (branqueamento da população), para acelerar o esquecimento dos séculos de escravidão.

Goiás era o atraso dentro de um país atrasado. Primeiro, as bandeiras⁴ em busca de ouro, possibilitaram o povoamento com a fundação de alguns núcleos urbanos a partir do século XVIII. Posteriormente, após o declínio da atividade mineradora, o governo português passou, através de suas autoridades, a incentivar e promover a agricultura/agropecuária de Goiás (PALACIN; MORAES, 1994). Porém, Goiás permaneceu, assim como as demais regiões do país, durante os primeiros anos do século XIX, sem grandes mudanças, diante da conjuntura internacional (Guerras Napoleônicas).

Com a Independência do Brasil (1822), o país não avançou, ainda prevalecendo neste período o passado, a continuidade colonial, o escravidão, o absolutismo (IANNI, 2004). Em Goiás, a disponibilidade de terras fez com que o seu povoamento continuasse ocorrendo através da atividade pecuária e da agricultura de subsistência. A história mundial já havia estabelecido outros horizontes. Segundo IANNI (2004), o mundo capitalista já começava a ingressar no século XX⁵.

No Brasil, proclamada a República, levou-se um tempo para que os sujeitos centrais do cenário político-econômico nacional conseguissem efetivar a hegemonia paulista no governo. Até isto ocorrer, o Brasil adentrou a “República da Espada” (1889-1894), passou pelos governos militares de Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto e por um governo civil (1894-1898), comandado por Prudente de Moraes, que enfrentou dificuldades sociais, políticas e econômicas para assegurar a consolidação do novo grupo dominante ligado ao café.

⁴ Palacin e Moraes (1994) ressaltam que Goiás era percorrido pelas bandeiras desde os primeiros dias da colonização do território brasileiro. Os jesuítas, que tinham fundado na Amazônia um sistema de aculturação indígena, buscavam índios em outros lugares como Goiás (antes de 1988 dele também fazia parte o atual estado do Tocantins), pelos rios Araguaia e Tocantins, expedições organizadas em São Paulo também vinham capturar índios em Goiás para escravizar. Mas, somente quando Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera) veio a Goiás em busca de ouro (1725) e se fixou neste território, ocupando o Rio Vermelho, onde fundou o Arraial de Sant’ana que depois seria chamado de Vila Boa e, posteriormente, de Cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital de Goiás, o seu território passou a sofrer uma povoação de caráter mais permanente.

⁵ Ianni (2004) aponta que neste período ficava para trás o capitalismo competitivo e começava a impor-se o monopolístico, pois o mundo estava dividido entre as nações imperialistas: ingleses, franceses, alemães, holandeses, japoneses, belgas, russos e norte-americanos.

Por dentro e por fora dos interesses liberais, predominantes nos governos republicanos, surgiram, no decorrer do tempo, forças sociais e movimentos culturais orientados no sentido de alterar as estruturas oligárquicas. Por sua vez, o *boom* cafeeiro tornava o campo cada vez mais dependente da cidade. Neste contexto, Chaul (2001, p. 119) afirma que “[...] República e estrada de ferro eram duas pontes que poderiam ligar Goiás, com intensidade que requeria seu potencial econômico”.

No início do século XX, a construção da Estrada de Ferro Mogiana, depois encampada pela Estrada de Ferro de Goiás, ampliou a relação de complementaridade entre Goiás e a Região Sudeste do Brasil, provocando a maior fluidez de mercadorias e o crescimento de algumas cidades que passaram a possuir estação ferroviária, como Anhanguera, Cumari, Catalão, Ouvidor, Pires do Rio, Ipameri, que forneciam mercadorias como arroz, café, couro, toucinho, feijão e gado, dentre outros. A estrada de ferro foi a primeira via de transporte moderna a reduzir tempo e espaço entre o território goiano e os mercados do Sudeste.

Assim, a construção da estrada de ferro possibilitou a imigração para o Sudeste Goiano, sendo grande parte dos imigrantes de origem portuguesa, alguns dos quais, em Catalão, se estabeleceram na zona rural, em lugares mais próximos à cidade, como na Região do Morro Agudo e na Região dos Coqueiros. Mendes (2005) afirma que o objetivo dessas famílias era desmatar a sua propriedade e estabelecer condições para plantar e criar aves, suínos e bovinos, possibilitando a sua permanência nesse território.

A autora ressalta ainda que as necessidades de consumo das famílias eram poucas e boa parte da satisfação dessas suas necessidades era obtida na própria propriedade. E as famílias eram numerosas, compostas por cinco, seis e até por oito, dez, quatorze filhos. Quanto maiores as famílias, mais braços havia para o trabalho e seria obtida uma maior produção de alimentos na propriedade.

Em Goiás, portanto, a República e a construção da estrada de ferro representaram importantes momentos para o que pode-se chamar de avanço da modernização do território. Mas esse processo foi lento e envolveu distintas ações. Por exemplo, o Movimento Republicano em Goiás, segundo Palacin e Moraes (1994), alçou-se a partir de 1870, justamente na década em que se processaram transformações de ordem sócio-econômica, como o surto cafeeiro, o desenvolvimento do crédito bancário, os impulsos à industrialização, a decadência da mão de obra escrava, o incremento à imigração europeia, a urbanização e o desenvolvimento do mercado interno.

Os autores ressaltam que a falta do telégrafo e de outros meios de comunicação em Goiás, no final do século XIX, tornava tão difícil a comunicação deste território com o Sudeste do país que a notícia da Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, chegou em Goiás somente 13 dias depois, causando surpresa aos políticos e às elites agrárias. Os ideais republicanos de construir uma base para o progresso econômico no Brasil emergiam nas políticas liberais das primeiras décadas do século XX.

No caso de Goiás, cuja ideia de atraso no contexto da economia nacional era corrente, havia a expectativa de crescimento por meio da agropecuária. Confirma Chaul (2001) que as propostas de superação do atraso em Goiás na Primeira República fundamentaram-se na expectativa de ascensão da agropecuária, principalmente após a construção, em Goiás, da estrada de ferro. A integração do território goiano com o Sudeste brasileiro e o crescimento da produção agropecuária regional tinham na ferrovia o meio mais viável e eficiente de consolidação.

A modernização territorial de Goiás foi imposta por um conjunto de processos políticos e econômicos da Região Sudeste do Brasil. Movida por ações capitalistas, a modernização encontrou no território goiano uma estrutura de poder com base nas elites agrárias. Enquanto São Paulo e Minas Gerais dedicavam-se à cultura do café para exportação, Goiás podia produzir gêneros alimentícios para o abastecimento interno do país, inclusive das áreas cafeeiras.

Chaul (2001) chama a atenção para a historiografia goiana que trata deste período. Ressalta que, por um lado, defende-se a ideia de manutenção do atraso, forjada pelas oligarquias a fim de manter seus poderes políticos. De certa forma, ao menos parte dessas oligarquias era resistente às lógicas econômicas que emergiam no Sudeste brasileiro. Isto é, parte das oligarquias dominantes manifestaram certa resistência à ferrovia visto que ela representaria a implantação de uma lógica econômica que poderia ameaçar o poder dos coronéis.

Por outro lado, defende-se a ideia do progresso, que, inclusive, poderia proporcionar maiores poderes políticos à parte da oligarquia da região em que seria construída a ferrovia que, dentre outros motivos, devido à distância da então capital goiana, a cidade de Goiás tinha uma participação menor no poder. Com a implantação da república e do sistema federativo, em Goiás, as estruturas políticas permaneceram as mesmas, uma vez que as famílias que se apropriaram do poder político regional foram as mesmas do período imperial.

Em suma, os líderes políticos regionais forjaram a manutenção do atraso em Goiás com o objetivo de manter o poder dos coronéis. E, como a estrada de ferro colocaria Goiás em

contato com dinâmicas sócio-econômicas, que poderiam promover uma alteração na estrutura de poder, parte das elites agrárias goianas era resistente a ela. Todavia, Chaul (2001) defende a ideia de não ser justificável parte dessas elites das primeiras décadas do século XX terem sido contra a implantação da ferrovia, pois isso aumentaria a exportação dos produtos agropecuários.

Chaul ressalta que os grupos políticos goianos não poderiam ter objeções ao desenvolvimento de Goiás, pois estariam indo contra seus próprios interesses econômicos. A ferrovia, de acordo com Borges (2000), despertou o estado de Goiás do isolamento em que se encontrava há séculos e possibilitou a inserção da economia regional na dinâmica capitalista. Tornou-se, portanto, a principal via de exportação de bens primários e de importação de manufaturados e o principal meio de contato com novas ideias e valores culturais da sociedade moderna. Borges (2000) ressalta que:

[...] o trem de ferro simbolizado na Maria Fumaça com seu silvo estridente em cauda em aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço. Muitos terminais ferroviários tornaram-se área de lazer, de encontros amorosos e de debates culturais e políticos, bem como praças de negócios que movimentavam o comércio de boa parte do Estado. Assim, os terminais ferroviários, e os núcleos urbanos que deles se desenvolveram, pareciam aos olhos da população sertaneja, ilhas de prosperidade em meio a um mundo rural e arcaico (BORGES, 2000, p. 41).

Apesar da modernização por meio da ferrovia, essa sociedade seria ainda, por décadas, caracteristicamente agrária e tradicional. As transformações socioeconômicas estimuladas pelos trilhos foram lentas e desiguais, mesmo porque a ferrovia não chegou primeiro ao centro do poder político. Assim, o desenvolvimento ocorreu substancialmente na região sul (Sudeste Goiano) do estado, onde chegou a ferrovia, por ser também a região do estado mais próxima à Região Sudeste do Brasil. A oligarquia do sul do estado de Goiás (Sudeste e Sudoeste) aumentou seu poder político necessário para a ampliação de seus interesses.

A Revolução de 1930 no Brasil, em consonância com o panorama e a conjuntura mundiais, possibilitou o alcance do poder pela parte da oligarquia que até então não tinha sido dominante. A nomeação do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, possibilitou a inserção política e a tomada do poder, por parte da

oligarquia econômica do sul de Goiás, frente às que a precederam no poder político, ou seja, principalmente a família Caiado⁶. Segundo Arrais (2007),

[...] novamente são as demandas nacionais, traduzidas regionalmente, como a Revolução de 1930, que favoreceram o primeiro passo, ou seja, a nomeação de Pedro Ludovico Teixeira, representante do Sudoeste do Estado, como Interventor no Estado de Goiás (ARRAIS, 2007, p. 99).

Ao analisar as relações entre o Estado brasileiro e a economia a partir de 1930, Ianni (1986) enfatiza as diferenças entre as políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiros dessa época e aquelas praticadas pelos governos da República Velha, partindo do pressuposto de que os conteúdos ideológicos e as práticas da política econômica governamental podem esclarecer a maneira pela qual se organizam, funcionam e transformam as relações de dominação (política) e apropriação (econômica) na sociedade brasileira.

Para o autor, a Revolução de 1930 criou condições para o desenvolvimento do Estado burguês como um sistema que englobaria instituições políticas e econômicas, bem como de padrões, valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês (IANNI, 1986). A Revolução de 1930 implicou na derrota do Estado oligárquico, que também representava uma modalidade de Estado burguês que, porém, foi determinada pela economia primária exportadora.

Segundo Ianni (1986), nos anos que vão de 1930 a 1945, o governo brasileiro (Getúlio Vargas), além de atuar na industrialização do país, atuou tanto no sentido de proteger e incentivar as atividades produtivas ligadas ao setor externo, que eram essenciais à sustentação do sistema político-econômico então vigente através da comercialização do café (controlada pelos EUA, Inglaterra, França, Alemanha etc.), como no de favorecer a importação das manufaturas e artigos de consumo da classe dominante (IANNI, 1986).

A relação de Goiás com o Sudeste brasileiro, portanto, foi construída por motivos óbvios: a disponibilidade de terras para a produção de alimentos para o mercado brasileiro e sua proximidade geográfica, que facilitava a migração de Minas Gerais e de São Paulo. A partir das transformações históricas da sociedade goiana no contexto da expansão da economia capitalista no Brasil após 1930, Borges (2000) situa as mudanças socioeconômicas regionais. Toma-se por base o avanço da fronteira econômica do Sudeste, em um período em que há um

⁶ Antônio José Caiado, em 1912, era o representante de parte da elite dominante na política goiana, conhecido como *caiadismo*, sendo seu grande opositor Pedro Ludovico Teixeira. Palacin e Moraes (1994, p. 88) ressaltam que Caiado dirigiu Goiás como se fosse uma grande fazenda de sua propriedade: “[...] fez presidentes do estado, fez deputados, se fez sempre senador da república e fez aprovar leis de acordo com seus interesses políticos e pessoais, só sendo afastado do poder quando o movimento renovador de 1930 tornou-se vitorioso”.

processo de rupturas econômicas e políticas no país, marcada pela crescente divisão social e regional do trabalho.

Em Goiás, Pedro Ludovico executou manobras que legitimaram essa tomada de poder, sendo a principal delas a transferência da capital da cidade de Goiás para a que viria ser o símbolo de progresso e modernidade, a cidade de Goiânia. Sobre a transferência da capital, Chaul (2001) afirma que:

[...] filha dos anos 30, mas pensada numa lenta gestação de ideias dos séculos XVIII e XIX, a proposta de mudança da capital do Estado de Goiás foi retomada por Pedro Ludovico, no início da década, como esperança de progresso e estratégia de sobrevivência política. Uma estratégia política que renderia juros e dividendos políticos (CHAUL, 2001, p. 204).

Através do discurso baseado no sanitário, Ludovico, médico e interventor, apoiou-se nos argumentos de que a cidade de Goiás (antiga Vila Boa), por estar cercada pela Serra Dourada e pela Serra de Cantagalo, encontrou dificuldades para sua expansão, como a impossibilidade de se construir um sistema de drenagem (saneamento básico) do abastecimento da cidade (ARRAIS, 2007). Mais do que uma estratégia estrutural, a transferência da capital representou a consolidação do poder político por parte das novas oligarquias econômicas, agindo em sintonia com interesses nacionais, representados pela Marcha para o Oeste de Vargas. Em relação à consolidação dessas estratégias, Arrais (2007) evidencia que:

[...] no âmbito das disputas regionais ganhou destaque a perseverança de que a transferência da capital era necessária. Ideologicamente, Goiânia representaria a mudança, uma forma de começar de novo e apagar os vestígios do período colonial (ARRAIS, 2007, p. 100).

O Decreto nº 1816, assinado em 23 de março de 1937, efetivou a transferência da capital do estado para Goiânia, que teve sua pedra fundamental lançada em 24 de outubro de 1933. Goiânia ampliou ligação com o norte do estado, sendo uma das principais impulsionadoras da aceleração do povoamento de Goiás, representando, portanto, o urbano, e expressando a modernidade e o progresso. Neste sentido, era, na época, um espelho representativo da política de Vargas e de seus seguidores no estado.

Edificar a capital significava ganhos políticos, uma vez que, ao se transferir o governo, estar-se-ia criando o espaço urbano necessário à nova etapa de acumulação capitalista no Estado e, também, o espaço necessário à sua afirmação no poder (ARRAIS, 2007). Outro fator importante na mudança do perfil demográfico e socioeconômico foi a Colônia Agrícola

Nacional de Goiás (CANG), implantada no Vale do São Patrício no início dos anos de 1940, representando mais uma ação dos governos federal e estadual no sentido de promover a ocupação da fronteira no estado de Goiás (BORGES, 2000).

Criada pelo Decreto Lei de 14 de fevereiro de 1941, a CANG ficou sob orientação e administração da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Seu fundador e primeiro administrador foi o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão. Segundo Borges (2000), em 1946, a Colônia contava com uma população em torno de 8 a 10 mil pessoas, cerca de 75% eram mulatos e negros. A corrida à terra representava a esperança para trabalhadores de várias regiões do país. A propaganda oficial no rádio sobre a Colônia alcançava todo o país e isto reforçava a ocupação do Oeste do país.

No início, a CANG recebeu a assistência do poder público, mas, posteriormente, foi abandonada. Depois de algum tempo, a Colônia foi tomada pelo latifúndio. De fato, o avanço da fronteira agrícola para o Oeste era um espaço de recriação também do campesinato. Pequenos produtores expropriados por grandes proprietários de terras ou expulsos das regiões de agricultura desenvolvida com a expansão das relações capitalistas de produção viam na CANG uma possibilidade de continuarem sendo camponeses.

Entretanto, os programas oficiais de colonização nas áreas de terras devolutas serviam mais para garantir a continuidade da aliança política entre a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra, o que mantinha a estrutura e impedia a democratização do acesso à terra, já que a pequena propriedade nas áreas de fronteira, em geral e devido às incontáveis dificuldades, logo foi incorporada à grande fazenda até pela própria expansão da agropecuária moderna.

Ainda dentro do projeto expansionista e com a finalidade de reforçar a segurança nacional, o Governo Vargas criou, em 1943, a Fundação Brasil Central (FBC) (BORGES, 2000). O órgão visava planejar e coordenar o processo de desbravamento e ocupação, por latifundiários, de áreas desabitadas nas regiões oeste e central do Brasil. Sob a influência da visão geopolítica militar, a Fundação objetivava, também, garantir a segurança na fronteira oeste do país.

De acordo com Borges (2000), fora criada uma infraestrutura de apoio à ocupação regional com a construção de vias de transporte e comunicação terrestres e fluviais, desenvolveu-se pesquisas sobre recursos minerais e elementos naturais (clima, solo etc.) para que os conhecimentos produzidos apoiassem a modernização agropecuária e procurou-se pacificar as tribos indígenas contrárias a esse avanço. A Fundação Brasil Central foi um

instrumento político que o Estado usou para viabilizar a ocupação do território brasileiro e estimular o avanço da fronteira agrícola (BORGES, 2000).

Dentro do projeto de ocupação territorial implementado pelo governo, a Fundação organizou, em dezembro de 1943, a expedição Roncador-Xingu, visando reforçar a segurança e os planos de conquista dos sertões (BORGES 2000). O ponto de partida foi Aragarças, passando pelo Sudoeste Goiano, com projetos de construção de estradas, hospitais e escolas. Todavia, a expedição tinha caráter militar, visando garantir a segurança na fronteira oeste do país em plena Segunda Guerra Mundial.

A queda de Vargas, em 1945, e a reorientação liberal da política econômica brasileira no Governo Dutra (1946-1951) refletiram no planejamento e na execução dos programas de ocupação e colonização do país. Os principais projetos de assentamento em Goiás, neste período, foram de caráter privado, visando trazer imigrantes estrangeiros para esta região. Porém, estas iniciativas privadas não prosperaram, como ressaltado por Mendonça (2004). Segundo o autor, as primeiras revoltas camponesas em Goiás surgiram com a expansão da frente pioneira sobre terras devolutas e os conflitos por ela causados. A privatização das terras devolutas através da grilagem impulsionou a organização e a mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas.

Dessas lutas, Mendonça (2004) destaca duas pela organização, mobilização e orientação política, principalmente devido à relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que contaram com o apoio de diversas categorias de trabalhadores: Luta do Arrendo (1948-1952), em Campo Limpo – Orizona, no Sudeste Goiano, e a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso (1950 – 1964), no Meio-Norte. As Ligas Camponesas surgiram em Goiás, inicialmente, ao longo da estrada-de-ferro: em Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira, numa região em que a agricultura, baseada na produção do arroz, adquiria natureza comercial, promovendo a expulsão dos camponeses (MENDONÇA, 2004).

A ampliação dos interesses capitalistas industriais e financeiros, associados à especulação imobiliária e fundiária, fez com que a linha férrea fosse ampliada, chegando à área onde foi construída a cidade de Pires do Rio. Já o gado gordo era abatido em Pires do Rio, que passou a contar com um dos principais matadouros do estado de Goiás, e se tornou área privilegiada para a instalação de fazendas de engorda (MENDONÇA, 2004). As formas distintas de apropriação e uso da terra, de camponeses pequenos proprietários e/ou posseiros e de capitalistas, geraram conflitos que resultaram na expulsão dos camponeses de suas terras e no favorecimento dos latifundiários e dos chegantes.

Esses enfrentamentos políticos culminaram na Luta do Arrendo e na Revolta de Trombas e Formoso, mas também em outros movimentos em Goiás, menos conhecidos, como em Jussara, em Davinópolis e em Goianésia (MENDONÇA, 2004). Os camponeses, pequenos proprietários e/ou posseiros, não eram mais necessários, pois já haviam cumprido a tarefa de abrir as terras. Outra estratégia política da Marcha para o Oeste foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), pelo governo federal durante a ditadura militar, em 1967.

Contudo, a SUDECO tinha como principal missão ocupar essa porção central do Brasil, por meio, principalmente, do levantamento do potencial econômico da região, como base para a ação planejada a curto e a longo prazos; da adoção de política migratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos, e; da implantação e expansão da infraestrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias e industriais.

Esse processo acentuou a diferença político-econômica-social entre o norte e o sul do estado, inclusive as diferenças demográficas, concentrando a população principalmente no Mato Grosso Goiano (área central do estado de Goiás). Esse avanço no povoamento e a determinação da Constituição de 1946 de que uma parte do Imposto de Renda arrecadado pela União seria distribuído aos municípios contribuiu para a fragmentação dos municípios goianos (assim como no resto do país). Através de dados do IBGE, Arrais (2007) aponta que entre 1950 e 1960 foram criados 101 municípios, crescimento superior a 130%.

Em 1957, foi colocado em prática pelo governo Kubistchek um projeto mais audacioso de ocupação do oeste, determinante nas transformações do território goiano. A construção de Brasília para ser a nova capital federal se constituiu em mais uma estratégia do Estado para sua modernização capitalista. Para Ianni (2004),

[...] a construção da cidade de Brasília pretende simbolizar o Brasil moderno, representa o coroamento de uma larga história de intentos de tornar o Brasil contemporâneo do seu tempo. Uma capital nova, feita sob medida, lançada em traços audaciosos, nas proporções do século XXI – e povoada pela mesma humanidade que se pretendia esquecer ou exorcizar (IANNI, 2004, p. 36).

Brasília foi construída com mão de obra qualificada de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e sem qualificação, vinda, principalmente, da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia. Iniciaram-se os canteiros de obras, conforme o plano urbanístico de

Lúcio Costa e as estruturas arquitetônicas criadas por Oscar Niemayer. Devido à especulação imobiliária, com rígido controle do solo do Plano Piloto, as populações de baixa renda se instalaram no que se denominou cidades-satélites, algumas das quais, segundo Arrais (2007), surgiram antes mesmo do Plano Piloto.

Refletindo sobre as interseções conceituais e empíricas entre o urbano e o regional nesse processo de ocupação e desenvolvimento pelo oeste, Arrais (2007) considera que as construções de Goiânia, primeiro, e, depois, de Brasília (núcleos urbanos principais do centro goiano) mudaram o conceito político da região, sua importância política e o papel dos atores sociais (sujeitos) na conformação dos projetos políticos, o que significou a regionalização da “arena política” em Goiás, com relações entre os atores hegemônicos na produção do espaço regional.

Assim, a expansão do modo de produção capitalista, no momento de sua reestruturação, pelo território goiano no meio rural, resultou na modernização conservadora da agricultura. O principal objetivo desta análise sobre a modernização geral, de expansão do modo de produção capitalista do Estado de Goiás, foi compreender a sua relação com a atual formação do seu território, que contou com a ação de diferentes sujeitos: grandes empresas capitalistas e o Estado brasileiro por meio dos seus programas, projetos e políticas públicas, e a complexa trama socioespacial induzida pela modernização.

Teve-se o cuidado de não cair nas dualidades (campo/cidade, rural/urbano, moderno/atrasado), o que levaria à representação da realidade espacial de maneira separada e fragmentada. Mas há que se entender o desdobramento político e ideológico desse processo na configuração do campo em Goiás e, em específico, em Catalão. Neste estudo da formação do espaço goiano em que foram considerados as ações estatais, fica claro que o Estado (moderno/capitalista) é produto e meio de relações de dominação, é o ator mais importante no espaço e na organização do território por meio de instituições e, principalmente, por meio de políticas públicas.

Na propagação da tecnologia pelo campo, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) desempenhou papel relevante e, em parceria com capitais estrangeiros, principalmente japoneses, alavancou a produção de novos sistemas de cultivos destinados a modernizar o campo brasileiro e a dinamizar o seu modo de produzir. Para Inocêncio (2010), a apropriação pelo capital do Cerrado foi o principal veículo das mudanças territoriais que vieram no curso das estratégias do capital para se fixar, produzir e reproduzir relações capitalistas de produção.

Certamente, no processo de modernização territorial do Cerrado, capital e Estado agiram juntos, e o Estado agiu para beneficiar o capital. Para analisar essa ação conjunta, Inocêncio (2010) escolheu o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), por entender que este foi, dentre todas as políticas públicas aplicadas diretamente sobre este território, a que mais induziu transformações territoriais, colocando-se como paradigma para a implantação de uma agricultura de base técnica.

Segundo a autora, o objetivo deste programa foi, através da fusão do capital privado/público (brasileiro e japonês), estabelecer áreas de produção agrícola que pudessem abastecer o mercado internacional como forma de regular a oferta de produtos e forçar a queda dos preços. Inocêncio (2010) considera que no Cerrado, especificamente em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins e Maranhão, onde se implantou projetos do PRODECER, constituiu-se um território moderno através da incorporação capitalista do espaço agrário brasileiro.

O principal cultivo implantado nas áreas beneficiadas pelo PRODECER foi a soja, base da alimentação de alguns países orientais, com destaque para o Japão e a China. A autora ressalta ainda que o preço da soja, no mercado mundial, tinha subido de forma exponencial, o que levou os japoneses, diante do monopólio da produção pelos Estados Unidos e da impossibilidade de ampliar sua área de cultivo, a buscarem novos mercados que pudessem suprir suas demandas.

A América Latina foi considerada ideal para essa expansão, pois era composta por países subdesenvolvidos⁷, carentes de tecnologia e de capitais. Assim, o Japão escolheu, pelas condições políticas, sociais e econômicas, além das naturais, o Cerrado para ser a nova fronteira sojifera, conduzida pelo Estado Brasileiro, mas subsidiada pelo capital japonês (INOCÊNCIO, 2010). Além do PRODECER, o Brasil já havia implantado o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) e o Programa de Crédito Integrado do Cerrado (PCI).

Possuía, portanto, uma infraestrutura e uma experiência básica. Todo o sistema de escoamento da produção ficou a cargo dos governos brasileiros, principalmente a nível estadual. Costa e Silva (2005) asseguram que a modernização da produção, a partir da territorialização de complexos agroindustriais e financeiros (complexos de grãos, carnes, sucroalcooleiro,

⁷ O termo subdesenvolvimento passou a ser amplamente utilizado a partir da Segunda Guerra Mundial, sugerindo “atraso” em relação a países “avançados”. Neste período, países como Brasil, México e Argentina tiveram que se industrializar, pois os países que os abasteciam de mercadorias industrializadas estavam em processo de reconstrução devido à guerra.

empreendimentos barrageiros etc.), fora conservadora e excludente, pautada na concentração de renda e na precarização do trabalho. Essas facilidades, aliadas a outras políticas para a agricultura, foram as bases da produção do território goiano.

2.2 A transformação socioespacial do município de Catalão (GO): uma nova lógica rege o campo e a cidade.

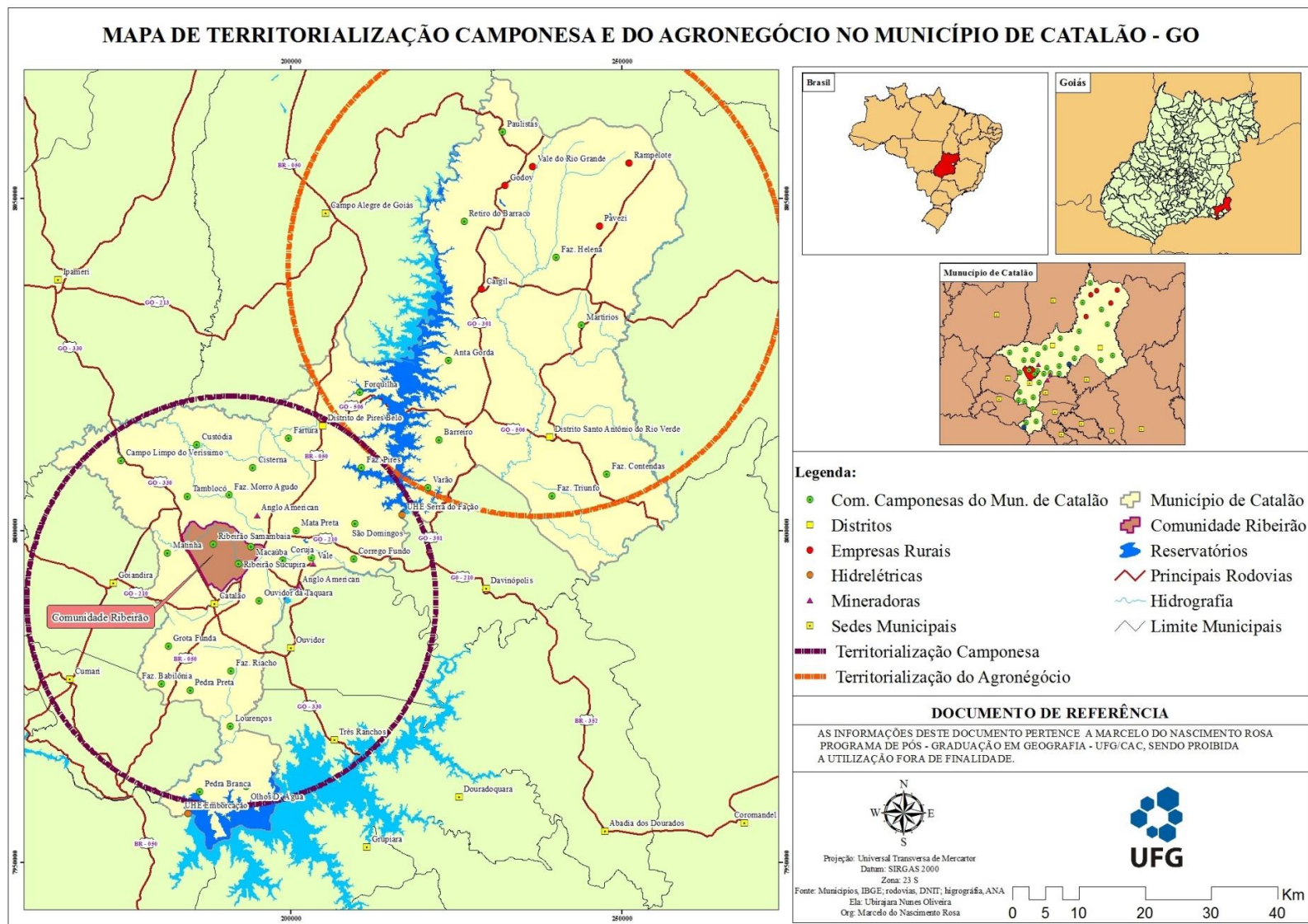
Inserido na modernização da agricultura, o campo no Município de Catalão sofreu importantes mudanças no que tange à organização socioespacial, ao perfil dos produtores – pecuaristas tradicionais (latifundiários) e camponeses, às relações sociais de trabalho. Porém, a modernização da agricultura - estabelecida por construtos ideológicos, políticos e econômicos pautados na homogeneização da lógica capitalista nos diferentes espaços - não se territorializou de forma igualitária no campo (ESTEVAM, 2004) no município de Catalão. Como afirma Matos (2012):

Na implantação da agricultura moderna, os espaços prioritários para investimentos de capital no Cerrado foram as áreas de chapada, ou chapadões. Pela planura de relevo, as chapadas são ideais, especialmente para aquelas culturas nas quais se tem maior capacidade de mecanização, como a soja e o milho. As chapadas também são dotadas de excelentes recursos hídricos, que possibilitam a irrigação de culturas no período seco (de maio a setembro). Assim, os fatores físicos foram muito importantes para a expansão da fronteira agrícola, pois, ao se apropriar, o capital não tem interesse apenas na terra, mas também no que ela contém de outros recursos naturais (água, relevo, clima), que podem proporcionar maior agregação de valor à produção (MATOS, 2012, p.219).

Com essa riqueza de recursos naturais, as chapadas de Catalão, então, ofereceram melhores condições para o desenvolvimento da agricultura moderna, como afirma a autora citada, quando aborda o tema da abundância de recursos hídricos, primordial para a prática agrícola na produção de alta escala, e das terras planas que facilitaram a utilização de maquinários pesados no preparo do solo até a colheita.

Neste contexto, o campo no município de Catalão se configurou pelo agronegócio, territorializado principalmente nas chapadas, e pelas Comunidades Camponesas, já territorializadas, principalmente, no entorno do perímetro urbano. Importantes mudanças

ocorreram no modo de ser e de viver dos camponeses neste município (Mapa 2). Os agricultores camponeses foram as principais vítimas da modernização conservadora da agricultura e, atualmente, estão em uma situação de vulnerabilidade. A agricultura camponesa passou a enfrentar muitos desafios, principalmente no que tange à permanência no campo.



Mapa 2: Territorialização Camponesa e do agronegócio no município de Catalão (GO).

O campesinato persiste ao se recriar, conforme a dinâmica da sociedade capitalista, como diz Moreira (1999, p. 100): “Enquanto camada social (não extinta, mas, sim, recriada) em processo de reprodução, a solução da questão fundiária também passa pela participação política do campesinato dentro da sociedade capitalista”. Frente à essa nova conjuntura, repensar o papel do campesinato no campo brasileiro é, também, pensar no enfrentamento político com o agronegócio, as disputas, os conflitos por terra e, assim, compreender como a organização territorial permitiu um desenvolvimento contraditório e desigual por criar tantas injustiças sociais em detrimento das camadas menos favorecidas.

As relações de trabalho no campo mudaram com a chegada da modernização da agricultura que, ao causar a desestruturação da agricultura camponesa, fez com que muitos camponeses se tornassem mão de obra assalariada nas grandes propriedades. Conforme Oliveira (2007):

Desta forma, o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo do seu desenvolvimento. Ou seja, no caso brasileiro o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, etc. Mas, por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parte-se também, do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas sim, um sujeito social de dentro capitalismo (OLIVEIRA, 2007, p. 131).

Este movimento desigual e contraditório do capitalismo promove não só o trabalho assalariado no campo, mas também força o camponês a se inserir na lógica do mercado, embora a produção camponesa busque, preferivelmente, a sobrevivência e não o lucro. Porém, com a expansão do capitalismo no campo, diferentes formas na dinâmica camponesa foram criadas. Segundo Oliveira (2007):

Sabe-se que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob forma de mercadoria, é comercializada (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Na produção camponesa, uma parte da produção é destinada para o consumo e a outra parte da produção, o excedente, se torna mercadoria, mas a subordinação da agricultura camponesa pelo capital leva os camponeses à dependência do mercado, ao abandono das suas práticas culturais e ao enfraquecimento do campesinato.

No município de Catalão-GO, a agricultura empresarial vai se territorializar nos chapadões (áreas planas com disponibilidade de água) e a partir de lá estabelecer novas funções para o centro urbano e reconfigurar todo o município, mesmo as áreas territorializadas por camponeses, como é o caso de áreas no entorno do centro urbano, denominadas Comunidades Camponesas, nas quais não mais prevalecem necessariamente todas as características da produção camponesa, pois, como será discutido em outra parte da pesquisa, muitas delas foram mudadas por parâmetros ideológicos da modernização da agricultura.

Houve, e ainda há, portanto, um processo de diferenciação espacial a partir da implantação da modernização conservadora da agricultura no município. Observa-se que os sujeitos dessa diferenciação: empresários rurais, pecuaristas e camponeses, especializados ou não, estão inseridos na dinâmica do capital agroindustrial e financeiro, representado pelas indústrias de insumos e equipamentos e pelo próprio mercado de consumo.

Assim, os camponeses se veem diante de um dilema: entre se especializar, para atender às exigências do mercado, garantindo maior lucratividade, ou manter-se com a pluriatividade, garantindo a sua reprodução enquanto unidade camponesa de produção, mesmo sendo constantemente penalizados pelas políticas de preços e normas que regem o setor. Esta realidade, como foi possível observar em trabalho de campo, deve sofrer uma análise territorial, identificando-se lugares onde o capital encontra melhores meios para se territorializar e onde não o faz diretamente, por, de algum modo, incorporar a produção camponesa ao modo de produção capitalista.

No campo em Catalão (GO), existem os elementos que se transformam e os que se mantêm, ou seja, um cenário de territórios em disputas, com conflitualidades e relações de poder (FERNANDES, 2012). Além disso, os diferentes territórios encontram-se hibridizados, com distintas relações, construídas a partir da urdidura do capital e do trabalho, o que gera um mosaico de territórios em disputa (MENDONÇA, 2004).

As estratégias de permanência na terra são diversas, como afirma Souza (2015, p. 113), “como as estratégias não são estáticas, compreendemos que elas sofreram metamorfoses, e isso contribui para entender as novas relações e novas práticas sociais que os camponeses

estabelecem com o uso do espaço”. Com isso, as transformações que ocorrem por imposição do modo de produção capitalista fazem surgir diferentes lógicas de resistência no campo.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a modernização da agricultura não eliminou nem transformou completamente as outras formas de exploração da terra construídas por camponeses, pecuaristas tradicionais e trabalhadores da terra, mas atravancou e cerceou a ampliação das formas que não estão ancoradas nos pacotes tecnológicos, ditos modernos. Ainda assim, poucos camponeses conseguiram resistir nas piores terras, vivendo situações de precarização social e ambiental em função da avassaladora ação do capital agroindustrial e financeiro.

Para sobreviverem, se organizaram e passaram a disputar territórios com o agronegócio (recursos, apoio do Estado etc.) ou aderiram à novas formas de uso e exploração da terra. É necessário partir da compreensão de que os territórios são urdidos, tecidos, desenhados e redesenhados (MENDONÇA, 2004) a partir das ações políticas forjadas no cotidiano, mas, também, a partir do entendimento de que esses territórios são tramados nas relações entre as personas do capital e os trabalhadores. Não são apenas territórios luminosos e/ou opacos, conforme retrata Santos (2009), são territórios que denotam relações de poder, conforme a correlação de forças existentes.

Thompson (1981), com o conceito de experiência, leva à compreensão de como um conceito de *camponês* pode se restabelecer. O autor diz que, quando se perde a condição de sujeito, é a experiência humana que leva homens e mulheres a se tornarem novamente sujeitos. Mas, nesse retorno, os sujeitos podem não mais ser autônomos, “indivíduos livres”, porque experimentam determinadas situações e relações de produção que lhes eram antagônicas por necessidades. Em seguida, “tratam” essa experiência em sua consciência, e sua cultura produz representações sobre si, sobre o mundo e sobre sua ação neste mundo, e podem se identificar como camponeses, embora não mais como os camponeses eram antes da modernização conservadora da agricultura (MENDONÇA, 2010).

Cândido (1979), em seu estudo, retrata os elementos que constituem o caipira paulista. Mostra que as dimensões da alimentação, habitação e costumes compõem e reafirmam o que é a cultura do homem e da mulher do campo. Porém, essa cultura vem sofrendo mudanças. Nesses casos, deve-se aprender com os sujeitos que ali vivem, pois aprenderam, a partir da observação e da experiência, algo que a ciência ainda não descobriu adequadamente. Os homens se relacionam a partir do processo de produção e, no campo, essa relação é baseada no cultivo e no labor com a terra, uma prática econômica e sociocultural que contém e produz

diversos sentidos. Para apreender como esses sujeitos marcam e demarcam seus territórios e temporalidades, torna-se fundamental ter como referência o tempo da natureza, que é o de plantar, o de colher, o de armazenar, mas também é o de comer e o de festejar.

Essas ações são permeadas por lutas pela permanência na terra, mas também por variadas dimensões do ser camponês, como as práticas socioculturais (religiosidade, festas, atividades políticas e oferta/recebimentos de demão, mutirões, “traições”, enfim, o trabalho coletivo etc.) que firmam e estabelecem laços de solidariedade, possibilitando resolver questões do cotidiano. Outro aspecto, não menos importante, é fazer o contraponto às ações desenvolvidas pelo agrohidronegócio⁸ nas áreas de Cerrado, tidas como a única forma de uso da terra que gera trabalho, renda e inclusão social, melhorando a vida de todos.

Portanto, como ensina Mendonça (2010), o foco é (des)construir as falácias implementadas pelos empresários rurais e seus apoiadores, sustentados pelo Estado e pelo capital agroindustrial, químico e financeiro transnacionalizado. A transformação no campo, a partir da implementação dos novos sistemas técnicos e tecnológicos, alterou os modos de vida dos trabalhadores/camponeses, mas também trouxe *(Re)Existências*. Compreende-se, aqui, *(Re)Existência* como a associação da defesa da terra de trabalho às novas ações políticas (protestos, marchas, fechamento de rodovias, ocupação de prédios públicos etc.) fortalecidas pelas práticas socioculturais.

Como retrata Mendonça (2010) esse processo possibilita aos camponeses a constituição de várias *(Re)Existências*, seja nas práticas pedagógicas e/ou socioculturais, seja na ação política, na luta contra a desterritorialização, na luta pelo acesso à terra e na luta pela reforma agrária, na luta pela água e contra as barragens, configurando a defesa dos territórios da vida. Embora diversas ações dessa natureza tenham ocorrido ao longo da história, há que se considerar que, com a modernização capitalista no campo, os constructos políticos e ideológicos foram fortalecidos, pois afirmavam a necessidade de aceitar o moderno e, para isso, era preciso desenraizar-se. Nesse sentido, Mendonça (2004) enfatiza que:

[...] para ser moderno havia que negar as raízes rurais, os valores, os comportamentos, as formas de expressão cultural, enfim, a tradição. Ainda, era necessário se revestir dos valores e das ações que chegavam, trazidas pelo capital industrial e financeiro que apontavam novas necessidades de consumo.

⁸ O conceito de Agrohidronegócio foi concebido por Marcelo Rodrigues Mendonça e Helena Angélica de Mesquita enquanto professores da UFG/Campus Catalão, e refere-se ao conjunto de ações que envolvem o complexo produtivo do agronegócio, conjugado com a territorialização do capital, que se apropria da terra, da água e do trabalho precarizado, e promove, com sua expansão no campo, a expropriação camponesa e as formas tradicionais de uso da terra. Publicado nos Anais do I Encontro Latinoamericano de Ciências Sociales y Represas e II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens, Salvador, 2007.

Mais tarde, à medida que os trabalhadores foram tendo acesso aos bens produzidos, também incorporaram os novos objetos, reelaboraram suas ações, mas não abandonaram por inteiro as sociabilidades construídas nas áreas rurais, constituindo sociabilidades híbridas. As práticas solidárias de ajuda mútua, mutirão, companheirismo, compadrio e festas religiosas, entre outras, foram transpostas para as áreas urbanas, possibilitando uma simbiose diversa e riquíssima entre experiências intercambiadas no processo de desterritorialização dos Povos Cerradeiros (MENDONÇA, 2004, p. 137).

As práticas sociais e culturais tipicamente rurais reconstruídas nos espaços urbanos possibilitam a criação de ações políticas que podem fundir a luta pelos direitos básicos de existência na cidade (moradia, saneamento básico, saúde, educação etc.) com a necessidade da reforma agrária, diante da territorialização dos movimentos sociais que lutam pela terra. A relação cidade-campo apresenta novos elementos que podem potencializar a luta por dias melhores, tanto no campo, com a exigência da reforma agrária, quanto na cidade, pelas políticas públicas de gestão do espaço urbano, conforme as necessidades das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, a agricultura camponesa se caracteriza pela relação complexa entre terra, trabalho e família e pelo resgate da cultura, inclusive com práticas agroecológicas (por exemplo, o cultivo de sementes crioulas) que, além de constituírem o sustento e a soberania alimentar, garantem a *(Re)Existência* histórica e política dos trabalhadores/camponeses. Vale lembrar que o adjetivo modernização não guarda, em si, um conteúdo positivo. Na verdade, “por modernização, compreende-se toda uma nova forma de ocupar e produzir, de forma sistemática, planejada e intensiva” (ARRAIS, 2007, p. 03), o que não necessariamente implica em benefícios para a população envolvida. Ao contrário, sabe-se que a modernização foi seletiva e excludente. Ao conhecer essas consideráveis transformações em sua estrutura sócio-produtiva, a fazenda tradicional passou a conviver e/ou a dar lugar à fazenda moderna.

As transformações radicais pelas quais a agricultura goiana passou nas últimas décadas, resultantes do processo da modernização, fizeram com que a produção agrícola exercesse papel preponderante na geração de excedentes destinados a mercados locais, nacionais e, até mesmo, internacionais. Com isso, foram implantadas no Estado um arsenal de agroindústrias de transformação alimentar. Dessa forma, uma nova composição na estrutura produtiva se consolidou.

Contudo, as mudanças mais significativas foram nas relações de trabalho. As condições de acesso à terra pioraram muito. O agregado, de produtor de alimentos tornou-se inicialmente um meeiro, ainda com acesso a terras boas e com relativa autonomia. Todavia, a partir de 1970, suas atribuições foram reduzidas. O direito de acesso à terra permaneceu, mas, somente àquelas de pior qualidade. Esses camponeses não puderam mais desfrutar dos

instrumentos de trabalho do proprietário, nem tiveram o direito de explorar glebas de terras próximas à sua moradia, aquelas para plantar sua própria roça ou para a cria de animais.

Estevão (2004, p. 742) entende que “a fazenda, que constituía um universo de gado, mantimentos e lealdade, reestruturou-se numa organização de classe, rompendo tradicionais relações de parceria”. A vida no meio rural tornou-se difícil e, em alguns casos, insuportável. A solução encontrada por muitos foi mudar para a cidade, principalmente, Catalão. Para se ter uma ideia da dimensão do fenômeno, o percentual de pessoas que viviam no campo em Goiás, que era de 70%, em 1960, no decorrer da década seguinte chegou a ser menor que o da população urbana.

No caso de Catalão, que em 1970, tinha uma população de 13.983 habitantes, dez anos depois, em 1980, contava com um contingente de apenas 8.473 pessoas. O que significa um decréscimo de 65% em apenas uma década, como poder ser visto do quadro (1), explicitando o processo de expropriação, expulsão e migração da população rural no município.

Quadro 1: População urbana e rural de Catalão (GO) de 1960 – 2010.

ANO	POPULAÇÃO URBANA	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM %		POPULAÇÃO RURAL	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM %	
		Período	Evolução		Período	Evolução
1960	11.634	-	-	14.464	-	-
1970	13.355	1960 – 1970	14,8	13.983	1960 – 1970	-9,5
1980	30.695	1970 – 1980	129,8	8.473	1970 – 1980	-65,0
1991	47.123	1980 – 1991	53,5	7.363	1980 – 1991	-15,0
1996	51.925	1991 – 1996	10,2	6.582	1991 – 1996	-11,1
2000	57.606	1996 – 2000	10,9	6.741	1996 – 2000	1,0
2007	70.212	2000 – 2007	21,9	5.411	2000 – 2007	-24,6
2010	81.020	2007 – 2010	15,3	5.577	2007 – 2010	3,06

Fonte: IBGE (2012).

Org: RODRIGUES, G. S. (2012).

Observa-se o decréscimo da população do campo e o simultâneo aumento da população urbana e esse fenômeno representa um dos resultados mais explícitos da inserção do território goiano a lógica do capital. Desse modo, como bem coloca Durham (1984, p. 39), “a integração de contingentes crescentes de trabalhadores rurais nas cidades não significa apenas urbanização, mas é um aspecto de uma transformação do sistema sócio-econômico que afeta

tanto a cidade quanto o campo”. Também para Arrais (2007, p. 04), “os laços de complementaridade entre cidade e campo, entre a forma de produzir na cidade e a forma de produzir no campo, foram modificados substancialmente”. Assim, a modernização territorial não causou impactos somente no campo já que, mudanças expressivas foram sentidas também nas cidades.

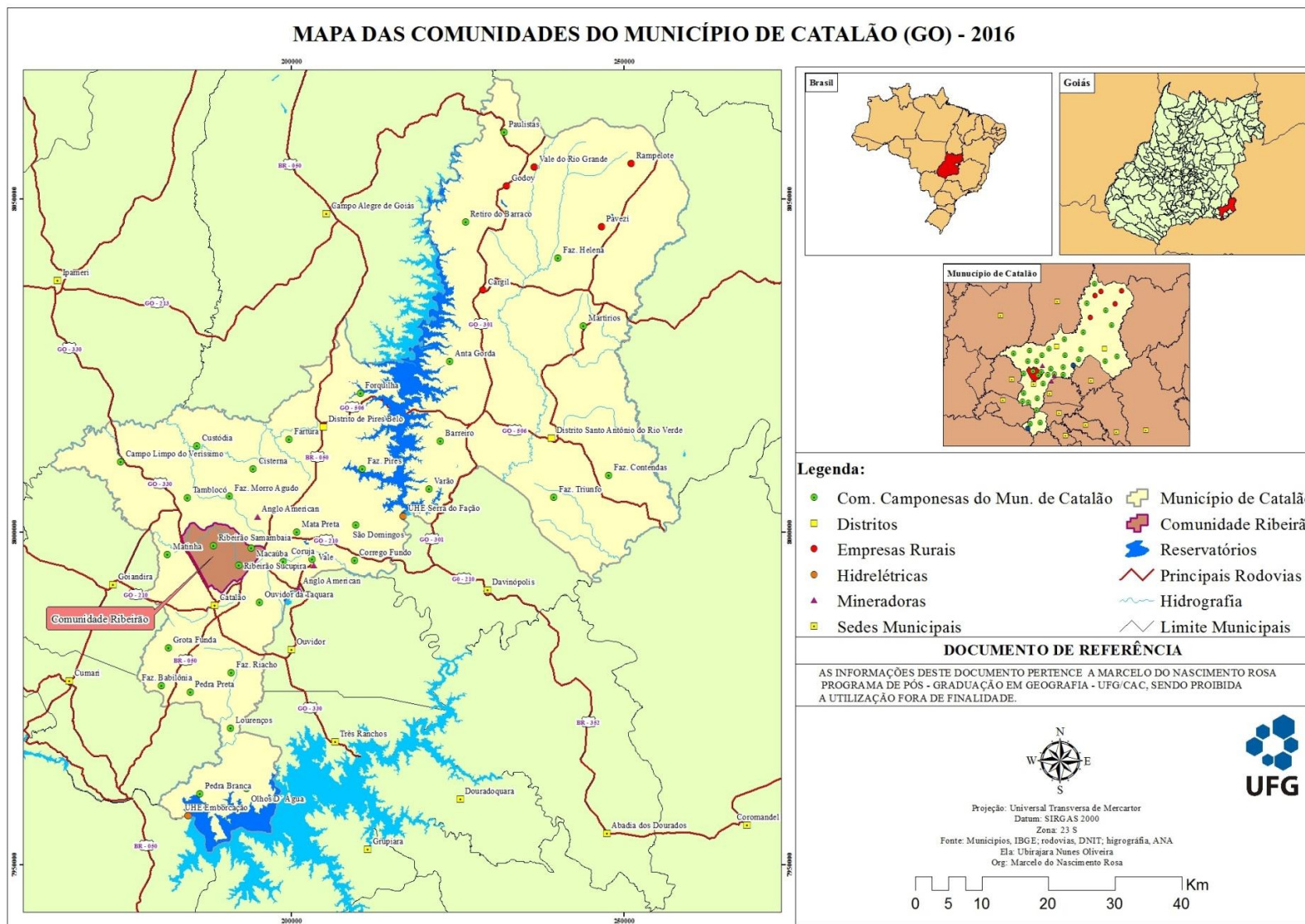
Portanto, a intensa urbanização também redefine as relações entre o mundo rural e o mundo urbano. O predomínio do urbano valoriza o seu modo de ser, a sua cultura, em detrimento do modo de ser da cultura rural. Martins (1975) ressalta que ocorre a plena adoção da ideologia urbana e de valores típicos da cidade. Para o autor, o aumento da densidade demográfica nos meios urbanos promoveu e incentivou a quebra da solidariedade orgânica e a dissolução das relações comunitárias. Assim, para Martins (1975), os estereótipos têm sentido de imposição de ideias e modo de ser, ou seja, tem caráter ideológico.

Em verdade, a redefinição da cultura ligada à constituição de uma sociedade centrada nos valores urbanos leva rapidamente à distinção valorativa entre o rural e o urbano. A afirmação da existência urbana ocorreu com a construção do estereótipo do homem rural, como o de caipira atrasado, com a intenção de intervir através das instituições urbanas na vida rural e dinamizá-la a partir das concepções urbanas. Como vimos, o decréscimo da população rural corresponde à modernização do meio rural.

O Estado instituiu, então, a infraestrutura (transporte, comunicações, estocagem, energia etc) e ofereceu créditos através do incremento dos capitais internacionais. Cabe acrescentar que a modernização do campo promoveu uma forte migração do campo para a cidade. Essa migração foi apoiada e incentivada pelo aparato estatal para servir como mão de obra urbana disponível e barata. Assim, as próprias condições de manutenção das elites no poder político ficaram asseguradas, pois elas se apropriaram das necessidades desses sujeitos e reelaboraram políticas assistencialistas, com as quais se garantiram no poder.

A plena inserção do meio rural na economia capitalista é, portanto, para que sua população (a que vai para cidade e a que permanece no campo) se torne compradora e consumidora de mercadorias, sujeitos modernos. Para os camponeses foram criadas políticas extensionistas, que lhes impunham novos hábitos, comportamentos e valores, visando torná-los consumidores da indústria. No município de Catalão (GO), as políticas extensionistas surgiram a partir de 1970, quando o território rural do município foi dividido por regiões específicas, recebendo, cada parte, a denominação de “Comunidades Rurais”.

Não muito atrativas para o desenvolvimento da agricultura altamente tecnificada, por apresentarem relevo íngreme, as áreas ao entorno da área urbana ficaram destinadas às ditas Comunidades para o trabalho camponês cumprir a função de produzir alimentos a baixo custo para a população urbana. Com diferentes ocupações, o entorno do centro urbano conta com 34 Comunidades, conforme pode-se observar no mapa (Mapa 03).



Mapa 3: Mapa das Comunidades Camponesas do Município de Catalão (GO) – 2016.

Na Comunidade Ribeirão, os camponeses tiveram acesso à assistência rural no plantio de arroz e, logo após, no de alho:

[...] foi através da EMATER a utilização de agrotóxicos e fertilizantes, quando intensificô o plantio de arroz e de alho. Eles chegaram aqui dizendo que tinha um outro jeito de produzi para colhê mais. Diziam que nós tinha que modernizá [...], inseri na nova realidade do campo [...] (Entrevistado Sebastião Tomé 1, 67 anos. 14/05/2015).

Mesmo os produtos de atividades camponesas servindo mais ao abastecimento interno do país e local, como o arroz e o alho, que é plantado para ser comercializado, era preciso que o seu processo de produção fosse modernizado. Mas essa modernização pode significar o fim da autonomia camponesa e da preponderância da organização familiar do trabalho e o fim da solidariedade entre os vizinhos. Nas produções voltadas para atender o mercado, mesmo que local, com cumprimento de quantidade e periodização, é necessário contratar mão de obra assalariada e esse fato dá uma nova dinâmica à unidade camponesa.

De acordo com o que foi observado e registrado a partir das entrevistas na pesquisa de campo, as dificuldades foram, e são, muitas com a obtenção de financiamento, que se tornou necessário, ou de subsídios governamentais suficientes. Os camponeses cultivam pequenas roças de cereais (milho, arroz etc), criam gado leiteiro para obterem renda ou mesmo se reproduzem tendo como renda central a aposentadoria. Os camponeses que permanecem territorializados sofrem mudanças notáveis e evidentes na sua forma de *ser e de viver*, que são difíceis de serem interpretadas porque aos camponeses é atribuído o duvidoso prestígio da permanência. A dificuldade de se ter os camponeses como parte do movimento da sociedade capitalista está no fato de que os camponeses são vistos como relíquias de tempos passados e isso tende a ser considerado uma virtude. Contudo, a condição camponesa não é uma repetição, mas uma mudança, um modo específico de mudança, como retrata Vergés (2011).

Há uma tendência em querer ver o camponês enraizado em alguma tradição ou comunidade agrária sempre idêntica, como se um simples desvio de sua parte fosse um sinal de que ele tivesse se corrompido. Na verdade, são poucos os espaços sociais que apresentam tanta plasticidade quanto o rural. Basta apenas visitar uma Comunidade Camponesa no município de Catalão para perceber que sua dinâmica de produção e vivência não é a mesma de anos atrás.

Ao terem como referência o pacote tecnológico do processo de modernização da agricultura, os camponeses não se acomodam. Ao moldarem-se, muitos se perdem e outros se reinventam na luta permanente pela posse da terra, criam novas relações. De fato, a prática

agrícola sempre se transforma. O camponês antontem fertilizava o solo com esterco de gado bovino, ontem se engasgava com nitrogênio e fosfatos sintéticos e, hoje, se farta dos compostos e adubos verdes. Assim, há que se reconhecer o movimento do ser camponês.

As mudanças nas práticas agrícolas são parte de um conjunto maior de transformações. Vertiginosas são as mudanças econômicas e sociais, sobretudo aquelas provenientes das volúveis políticas públicas brasileiras. Em vinte anos os camponeses passaram de produtores autossustentáveis para produtores especializados e financiados. Isso não permite afirmar que houve progressos, mas que as mudanças não cessaram.

Mas, mesmo com o olhar nas mudanças, reconhece-se, a partir do trabalho de campo, que o camponês não é apenas, nas atividades socioeconômicas, uma unidade doméstica individual, ele também forma e faz parte de um tecido social mais extenso cujo centro de gravidade é a “comunidade agrária” – denominação utilizada para especificar sociedades em que a economia se baseia na produção e manutenção de culturas e terras de cultivo. São frequentes as formas mais ou menos intensas da economia comunitária, tais como intercâmbio não monetário de trabalho e trabalhos coletivos de benefício comum. O camponês não é, portanto, o indivíduo ou a família, mas um emaranhado de relações sociais cujo nós são a Comunidade.

Há que se considerar que esses usos e costumes muito antigos são também reanimados em alguns lugares, mas em outros já estão deteriorados, desgastados e, às vezes, perdidos. No lugar desse envelhecido sistema de relações têm surgido novas estruturas organizativas locais de caráter tanto social, quanto político e cultural, numa hibridagem entre os velhos costumes comunitários e as relações urbanas hegemônicas no processo de modernização.

Neste contexto, a próxima seção objetiva refletir sobre a reprodução social dos camponeses como lógica contraditória no modo capitalista de produção, bem como sobre a reorganização espacial do território goiano que o processo de modernização e suas consequências para o campesinato.

3 A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO CAPITALISMO: encontros e desencontros

Compreender a questão agrária e o protagonismo dos camponeses sob o modo capitalista de produção sempre foi uma tarefa difícil e complicada. Não porque muitos autores não a tenham praticamente esgotada, mas porque os estudos mais trazem discordâncias do que convergências. Por isso, esta temática cria atritos entre os conservadores e os progressistas, entre os socialistas e os comunistas, e entre todos eles e os anarquistas. Não há possibilidade nenhuma de consenso ou mesmo de aproximações. Sempre haverá pressupostos que se interporão abrindo espaço para a polêmica e discussões. Não há como encerrá-lo no mundo político, ideológico ou teórico, pois sempre haverá um novo texto para reavivá-la, ou mesmo, o devir da história para (re) ou propô-la (OLIVEIRA, 2007, p. 06).

A existência camponesa é resultado do próprio desenvolvimento contraditório do capital que, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Contudo, os sujeitos dessa contradição, ao se reproduzirem, criam um movimento de negação das relações puramente capitalistas, o que deve ser investigado. Para tanto, é necessário compreender como se dá a reprodução camponesa na lógica capitalista e as estratégias desenvolvidas pelos camponeses para tal fim. Para alcançar esse objetivo, foram investigados os camponeses da Comunidade Ribeirão, como recorte espacial.

3.1 A reprodução camponesa na lógica capitalista

A origem da questão agrária no Brasil remonta aos primeiros séculos de sua história e se constituiu em um problema social a partir da segunda metade do século XIX, com o estabelecimento definitivo da privatização da terra embora a terra, no Brasil, depois da chegada dos portugueses, nunca tivesse sido um bem coletivo. O direito a ela ficava restrito aos senhores a quem o regime de Sesmarias as destinava. Mesmo diante dessa condição, o Brasil ainda dispunha de terras suficientes para a ocupação delas por aqueles que não cumpriam as

exigências para serem “sesmeiros”. E assim o campo era configurado por latifúndios e porções menores de terra.

A maior parte da mão de obra ainda era cativa e, quando no século XIX houve o fim da escravidão, a promulgação da Lei de Terras assinou o seu “cativeiro”; dessa forma, a terra teve estabelecida a sua “prisão”: a Lei de Terras de 1850. Para Stédile (2005), essa lei foi um instrumento para que o sistema econômico escravocrata em crise sobrevivesse um pouco mais, o suficiente para os proprietários de escravos se adequarem a um capitalismo mais moderno, com mão de obra assalariada. A sua característica principal foi a implantação, pela primeira vez, da propriedade privada e capitalista da terra no Brasil distribuída em latifúndios. Segundo explica Stédile, “A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STÉDILE, 2005, p. 23).

A libertação da mão de obra escrava (1888) e a conseqüente venda da mão de obra livre do trabalhador, segundo Martins (2003), somente foi possível estabelecendo-se o aprisionamento da terra. Com o trabalhador do campo destituído dos meios de produção, restava-lhe somente vender sua força de trabalho. E assim, o proprietário de terras também se tornou proprietário do capital. De acordo com Martins (1991), a propriedade privada e capitalista da terra visa assegurar a exploração do capital sobre o trabalho.

Aqueles que não se estabeleceram naquele momento, como pequenos produtores, obrigatoriamente, migraram para as cidades para integrarem a força industrial. Essa relação explica a formação industrial oriunda da acumulação do capital agrário, que elucida a forma distinta que o capitalismo assumiu no Brasil. Martins (2003) acrescenta que,

Entre nós, apesar das tentativas, não vingou o modelo clássico, que em outros países separou a propriedade do capital e a propriedade da terra, separando, ao mesmo tempo, a classe dos capitalistas da classe dos proprietários de terra. Ambos, aqui, se fundiram. Isso dá aspectos muito especiais à nossa questão agrária, o que faz dela não só uma questão residual da questão da escravidão, mas também uma questão residual do modelo de acumulação capitalista que esse consórcio nos impôs historicamente. E estamos falando de um passado que é o nosso presente, que está vivo entre nós e atual (MARTINS, 2003, p. 170).

Segundo Oliveira (1994), a inserção do capitalismo no campo brasileiro ocorreu com a introdução de formas assalariadas de trabalho, como o boia-fria, contudo, o desenvolvimento dessas relações ocorre junto com relações não capitalistas de produção, como por exemplo o trabalho familiar, utilizadas também para a reprodução ampliada do capital. Este,

cria as formas de reprodução e sujeita à sua lógica a renda da terra do camponês, criando suas várias formas: parceiros, meeiros, arrendatários ou os camponeses proprietários.

Constata-se que a classe camponesa continua a se reproduzir no campo e tem redefinido suas relações de produção familiar. O trabalho assalariado não extingue absolutamente as relações não capitalistas. Isso é uma estratégia para o capital se recriar. Segundo Oliveira (1994),

No capitalismo, o trabalhador não é dono, nem pode dispor do produto de seu trabalho. Ele, em troca da cessão da sua força de trabalho, recebe uma quantia em dinheiro, o salário. Enquanto na parceria, por exemplo, ele é proprietário de parte da produção podendo dispor dela da forma que desejar e evidentemente não recebe dinheiro algum pelo seu trabalho dispendido para produzir a parte da produção que fica com o proprietário da terra (OLIVEIRA, 1994, p. 49).

De acordo com Martins (1979, p. 19), entende-se que “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. Portanto, para Martins (1979, 1981),

O capitalismo engendra relações de produção não capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações capitalistas (MARTINS, 1979, p. 21).

[...] não só relações não capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar do tipo camponesa, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo capitalista, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra (MARTINS, 1981, p. 171).

Nesse raciocínio, Conceição (1991) afirma que é a expansão desigual e contraditória do capitalismo que leva a essa situação na qual, de um jeito ou de outro, o camponês fica subordinado ao capital. Nesse sentido, Conceição (1991) explica,

A expansão do capital se faz de forma desigual e contraditória. Se os camponeses são expulsos da terra por causa desta expansão, estabelecendo relações de trabalho assalariado, a sua permanência na terra é necessária também a esta expansão, engendrando relações de trabalho não capitalistas. Ao se utilizar da mão-de-obra não remunerada (camponês) o capitalista recebe

parte do fruto do trabalho destes. Converte-o em mercadoria e o transforma em capital. Desta forma, ao criar e recriar o trabalho camponês (forma não capitalista de produção) ele expande o seu capital (CONCEIÇÃO, 1991, p. 94).

Ressalta-se que as relações não capitalistas de produção no campo são geradas pelo próprio modo capitalista em função do próprio processo contraditório de desenvolvimento do sistema. Desse modo, essas relações não capitalistas são necessárias para a reprodução do capital, pois o objetivo buscado é apropriação da renda da terra produzida pelos camponeses. Dialeticamente, tais relações são iguais e contraditoriamente indispensáveis para a perpetuação do sistema (OLIVEIRA, 2001).

Assim, mesmo a produção camponesa não sendo tipicamente capitalista, ela somente pode ser entendida a partir do desenvolvimento das relações do capital que, por natureza, são desiguais e contraditórias (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Dessa forma, o capitalismo expropria ao mesmo tempo em que abre a possibilidade da reprodução do camponês.

3.2 Camponeses – sujeitos históricos: contradição no modo capitalista de produção

O sujeito camponês deve ser entendido a partir das transformações ocorridas no campo ao longo da história, apreendendo-se, assim, a existência de suas interações enquanto sujeito do trabalho na terra, sujeito que define a sua produção na esfera da coletividade e que, por isso, para ser compreendido, deve ser observado na “estrutura societária mais geral” da qual faz parte. Para Shanin (1980),

Camponês é mistificação. [...] não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral. O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades (SHANIN, 1980, p. 44).

No processo de conhecimento das sociedades capitalistas como a brasileira, o conceito de camponês opera como seu contrário e como quem procura autonomia. Aliás, a

autonomia em relação à sociedade na qual está inserido é um aspecto específico do campesinato ainda que seu conteúdo varie de um lugar para outro.

O conceito de camponês não se fecha em si mesmo, não pode ser engessado nem enquadrado porque não é estático nem isolado, está inserido em um sistema societário. As respostas às situações de crise são complexas; os camponeses não esperam que lhe tragam soluções; suas soluções diante das dificuldades são criativas, flexíveis e inventivas (SHANIN, 2008). Esta capacidade de adaptação tem como objetivo a reprodução do seu modo de vida, autônomo, e não do modo de acumulação. Desse modo, o camponês deverá ser compreendido no sistema societário a partir de suas características sociais e econômicas específicas que o levam a buscar a sua autonomia e que se refletem nesse sistema societário. Shanin (1980) salienta que:

[...] os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia (SHANIN, 1980, p. 69)

Para Martins (1981), a concepção de camponês é política. “Está enraizada numa concepção de história das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais” (MARTINS, 1981, p. 22). Uma classe se forma quando os homens com interesses comuns se organizam e se articulam entre si contra homens com interesses contrários (SHANIN, 2008). O campesinato, enquanto classe em si, reconhece-se a partir do momento em que se vê ameaçado pela classe que lhe é antagônica (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Segundo as autoras,

[...] para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim, sua consciência de classe desnudada (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 27).

No entanto, a consciência de classe do campesinato, numa sociedade capitalista na qual o trabalhador não é dono dos meios de produção nem do produto do seu trabalho, é ambígua. Paulino e Almeida (2010) explicam que,

[...] uma consciência de classe que se expressa por meio da ambiguidade em virtude de que o camponês vive uma dupla e contraditória situação: é proprietário e trabalhador. Essa ambiguidade, no entanto, não representa um fim em si mesmo. Ao contrário, ela pode ser superada, pois, a história tem

mostrado que a permanência de traços conservadores e também radicais na ação do campesinato abre possibilidades para a luta anticapitalista quando este se vê claramente numa situação de oposição ao capital (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 27).

A luta pela manutenção de sua condição de proprietário de terra, contra a ameaça de expropriação, a luta pela permanência na terra, se junta à luta contra as diversas formas de exploração da renda da terra. Conforme Paulino e Almeida (2010),

É, portanto, essa radicalidade contida na sua ambiguidade que representa a potencialidade camponesa. Ou seja, por ter uma existência social marcada, ao mesmo tempo, pelo conservadorismo e pela radicalidade, ele cria a possibilidade, ao ser radical, de abrir brechas de enfrentamento ao capital e a seu protocolo de desumanização, transformando a ambiguidade em contradição. Expressando-se, portanto, como classe com consciência de classe (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 27-28).

Ao expressar-se “como classe com consciência de classe” os camponeses demonstram que passaram por um processo de formação de consciência coletiva, o que não ocorre apenas com o trabalho assalariado e com a separação do homem do produto do seu trabalho. Em suas abordagens, Fabrini salienta (2004) que,

Os camponeses têm demonstrado que podem desenvolver um conjunto de manifestações coletivas para garantir a sua existência. Não é somente uma ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção de mercadoria, como ocorre com os operários da indústria, que permite a formação da consciência coletiva. A consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos ao capital e aos proprietários de terra (FABRINI, 2004, p. 129).

Observa-se que essas ações de enfrentamento ao capital indicam possibilidades de mudanças na estrutura social e, por consequência, na economia e na política, e responde aos questionamentos que somente uma classe social pode levantar com o processo de luta pela terra dentro de um sistema econômico contraditório, como o sistema capitalista. O campesinato, apesar de subordinado, dominado e reproduzido pelo capital, lhe é contraditório. Suas relações de produção não são capitalistas. As principais características do sistema do campesinato são assim descritas por Shanin (1980):

Há aproximadamente uma década, foi proposto um delineamento de quatro características do camponês, incorporando: a) a propriedade rural familiar como unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura

específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN, 1980, p. 50).

Para Chayanov (1981), o objetivo da produção do campesinato se estabelece a partir das necessidades da família, em uma relação trabalho – consumo, em que há equilíbrio entre força de trabalho familiar disponível e o número de consumidores e suas necessidades. “A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade” (FABRINI, 2004, p. 127).

Mas, em muitas famílias camponesas pode ocorrer algum grau de desequilíbrio na relação trabalho-consumo devido a inúmeras causas: a presença de filhos pequenos que ainda não podem ajudar na lida, a ausência de filhos que já poderiam ajudar, para frequentar a escola; a presença de idosos, de pessoas doentes etc. O campesinato, em sua maioria, é plural e não singular, ou seja, no trabalho interno da terra predomina a energia familiar, a cooperação em detrimento da individualidade. A força de trabalho familiar é fundamental para a produção camponesa, como ressalta Oliveira (2001):

É pois derivado dessa característica que a família abre possibilidade da combinação muitas vezes articuladas de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o trabalho assalariado, ajuda mútua e parceria aparecem como relações que garantem a complexidade das relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é, primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

Segundo Chayanov (1981), as relações de produção camponesas estão no âmbito da economia natural, na qual a produção se dá conforme as necessidades de consumo de cada unidade de produção e não na quantidade que é possível produzir (que assume conotação diferenciada na relação econômica camponesa). Nesse sentido, observa-se que a economia natural difere do sistema econômico capitalista. O principal objetivo não é o lucro. Na economia de troca predomina a obtenção de quantidades com as quais se podem alcançar o lucro.

O produto do trabalho, na unidade de produção familiar camponesa, é destinado à única forma de renda que é extraída, pois, não há categorias da economia capitalista presentes nessa relação econômica. O produto do trabalho varia conforme a unidade familiar devido a diferença da qualidade da terra nas mais variadas propriedades e à distância em relação aos mercados e ao tamanho da família. Entretanto, o excedente adquirido não pode ser comparado

com a renda capitalista (CHAYANOV, 1981). Também para Chayanov, conforme Conceição (1991), a produção é determinada pelas leis de sobrevivência, sendo assim, é possível estabelecer uma relação direta entre a força de trabalho e o consumo. Mas o equilíbrio dessa relação também depende da qualidade e quantidade da terra e da integração do modo de produção camponesa na sociedade capitalista.

Se a terra é insuficiente, por exemplo, a família passa a buscar ganhos em trabalhos não agrícolas. Já quando há falta de capital, aumenta-se a força de trabalho (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Para essas autoras, Chayanov observa a perspectiva de ganho na unidade camponesa, pois ela está integrada ao mercado, entretanto, apresenta limites devido ao trabalho ser familiar e ao cansaço provocado. Quando há maior produtividade, a unidade familiar tenderá a cobrir as suas necessidades. Paulino e Almeida (2010) ressaltam que:

Levando em conta esse mecanismo interno de busca da proporcionalidade entre trabalho/consumo, a unidade econômica camponesa estabelece um ponto de equilíbrio onde a produção possui um limite, que é o da satisfação das necessidades da família, sendo desinteressante qualquer esforço maior. A própria extensão da unidade camponesa está determinada por esse equilíbrio interno (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 34).

O trabalho camponês, dividido em agrícola e não agrícola, além de ser determinado pela disponibilidade da terra, também é determinado pelo mercado, pois quando não há possibilidade de ganho em trabalho não agrícola a força de trabalho da família desloca-se do trabalho agrícola em sua terra, mas retorna à atividade agrícola assim que possível (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

A lógica camponesa está alicerçada na busca da satisfação das necessidades e na garantia da sobrevivência, entretanto, isso não significa que o camponês não tenha necessidade de outros bens, produzidos industrialmente, para facilitar a dinâmica cotidiana da vida, como meio de transporte, comunicação, entre outros. Uma importante questão a ser ultrapassada é a visão romântica do campesinato, aquele camponês bucólico e idílico, que vive de brisa e de amor, o ser vivente de uma ordem social perfeita que nunca existiu.

Não é a lógica da acumulação que determina a sua atividade produtiva, que não é produzir capital. O camponês, mesmo tendo a condição de ampliar seus ganhos, não pensa unicamente nessa possibilidade, ele “não trabalha com o princípio capitalista de valorização do capital e, sim, com uma análise do balanço trabalho-consumo que é subjetivo porque está baseada nas necessidades da família” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 36). Sendo este grau estabelecido pelo equilíbrio da força de trabalho.

3.3 Terra como condicionante da unidade de produção familiar camponesa

A sociedade capitalista tem o valor de troca dos bens como princípio mediador das relações sociais de trabalho, produção e consumo. O desejo de acumulação de riquezas subverte as necessidades reais produzindo a não diferenciação entre aquilo que é necessário e aquilo que é supérfluo, que, então, se torna fundamental no imaginário social para a reprodução da vida. Também por ter como princípio o valor de troca, tudo é transformado em mercadoria. Em uma produção não capitalista o valor de uso dos bens é o princípio e tem como premissa que esses bens são produto humano. Isso significa que neles está materializada uma quantidade e uma qualidade de trabalho, que é o que define seu valor de uso (MARX, 2010).

No processo de produção não capitalista, o valor de uso pode variar porque produtos diferentes exigem quantidade e qualidade de trabalho distinto em sua produção. Diferentes mercadorias têm valores diferentes porque exigem trabalhos diferentes. Para Marx, “No conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos, a divisão social do trabalho” (MARX, 2010, p. 64).

Está, portanto, claro: o **valor-de-uso** de cada mercadoria representa determinada atividade produtiva subordinada a um fim, isto é, um trabalho útil particular. Valores-de-uso não podem se opor como mercadorias quando neles não estão inseridos trabalhos úteis qualitativamente distintos. Numa sociedade cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadoria – isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias – essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis executados, independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma **divisão social do trabalho** (MARX, 2010, p. 64, grifos nossos).

O trabalho humano, no processo de transformação da natureza em riqueza material para satisfazer as necessidades humanas, torna-se criador de valores de uso. O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade.

Há a necessidade natural e eterna de se efetivar intercâmbio material entre os homens para se manter a vida humana (MARX, 2010, p. 65). A troca não direta das mercadorias, que são o produto do trabalho humano, ocorre com a intervenção do dinheiro.

Conforme Marx (2010) essa circulação pode ocorrer de duas formas: M-D-M e D-M-D' em que D, é dinheiro e M é mercadoria.

Na circulação M-D-M, ou circulação simples, Marx (2010) explica,

[...] a troca de mercadoria se realiza de duas metamorfoses opostas e reciprocamente complementares – a mercadoria converte-se em dinheiro e o dinheiro reconverte-se em mercadoria. As fases dessa transformação constituem atos do dono da mercadoria: venda, troca da mercadoria por dinheiro; compra, troca do dinheiro por mercadoria, e unidade de ambas as transações, vender para comprar (MARX, 2010, p. 132).

Na circulação simples há uma troca de produtos, ou seja, uma mercadoria produzida é levada ao mercado, tendo reconhecido o seu valor de uso, para ser trocada por outra mercadoria de que se tem necessidade, esta troca, no entanto, não é direta, é intermediada pelo dinheiro (MARX, 2010).

Segundo Marx (2010), na forma de circulação D – M – D', há a conversão do dinheiro em mercadoria que será transformada em dinheiro novamente, dando origem ao capital, já que o processo se inicia e termina com dinheiro; significa dizer que se inicia com a compra e termina com a venda. Portanto, Marx (2010) salienta que:

Na circulação M – D – M, o dinheiro vira mercadoria, que serve de **valor-de-uso**. O dinheiro é gasto de uma vez por todas. Na forma inversa D – M – D', o comprador gasta dinheiro, para fazer dinheiro como vendedor. Com a compra, lança dinheiro em circulação, para retirá-lo dela depois com a venda da mesma mercadoria. Solta o dinheiro com a segunda intenção de apoderar-se dele de novo. Por isso apenas adianta dinheiro (MARX, 2010, p. 179, grifos nossos).

Na forma M – D – M, a mesma peça de moeda muda de lugar duas vezes. O vendedor recebe-a do comprador e a passa para outro vendedor. Todo o processo se inicia com a obtenção de dinheiro em troca de mercadoria e acaba com a entrega de dinheiro contra mercadoria. O inverso ocorre na forma D – M – D'. Não é a mesma peça de dinheiro que muda de lugar duas vezes, e, sim, a mesma mercadoria; o comprador recebe esta das mãos do vendedor e a transfere para as mãos de outro comprador. Na circulação simples das mercadorias, a dupla mudança de lugar da mesma peça de dinheiro ocasiona uma transferência definitiva de uma mão para a outra; já na circulação D – M – D', a dupla mudança da mesma mercadoria ocasiona a volta do dinheiro a seu ponto de partida (MARX, 2010, p. 179).

As mercadorias produzidas na unidade de produção familiar camponesa, destinadas à troca, obedecem a uma circulação simples com a qual o camponês busca a satisfação das suas

necessidades. Suas ações no ciclo econômico têm como princípio o valor-de-uso. Nesse sentido, para Marx (2010),

O circuito M – D – M tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo [...] Na simples circulação de mercadorias, têm ambos os extremos do circuito a mesma forma econômica. Ambos são mercadorias. São também mercadorias com a mesma magnitude de valor. Mas são valores-de-uso qualitativamente diversos [...] A troca de produtos, dos diferentes materiais em que se encarna o trabalho social, é o que constitui a substância do movimento (MARX, 2010, p. 180).

A economia camponesa nega a fórmula capitalista de produção em que a mercadoria é objeto de reprodução de mais valor e, mesmo contraditoriamente estando nela inserido, o campesinato estrutura-se fundamentado em aspectos determinantes que permitem a sua reinvenção. Contudo, Karl Marx ensina isso de forma fundamental com sua análise sobre a mercadoria e as formas de valor que nela são travestidas nesse processo.

O valor assume condição diferenciada no campesinato, não se estabelecem metas com o objetivo de garantir mais-valia, a real estrutura está sedimentada nos princípios do pequeno produtor, no valor camponês. Assim, a prática agrícola não se dá unicamente como um negócio e os recursos de que dispõe não estão direcionados para o crescimento econômico como fim único. A ênfase dada ao valor de uso garante as características diferenciadas do trabalho camponês e suas relações com o mercado são para garantir as condições de reprodução da família.

Pontes (2015), ao analisar a economia camponesa a partir de Chayanov, afirma que, para este, o trabalho familiar na unidade de produção é a única forma possível para a aquisição de recursos, pois o camponês não se enquadra no mecanismo capitalista pela ausência de salários e do lucro. Deste modo, a produção camponesa se dá com base na terra e no trabalho da família, conforme a necessidade, que o que vai determinar a intensidade de exploração do trabalho.

A leitura de Pontes (2015) sobre a análise de Marx referente ao trabalho camponês ressalta que o trabalho camponês não maximiza lucro. Em suas relações de produção, não arbitra valor, como um capitalista que, em todo o processo, procura deduzir os custos daquilo que produz com fins de tornar iguais o valor da produção e o valor médio de mercado. Pontes (2015) relata em sua abordagem que:

[...] Sem dúvida, o principal ponto desta citação se relaciona com o fato de que o camponês não maximiza nem lucro, nem renda. Outra consequência importante, na análise de Marx, é que a lei do valor não se cumpre para a produção camponesa: as transações do pequeno produtor não são guiadas por um preço de mercado que iguale o valor, ou ao menos, preço de produção. Assim sendo, sempre uma parte do trabalho excedente é cedida gratuitamente à sociedade. Para o camponês isto não é importante, não é um obstáculo para continuar a produzir, porque não tem consciência disto. Seu trabalho não aparece como um custo “objetivo”, enquanto obtiver a sua subsistência, prosseguirá à referente da sua exploração (PONTES, 2015, p. 37).

Desse modo, o que não pode acontecer ao camponês é ele ser uma das facetas da entrada do capital no campo, que pode ser constatada com a separação da terra do camponês, e essa premissa tem sido constante no processo de expansão do sistema dominante. A terra cumpre função determinante no desenvolvimento da vida camponesa, pois é a forma de reprodução da vida, a garantia do sustento e o instrumento de trabalho.

Com a expropriação, o capital amplia seu crescimento e garante uma extração ainda maior da renda do que a terra produz; ao mesmo tempo, subjuga e relega o camponês às condições de pauperismo, pois sem a terra, resta-lhe unicamente a sua força de trabalho para vender a preços mínimos, que também são impostos pelo capital em sua trajetória de apropriação. Martins (1991) enfatiza que:

O capital, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista. Para que isso ocorra é necessário separar o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho; para evitar que o trabalhador trabalhe para si mesmo, isto é, para evitar que deixe de trabalhar para o capitalista (MARTINS, 1991, p.51).

Daí pode-se observar que há toda uma inter-relação entre a terra e a exploração do trabalho, pois a retirada do meio de produção do camponês altera as relações de trabalho, transformando o camponês em assalariado, no campo ou na cidade; ao mesmo tempo em que dispensa esse sujeito, necessita de sua força de trabalho para a sua expansão. Martins (1991) evidencia que:

A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face de seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado. Ele terá agora de vender a sua força de trabalho ao capitalista,

segundo as regras do mercado, e não conforme as suas necessidades reais. Já não é ele, trabalhador, quem diz quanto precisa, juntamente com sua família, para sobreviver; é o capital que lhe dirá quanto quer pagar, segundo as leis do mercado. Se houver muita gente procurando trabalho, se for muito grande o número de expropriados que não conseguiu encontrar emprego, a tendência será a da queda dos salários, a sua redução a níveis até inferiores às necessidades mínimas vitais do trabalhador (MARTINS, 1991, p. 52).

Essa condição, perpetrada pelo capital no campo mostra claramente como ocorrem as determinações do sistema, suas estratégias, para a consumação da extração da renda da terra. A terra aparece como substrato da natureza, que não é produzida pelo trabalho humano, mas que gera riqueza mesmo não sendo resultado do trabalho.

Dessa forma, a separação entre homem e terra, essa última enquanto meio de produção, entra no circuito de ações que são articuladas para o subjugo do camponês e sua conseqüente expropriação. A posse da terra é a certeza da continuidade da produção de riqueza, tanto para o campesinato que a tem como condição de vida, quanto para o capital que a insere no ciclo da mercadoria. No entendimento de Conceição (1991),

A terra é a garantia, é certeza, é a vontade, o sonho de mudar, a negação da exploração da submissão. Em toda a sua vontade há uma recusa constante de ser empregado. O trabalho assalariado é a negação desta autonomia, logo, o amor à terra está ligado à sua condição de vida nesta terra; enquanto condição de apropriação, há a resistência à sujeição do trabalho ao capital (CONCEIÇÃO, 1991, p. 129).

Com a expansão do capital no campo, como a modernização em terras do Cerrado, a terra de trabalho passa a ser terra de exploração. Assim, observa-se o processo de subordinação da agricultura ao capital. Entretanto, contraditoriamente, há a permanência, no campo, da unidade de produção familiar que resiste à pressão do capital, que a classifica como atrasada e primitiva, justificando assim sua integração à modernização, a subordinação do trabalho ao capital (CONCEIÇÃO, 1991, p. 131).

Ter a posse da terra para o modelo capitalista significa garantir as possibilidades da extração da riqueza. Esta é a sua diferença crucial em relação à produção camponesa. Daí a necessidade, para o sistema capitalista, de promover de forma crescente a expropriação do pequeno produtor, ou subordiná-lo de outras formas, pois, contraditoriamente, para auferir ainda mais ganhos, utiliza-se da sua força de trabalho por meio de relações de produção atípicas ao capital.

A propriedade camponesa da terra nega as formas capitalistas de produção. O modo do camponês de cultivar a terra e as relações nela mantidas evidenciam a especificidade do campesinato, significando a liberdade de trabalho. A terra não é prisão, não é um fardo no cumprimento da labuta diária. Neste contexto, apreende-se o sentido da teoria do valor de uso, a terra representa a satisfação das necessidades porque nela está contida a reprodução da vida, o meio da sobrevivência e sua autonomia frente ao sistema.

Conceição (1991), ao mostrar o significado e a significância da terra para o camponês, ressalta que a subordinação do trabalho ao capital elimina a autonomia do trabalhador e nesse processo o sujeito perde a sua identificação enquanto produtor. Entretanto, enquanto ainda houver condição de apropriação da terra, haverá a resistência à sujeição ao capital e a luta para continuar na *terra de trabalho*.

A utilização da terra enquanto propriedade privada se insere no circuito da economia capitalista para a extração da renda da terra, seja direta ou indireta, por meio da exploração do trabalho ou da venda; “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho” (MARTINS, 1991, p. 55).

Esse entendimento da terra enquanto instrumento de trabalho garante ao trabalhador a sua reprodução. Nesse sentido vê-se que a terra adquire caráter social, para garantia da alimentação da população e não para o enriquecimento pessoal. Ao se conceber o uso da terra pelo viés do capital, relega-se à sociedade uma desigual distribuição de riqueza, pois, os grandes proprietários apoderam-se desse instrumento de trabalho para usufruto particular. Nesse contexto, muitos conflitos existem entre aqueles que são detentores do capital e os despossuídos das condições de sobrevivência.

Essa questão sobre a propriedade da terra abre a discussão sobre a apropriação da sua renda, porque, mesmo que ela não seja trabalhada, o proprietário cobra e recebe da sociedade esse valor. Apesar de não ser produto do trabalho e, sim, bem natural, a terra, como meio de produção garante ao seu proprietário um tributo social pelo seu uso. Por essa razão, são estabelecidos os embates, pelos capitalistas, com a finalidade de manterem o monopólio da posse da terra (MARTINS, 1991).

Contra essa condição capitalista, a luta pela terra no Brasil se coloca como uma forma de resistência camponesa para garantir sua terra de trabalho, contrapondo-se aos ditames do capital que permite a acumulação individual para seus proprietários, expropriando e explorando os trabalhadores, ao mesmo tempo em que controla todo o sistema produtivo. O que

o capital almeja é lucro e renda e para efetivar seu objetivo promove ações em cadeia, em rede, que levam à concentração de terras e/ou de suas rendas. O apoderamento da terra é, portanto, essencial para as pretensões do sistema produtor de mercadorias.

Segundo Paulino (2006), no modo capitalista de produção, a desigual apropriação do território promove a valorização da terra e impede o acesso a ela daqueles que não dispõem de formas de reprodução, desequilibrando a distribuição da riqueza gerada pelo trabalho humano.

Dentro do contexto apresentado, a próxima seção apresenta o modo de ser e viver camponês na Comunidade Camponesa Ribeirão, descrevendo-a como território camponês.

4 OS CAMPONESES DO SÉCULO XXI: Comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO)

[...]

Eu que plantei muito e não tenho nada, ouço tudo e calo na caminhada, deixo que ele diga que eu sou preguiçoso, mas não planto em tempo que é de queimada.

(Geraldo Vandré “O Plantador”, s/d)

Quando um território já constituído torna-se alvo de interesse para sujeitos de fora dele, estabelece-se uma disputa. Interesses conflitantes estão convergindo para uma mesma área do espaço. O Estado intervém, através de políticas públicas, geralmente para favorecer os interesses do capitalismo, porque se faz dele seu representante. O Estado opta por um modelo de desenvolvimento para o país como um todo, mas, em um só país, pode haver inúmeros territórios e projetos distintos de desenvolvimento desses territórios.

Um Estado que adota o capitalismo o faz para todos os territórios do meio urbano e do meio rural. Atualmente, no Brasil, no meio rural, o capitalismo se territorializou através do agronegócio, praticado em grandes extensões de terra e produtor de *commodities*. O argumento que justificou sua implantação é a modernização do país. Mas, o campo já contava com outras práticas produtivas, como a lógica familiar camponesa. Assim, à medida em que o capitalismo avança no meio rural, ele cria conflitos e disputas.

A reprodução do capitalismo é contraditória e combinada, ou seja, ao mesmo tempo em que estabelece relações sociais de produção e trabalho especificamente capitalistas produz ou mantém, também igual e contraditoriamente, relações sociais não capitalistas de produção e de trabalho. Assim, a partir de diferentes conjunturas políticas, sociais e econômicas, o capitalismo, no meio rural, manifesta-se tanto pelo agronegócio e pelas agroindústrias, quanto pela “permissão” para que os camponeses sobrevivam, mas, obviamente, desde que lhe sirvam para alguma coisa.

Por isso, a presença do capitalismo, como é o caso do agronegócio no campo brasileiro, reconfigura o modo de ser e de viver das relações não capitalistas, como é o caso dos camponeses. Mas, embora afetados por novos valores e culturas oriundas da modernização, os

camponeses permanecem e continuam se reproduzindo em frações do território, historicamente, através de suas relações sociais e de trabalho.

Assim, é necessário compreender a existência e dinâmica desses sujeitos, os camponeses, e o resultado de suas relações sociais e de trabalho, do presente e do passado, desse grupo de identidade e pertencimento, renovável, em um lugar do mundo, qual seja, a comunidade (RODRIGUES, 2014). Sendo assim, buscar-se-á demonstrar neste capítulo a configuração socioespacial dos camponeses, tendo como foco a Comunidade Ribeirão, no Município de Catalão (GO).

4.1 Territórios camponeses: os sujeitos da pesquisa

Ao se buscar conhecer o camponês, tem-se como ponto de partida as reflexões propostas sobretudo por Woortmann (1997) que compreende que este sujeito se caracteriza por ter a posse da terra e executar o trabalho na terra com sua família, garantindo assim a sua reprodução. Deste modo, o conjunto de terra, trabalho e família assume importante significado na compreensão dos aspectos socioculturais e dos modos de vida dos camponeses.

Terra, trabalho e família são os elementos definidores do sujeito camponês, mas, atualmente a diversidade e a complexidade das relações sociais nas quais os camponeses se veem, requerem outros elementos para a sua compreensão. Vergés (2011) afirma em sua obra “Os novos camponeses” a necessidade de não engessar sujeitos em um determinado modelo e em um determinado período da história e que “[...] as definições servem apenas para comprovar que a realidade era mais variada e complexa do que quando a tomamos, além de já ter mudado” (VERGÈS, 2011, p. 13).

Dessa forma, os camponeses devem ser vistos como parte do modo capitalista de produção, mesmo porque, apesar de serem contrários a ele em muitos pontos, estão nele inseridos. Segundo Vergés (2011),

Mas fluidez ou fugacidade não significam inconsistência ou falta de raízes. Extremamente diversificados, os camponeses compartilham discretos sinais de identidade: um certo ar familiar que lhes permite o reconhecimento mútuo em festas sociais e a **capacidade de conspirar** além de oceanos e continentes, superando diferenças abismais de cultura, sociabilidade e tecnologia. Obrigatoriamente **inquietos**, pois de outra maneira naufragariam em um mundo instável e constantemente fatal, os camponeses permanecem, não tanto

por suas supostas invariáveis (terra, trabalho e família) mas, sobretudo, por seu **modo de transformar, por valores e projetos implícitos em suas múltiplas e complexas estratégias de sobrevivência** (VERGÉS, 2011, p. 13-14, grifos nossos).

E assim, partilha-se nessa pesquisa a ideia de que o camponês:

[...] pode ter terra e até um módico capital, vende ou come o que planta e pode contratar temporariamente peões, outras vezes é ele mesmo quem vende sua força de trabalho por um salário. O camponês é um pouco fazendeiro, um pouco burguês e um pouco proletário. É um fantasma multiforme definido por sua intrincada complexidade (VERGÉS, 2011, p. 67).

Muitos camponeses não se reconhecem camponeses, não conforme o conceito de camponês adotado nesta Dissertação, identificando-se, via de regra, como agricultores ou produtores rurais, os que têm terra e/ou plantam lavouras comerciais. Mas isso, como retrata Paulino (2006), não invalida o uso da palavra e do conceito de camponês, nem a ação desses sujeitos, até porque esse uso foi incorporado apenas recentemente no Brasil com valor de expressão política, também recente, desses sujeitos na estrutura de classes. Para Martins (1981), na formação do conceito de camponês, ocorre um escamoteamento que:

[...] é o produto necessário, a forma necessária e eloquente de definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho [...] (MARTINS, 1981, p. 25).

Em seus processos recentes de expressão política é essa exclusão política e essa desapropriação de seu trabalho que os camponeses buscam combater. Desse modo, a denominação camponês aparece nesta pesquisa em substituição a uma série de termos utilizados hoje no Brasil, até pelos sujeitos que trabalham na terra com suas famílias e a outros que muitas vezes trazem um sentido pejorativo determinado pela classe dominante.

A utilização da expressão *camponês* e do conceito que ela, assim, traz, aqui, também irmana-se à de outras pesquisas que têm como objetivo projetar a organização e a luta dos camponeses a partir do século XX. Sendo assim, “não se trata de uma questão meramente vocabular, mas eminentemente política” (PAULINO, 2006, p. 20). Nesse conceito político de camponês se entrelaçam reflexões sobre o poder e o controle social resultados das relações sociais e de trabalho do presente e do passado, dos camponeses, e sobre a análise do território.

Território, aqui, é compreendido a partir das relações de poder, ou seja, de sua dimensão política. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem, ao mesmo tempo, inseri-los num determinado contexto geográfico-territorial, como assinalado por Haesbaert (2009). Para Raffestin (1993, p. 48), compondo-se “de duas faces”, “expressão” material e “conteúdo” significativo, simbólico, o espaço é um “espaço relacional”, “inventado” pelos homens.

Na região denominada Comunidade Ribeirão, as relações de produção camponesas não são hegemônicas, mas, dada a resistência destas, neste trabalho científico busca-se analisá-las associadas ao estudo da parte do território que é território camponês, pois conforme ensina Paulino (2006, p. 23), “a reprodução da classe camponesa pressupõe o controle de parcelas do território”.

Contudo, há que se dizer que este território não pode ser entendido senão como parte de um todo, qual seja o território capitalista, de modo que o território controlado pelos camponeses como é o caso de alguns lugares da Comunidade Ribeirão, é *integrante* da e está *integrado* à ordem dominante. Calabi e Indovina (1973) reconhecem esse fato e afirmam que “Uma análise do território, embora possua seus próprios instrumentos, deve configurar-se como uma leitura que diz respeito ao processo total e específico do capital [...] o fim último da organização territorial” (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 48).

Trata-se de afirmar que a recriação do campesinato está articulada a um sistema orientado para a acumulação ampliada do capital, ou seja, confirma-se que a dinâmica das forças produtivas determina a configuração do território, mas, dessa configuração, pode fazer parte o campesinato e, certamente, ele é antagônico ao capital. A esse respeito, Oliveira (2002) pondera:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações [...]. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] Dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

Sendo assim, há uma relação de poder no processo de construção do território, que não é um, são vários e que definem-se nos embates e confrontos entre classes. É por essa razão que, ao se analisar a presença do campesinato e a sua reprodução em um lugar, deve-se fazê-lo considerando-se a constante resistência dos camponeses, seja para a manutenção da renda da

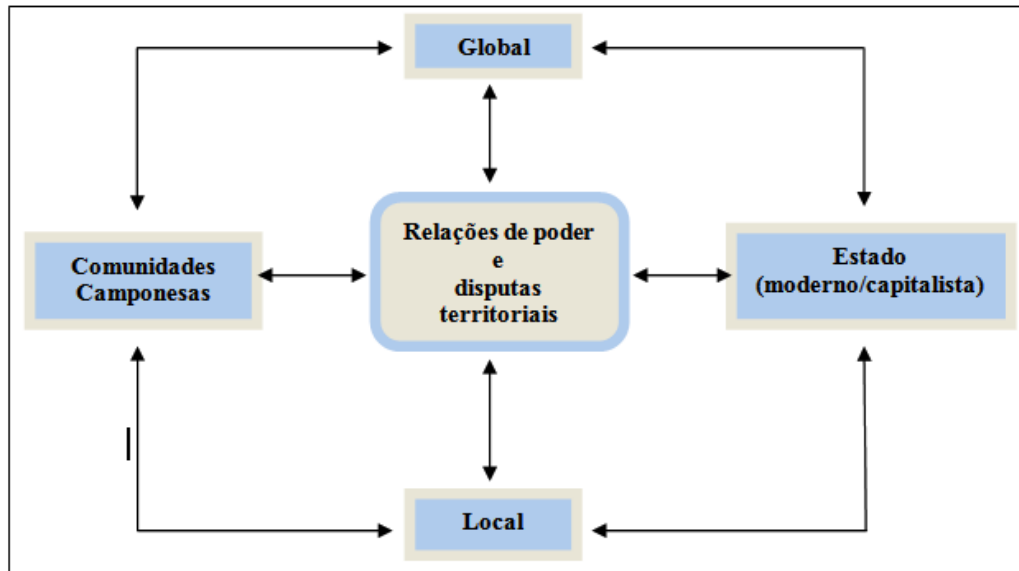
terra, assegurada em ações autônomas em relação ao capital no processo produtivo ou na comercialização, seja para não cair na tentação da especulação imobiliária, devido, especialmente no caso da Comunidade Ribeirão, à proximidade com a rede urbana.

Raffestin (1993), ao destacar o poder como centralidade na produção do território, torna a compreensão de território mais ampla. O autor complementa descrevendo o território como a “prisão” que os homens constroem para si, ou seja, é um determinado espaço socialmente apropriado, produzido, do qual não se pode sair e o qual deve-se defender. Também para Raffestin, o poder se enraíza no trabalho, “força dirigida, orientada, canalizada por um saber” (RAFFESTIN, 1993, p. 56). Ao apropriar-se do trabalho, a sociedade capitalista o destrói, separando a energia da informação, o trabalho manual do trabalho intelectual, impedindo o homem de dispor de uma e de outra concomitantemente. Isso porque, com o estabelecimento da sociedade burguesa/moderna, as relações de dominação e servidão foram “substituídas” pelo signo moderno do sujeito de direito e livre para fazer contrato. Estas são características da sociedade moderna que se misturam às relações sociais e de trabalho que caracterizam os territórios Comunidades Camponesas.

Para produzir seus territórios, as Comunidades Camponesas de Catalão (GO) – (Mapa 01) de todas as comunidades exposto no primeiro capítulo – exercitam o saber geográfico que têm do espaço. Assim, situando suas experiências espaciais, vinculadas às suas práticas cotidianas de relações sociais e de trabalho, em um lugar, transformam-no em seu espaço de vida. Esta situação supõe um domínio do espaço que, em certa maneira, caracteriza sua existência. Ao apreenderem o espaço que os rodeia através das relações sociais e de trabalho, os camponeses estabelecem limites, criam seus territórios.

Como retrata Rodrigues (2014, p. 25), os camponeses tecem seus territórios a partir de uma trama de relações composta pelos próprios camponeses e suas Comunidades, pelo Estado, representante e defensor dos interesses capitalistas, e pelas escalas espaciais global e local. Veja-se a representação dessa trama no fluxograma a seguir.

Figura 1: Fluxograma estrutura da pesquisa.



Fonte: RODRIGUES, G.S. (2012)

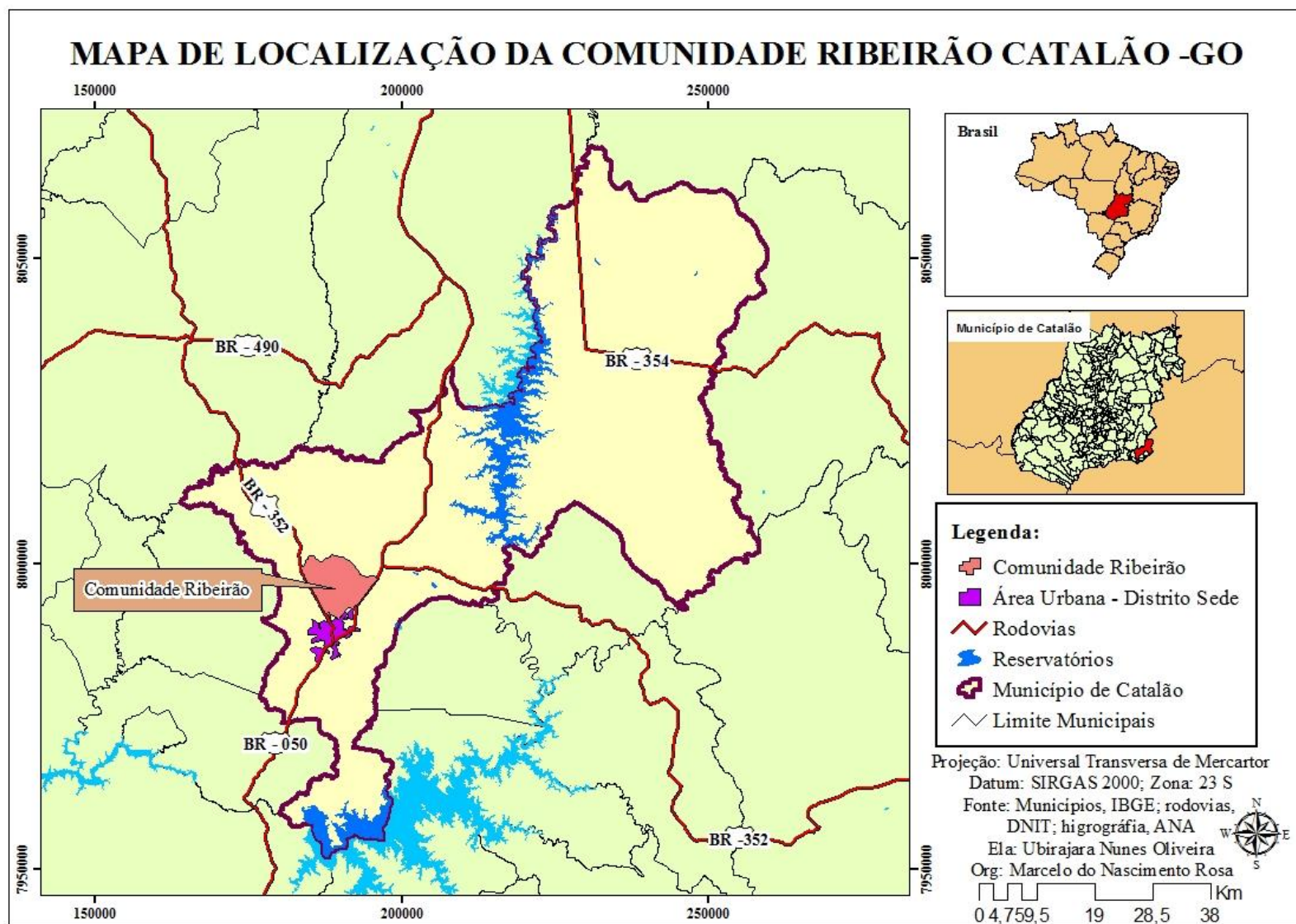
Esses quatro elementos: camponeses/comunidades, Estado, tramas global e local tecem as disputas territoriais internas e externas e, dessa forma, estabelecem entre si de conflito. As Comunidades Camponesas que se constituem pela própria lógica camponesa são territórios produzidos pelos camponeses e são caracterizadas por um componente político, presente nas relações sociais e de trabalho estabelecidas ao longo da história.

O Estado, responsável pela gestão e pelo controle, que pode ou não serem coercitivos, opera numa determinada base territorial, tomada por ele como *comunidade rural* (RODRIGUES, 2014) e o Estado é o representante do moderno capitalismo das classes dominantes impondo-se às classes dominadas, no caso, os camponeses. Esse processo envolve também o poder simbólico, na produção e aceitação de consensos e ideologias desenvolvimentistas.

Uma das formas de as classes dominantes, via Estado, manterem o controle da população do território em que operam é através das políticas públicas de desenvolvimento rural norteadas pela lógica da modernização capitalista, que se impõe em escala global e precisa alcançar, para isso, a escala local, o território, que, para os sujeitos que o constituem, é a Comunidade Camponesa⁹.

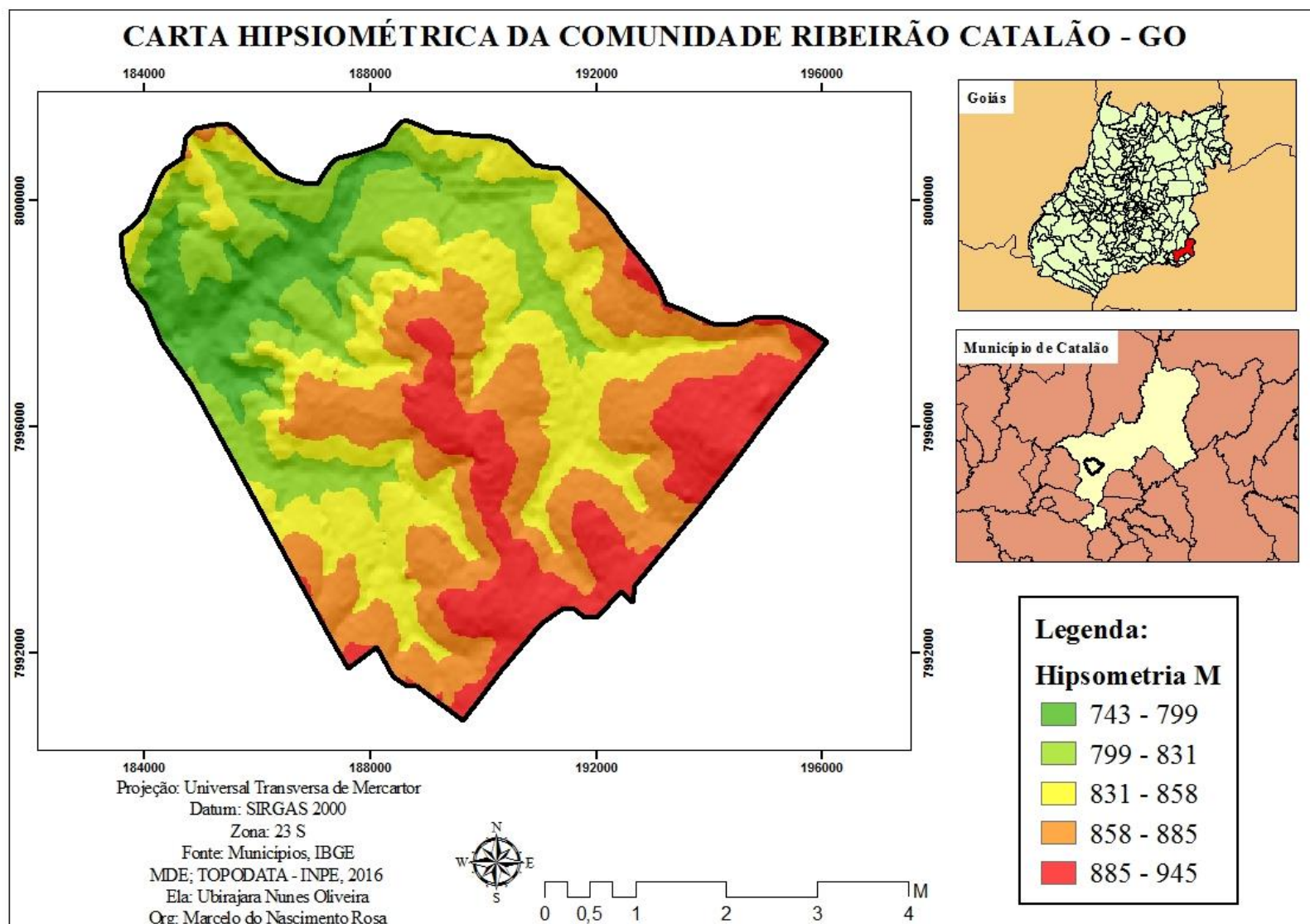
⁹ Concorde-se com Rodrigues (2014, p. 26) que usa, “O termo comunidade camponesa para designar as comunidades rurais do município de Catalão (GO) compreende que, este território, é do camponês e o camponês nele está como sujeito [...]”.

A Comunidade Ribeirão (Mapa 4) está situada no município de Catalão (GO), na zona rural, distando entre 10 km e 30 km da sede do município. Faz divisa, ao sul, com a cidade de Catalão (GO). Limita-se ainda com as Comunidades Coqueiros, Morro Agudo-Olaria e Tambiocó. A principal via de acesso à Comunidade é uma estrada vicinal não asfaltada, mas o acesso também pode ser feito pela rodovia federal BR-050 ou pela rodovia estadual GO-330, que liga Catalão (GO) à capital do estado, Goiânia.

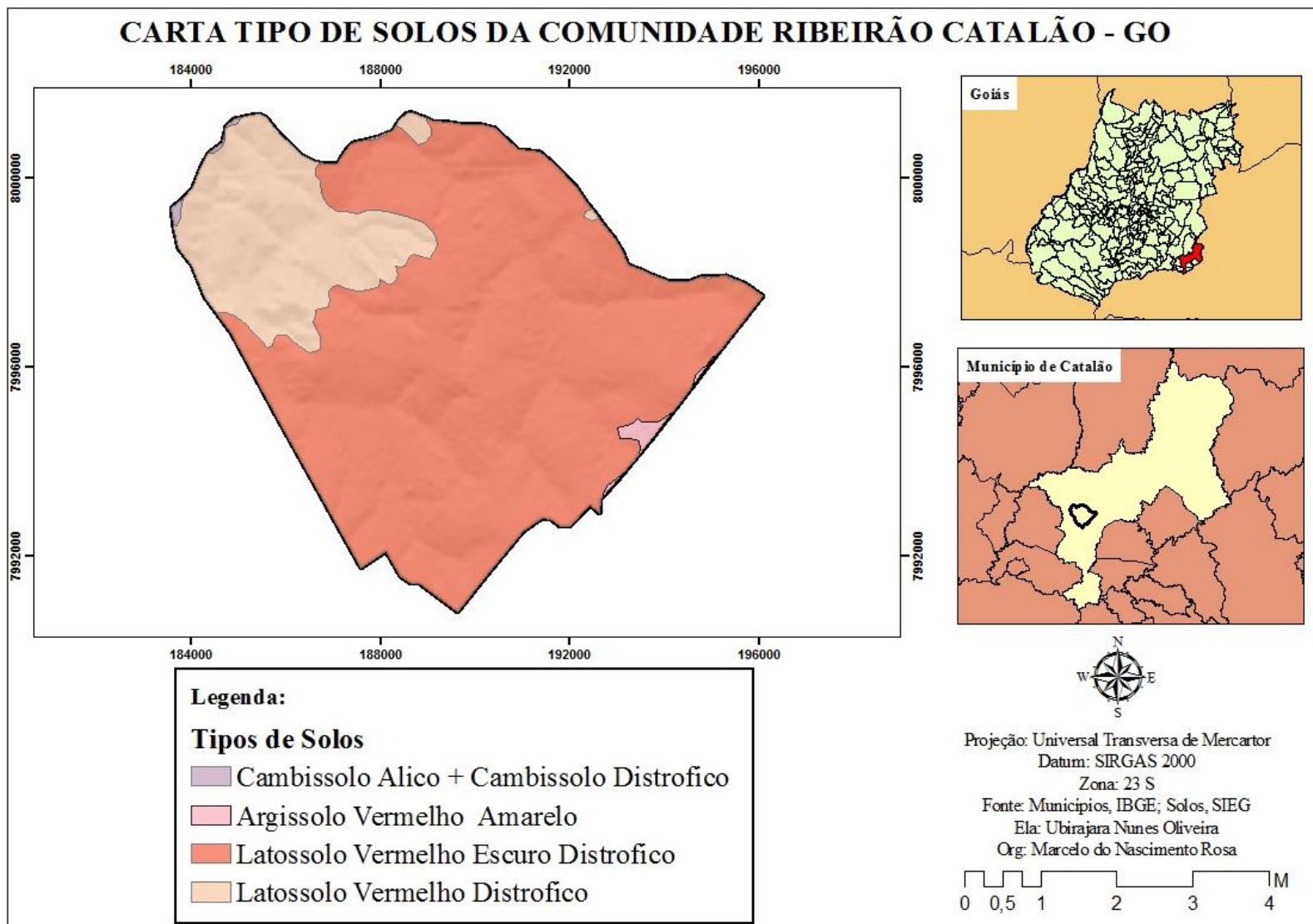


Mapa 4: Localização da Comunidade Ribeirão. Município de Catalão (GO).

O município de Catalão (GO) está localizado na área caracterizada pelo Planalto Central. A topografia da Comunidade Ribeirão apresenta áreas planas e áreas fortemente onduladas (Mapa 05), com altitudes que variam de 668 m a 885 m. A Comunidade Ribeirão possui cursos d'água com pouco volume, mas com muitas nascentes que aos poucos vão formando córregos. Essas águas são fonte de captação para o abastecimento urbano e vêm ocorrendo conflitos sobre seu uso. Nas áreas planas e pouco ou mediantemente onduladas, inicia-se o cultivo de monocultura, como a de soja, para fins comerciais. Além da topografia e da presença de cursos d'água, a composição do solo (Mapa 06), nestas áreas, classificado como Latossolo Vermelho Escuro Distrófico e Latossolo Vermelho Distrófico, é fértil e possibilita diferentes plantios.

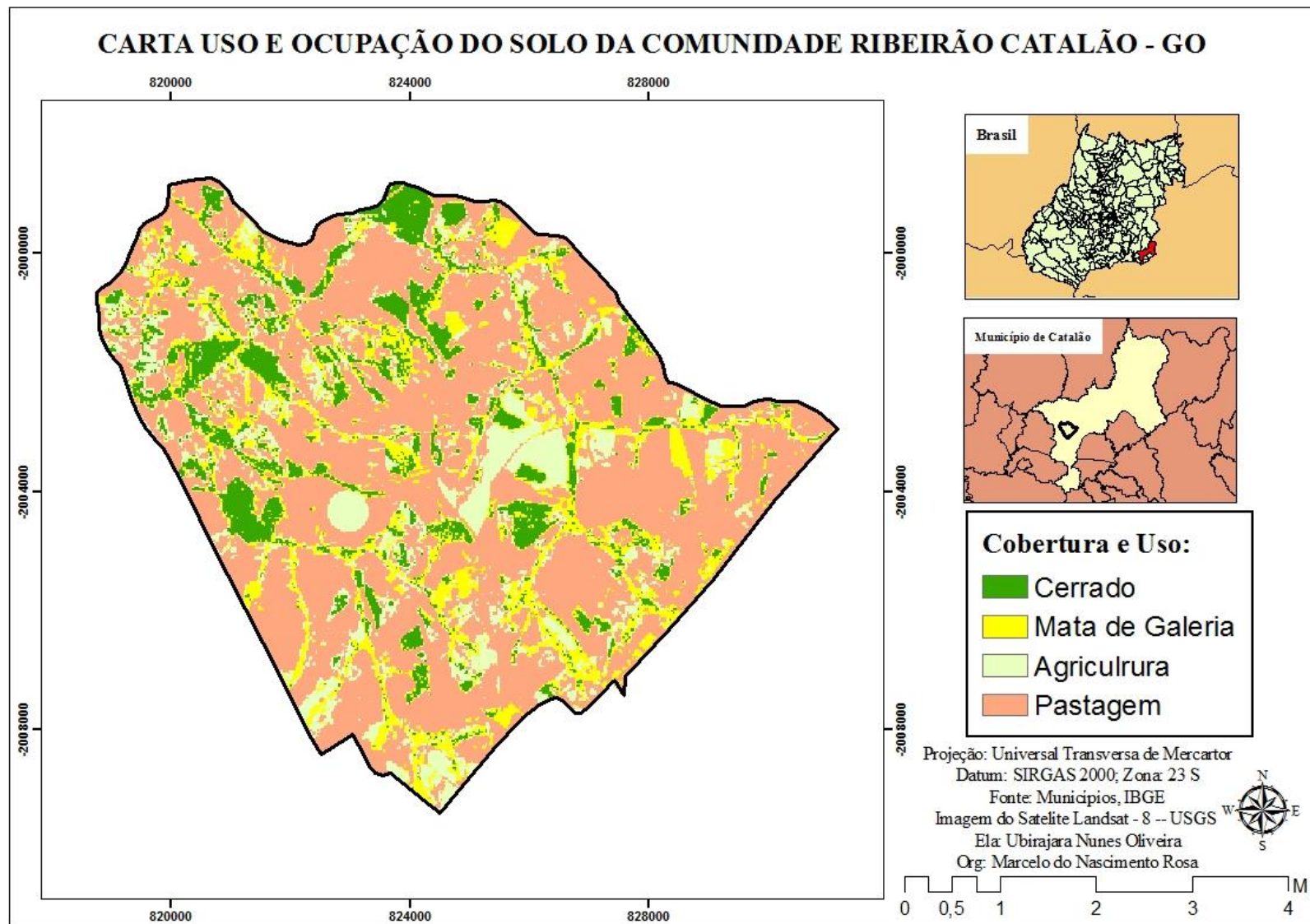


Mapa 5: Carta Hipsométrica da Comunidade Ribeirão. Município de Catalão (GO).



Mapa 6: Carta tipos de solo da Comunidade Ribeirão. Município de Catalão (GO).

O Cerrado, vegetação original de áreas de terra chamadas campo, por causa do tipo de solo, foi quase totalmente substituído pelas pastagens e também por lavouras. A vegetação original do tipo floresta tropical, entremeada no Cerrado, cobria um tipo de solo chamado “cultura”, que ocorre geralmente em áreas mais baixas. Todavia, essa vegetação também já deu lugar a pastagens e lavouras. Ainda existem alguns trechos de matas de galerias e áreas de Cerrado (Mapa 07).



Mapa 7: Carta uso e ocupação do solo da Comunidade Ribeirão. Município de Catalão (GO).

Nota-se que a área da Comunidade está tomada por pastagem, entremeada com áreas de cultivos e áreas de Cerrado, portando, a criação de gado é predominante, pois a mesma é tida como poupança pelos camponeses, porém, a agricultura é consorciada mesmo que em menor escala.

Atualmente, a maioria dos camponeses da Comunidade Ribeirão possui energia elétrica e água encanada. Sua população é constituída por camponeses, chacareiros¹⁰ e empresários rurais¹¹. De acordo com o agente de saúde (em entrevista no mês fevereiro de 2015), há cerca 200 famílias¹² vivendo na Comunidade. No entanto, sempre há gente saindo e gente chegando, por exemplo, por causa de casamentos de filhos ou retorno de famílias que, num primeiro momento, retornam à Comunidade como espaço de moradia dada a proximidade com a cidade de Catalão. As sedes das fazendas mais antigas foram construídas ao longo dos córregos (foto 1), em áreas de solos férteis, pela facilidade de acesso à água.

Foto 1: Moradia de uma das famílias da Comunidade Ribeirão (o ribeirão está localizado nas veredas ao fundo).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2014).

¹⁰ Entende-se por chacareiros aqueles empresários ou comerciantes que têm propriedades rurais para fins de lazer.

¹¹ Empresários que cultivam a terra com fins lucrativos utilizando, unicamente, mão de obra assalariada. Não estabelecem nenhum vínculo de sociabilidade com o local.

¹² O cálculo das famílias foi baseado na quantidade de propriedades assistidas pelos Agentes de Saúde que atende a Comunidade Ribeirão, a Samambaia e a Sucupira. As comunidades contam com dois agentes que assistem essas famílias. Cada um tem um número X de famílias para atender, sendo que uma faixa limita as áreas de cada Agente. Contudo, as famílias que vivem nessa faixa de transição não são assistidas. Os números aqui apresentados são apenas aqueles que constam nas listas dos Agentes de Saúde, nesse sentido, os números podem ser maiores.

A moradia (foto 1) é de uma camponesa que vive há 50 anos na Comunidade Ribeirão, onde nasceu. Herdou de seus pais a propriedade, localizada nas áreas de solos mais férteis; inclusive sua família foi uma das que iniciou a formação da Comunidade a partir da Fazenda Ribeirão. A eletrificação rural, ocorrida na década de 1980, segundo relatos dos camponeses, contribuiu para que alguns sítios construíssem suas sedes em áreas mais elevadas, antes de difícil acesso, pois a energia elétrica possibilita levar água a essas áreas com bombas e motores.

A territorialização dos camponeses na delimitação territorial Comunidade Ribeirão ocorre, segundo Mendes (2005), no início do século XX, com os primeiros imigrantes de origem portuguesa. Durante o trabalho de campo não foi incomum ouvir histórias que narravam a posse da terra por certas famílias há mais de cem anos, como se pode observar no relato da Sra. Elvira Cândida de Jesus Pereira, moradora da Comunidade Ribeirão:

[...] a gente mora aqui desde que nasceu, mais essas terras aqui já era da nossa família há muito tempo, mais de cem anos. Foi povo nosso que ajudô a formá toda essa terra aqui. Eles formô muita terra, tudo isso aqui era uma terra só, mas aí foi dividino e ficô um monte de terra pequena (Entrevistada Elvira Cândida de Jesus Pereira. 50 anos, 15/05/2015).

Apesar de a concessão de terras, primeiramente pela Coroa Portuguesa depois pelo Império Brasileiro, através do sistema de Sesmarias, inevitavelmente, ter levado à predominância dos latifúndios em todo o Brasil, ao longo do desenvolvimento das atividades econômicas, formaram-se também territórios camponeses. Na área rural do município de Catalão também, onde ainda há uma territorialidade camponesa, se deu primeiramente a concentração da terra.

As famílias recém chegadas adquiriam grandes parcelas de terra e as utilizavam para a criação de gado de corte (comercial) mas também para a produção de alimentos para o autossustento. Com o crescimento das famílias, algumas grandes fazendas foram divididas, se tornando “regiões” formadas por inúmeras pequenas parcelas de terra entre tantas outras. Essa também é a origem da Comunidade Ribeirão.

Os camponeses que foram entrevistados durante o trabalho de campo relatam que a Comunidade era uma grande fazenda chamada “Fazenda Ribeirão¹³”. Produzia-se basicamente para o autoconsumo, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, algodão, amendoim,

¹³ A fazenda recebeu esse nome devido a um curso d’água, o Ribeirão Samambaia, que corta a localidade, fator que foi preponderante no interesse por ela.

milho e mais as frutas do quintal, e criava-se animais como, suínos, equinos e aves, entre outros, também para o autoconsumo. Gado bovino era criado com duas finalidades: de autoconsumo e de comercialização. A maioria dos alimentos sofria processamento na propriedade.

Segundo relatos orais, o Sr. Limírio Marinho da Fonseca teria sido um dos primeiros donos da então Fazenda Ribeirão. Contudo, os camponeses dizem não saber a história anterior à chegada do Sr. Limírio. Mesmo os descendentes do Sr. Limírio, conforme apurou Guimarães (2010) durante sua pesquisa de dissertação, não conhecem essa parte da história.

[...] três de seus netos, José Limírio Neto, Orlando João Ribeiro e Anísio João Ribeiro que, na data da entrevista estavam com 73, 84 e 88 anos, respectivamente, lembram como era a conformação espacial da Comunidade a partir da 3ª década do século passado, da qual conseguem se lembrar, pois eram crianças. A propriedade foi adquirida pelo avô por meio de compra, não sabendo detalhar o preço em equivalência produto (por exemplo, quantas cabeças de vaca). Afirmam que o avô veio da Comunidade Custódia (situada ao norte da Comunidade Ribeirão, distando aproximadamente 20 quilômetros) e detalham que a propriedade abrangia a maior parte do que se considera hoje como a Comunidade Ribeirão (GUIMARÃES, 2010, p. 110).

Com o crescimento da família do Sr. Limírio, a fazenda Ribeirão passa por um processo de transformação, naquela época era comum as famílias serem compostas por muitos filhos (herdeiros), neste caso eram seis filhos, sendo três homens e três mulheres. Com o casamento desses filhos, a grande fazenda começou a se dividir em diversas parcelas mesmo antes da morte dos antecessores.

Era normal naquele período que os filhos que se casassem construíssem suas moradias na propriedade da família, pois não havia uma relação direta com a cidade e também havia a dificuldade de conseguir comprar outras terras. Cada nova família/moradia que se formava viria a significar uma nova propriedade, menor, porque o marido ou esposa contava entre os herdeiros. Depois da partilha ainda poderia vir a ocorrer a venda das partes para outros herdeiros e/ou terceiros.

A população aumentava, o território se transformava, mas as formas de sociabilidade, como a essência identitária, tanto da Comunidade Ribeirão como de outras Comunidades Camponesas, continuavam baseadas no trabalho na terra, nas relações de vizinhança, na troca de dias de serviço e nos mutirões, nas rezas realizadas nas casas, nas festas, nas prosas, entre outras atividades. Assim, formavam-se as Comunidades Camponesas, que antes não recebiam, nem dos próprios membros nem dos indivíduos de fora, essa denominação.

Aproveitando-se da sociabilidade e da religiosidade católica das famílias rurais da Região do Ribeirão e que já formavam a Comunidade, a Igreja Católica implantou o modelo de organização construído pelas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), desta forma, a antiga Fazenda Ribeirão ou Região do Ribeirão passa a ser denominada “Comunidade Ribeirão”. Isso acontece em todo o meio rural do município a partir da década de 1970. Guimarães (2010) retrata bem esse processo:

Os relatos dão conta de que iniciou na década de (19)70 a conformação atual [...] a partir da ação dos *missionários*, pessoas ligadas à Igreja Católica, na maioria leigos, que passavam por cursos de formação para atuarem [...] e debatiam, além da *palavra de Deus*, os problemas relacionados ao cotidiano das pessoas. Os missionários entravam em contato com moradores [...] e propunham esse modo de ação, ou seja, o modelo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma forma de organização da Igreja Católica, que se baseava na leitura da Bíblia, leitura de materiais específicos dos problemas da Comunidade, com reuniões mensais nas casas dos interessados (GUIMARÃES, 2010, p. 114).

Na maioria das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, quando se perguntava sobre a origem da expressão “comunidade”, ouvia-se o mesmo relato. Conta-se também que, quando a Igreja Católica começou a se organizar na Comunidade, na região da antiga Fazenda Ribeirão, não havia nenhum lugar (estrutura) de uso coletivo para realizarem atividades como rezas e reuniões. Para atender à essa necessidade, surgida com a nova forma de organização e, portanto, também social, os moradores construíram um rancho de palha para uso coletivo. A área em que o rancho foi construído havia sido cedida temporariamente por uma das famílias à Igreja.

Com muitos esforços, doações e realização de festas para captar recursos financeiros, os moradores do lugar conseguiram construir um Centro Comunitário de alvenaria no terreno doado por Limírio Marinho da Fonseca e este passou a ser o local de referência coletiva para a Comunidade. O Centro recebeu o nome da santa padroeira da Comunidade, Nossa Senhora da Abadia. Com o passar dos anos, o local onde foi construído o Centro Comunitário ganhou outras estruturas de uso coletivo, como a escola e a quadra de esportes.

Na imagem (foto 2) é possível ver o Centro Comunitário que, independentemente de sua posição geográfica, é realmente o centro da Comunidade.

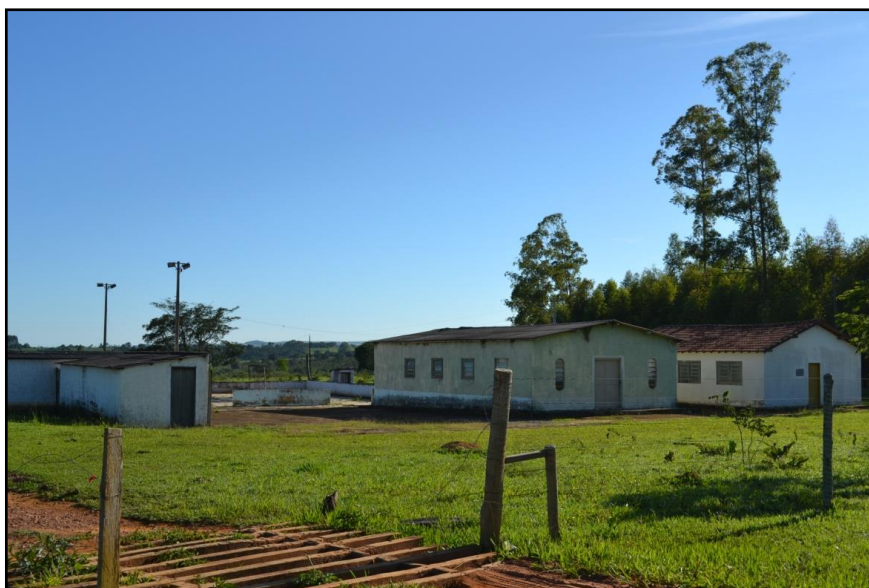
Foto 2: Centro Comunitário da Comunidade Ribeirão/Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2014).

Na foto 3 podem ser vistas as estruturas coletivas edificadas em volta do Centro Comunitário: a escola e a quadra de esportes, como ocorrem em outras Comunidades Camponesas do município. Mas, nem sempre, a construção dessas estruturas foi coletiva, como a do Centro Comunitário da Comunidade Ribeirão; a maioria foi construída pelo poder público e passou a pertencer à Igreja Católica.

Foto 3: Núcleo comunitário da Comunidade Ribeirão/Catalão (GO), com a quadra.

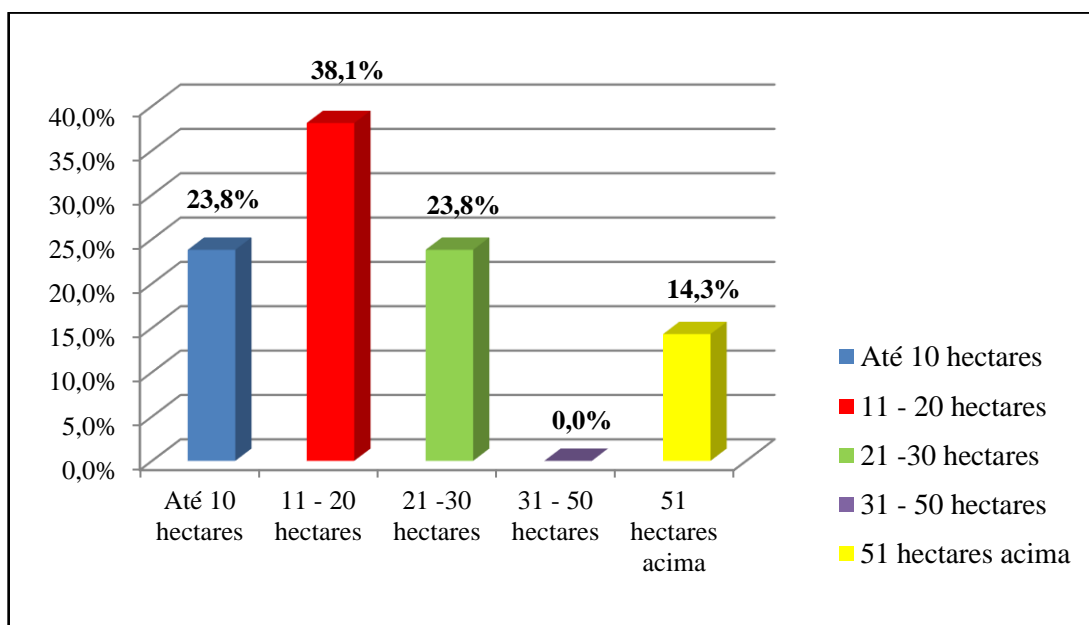


Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

A Comunidade é composta por pequenas e médias propriedades com diferentes usos e fins e por um núcleo com estrutura de uso coletivo. Na sua maioria as propriedades são pequenas e com posse de camponeses que, apesar de em determinadas época do ano ou para o desenvolvimento de determinada atividade produtiva, utilizarem mão de obra assalariada, ainda conservam a autonomia decisória na família.

Na maioria das propriedades visitadas na pesquisa de campo, é possível constatar que os parentes moram próximos uns dos outros, o que evidencia que as famílias camponesas têm várias gerações na Comunidade. Como a terra foi dividida em partes para os componentes da família, as propriedades camponesas adquiridas por herança, ou mesmo por compra, são pequenas, contam com área em torno de 01 a 30 hectares, como retrata o gráfico 1 referente aos tamanhos das propriedades dos entrevistados.

Gráfico 1: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: tamanho das propriedades dos entrevistados/as.

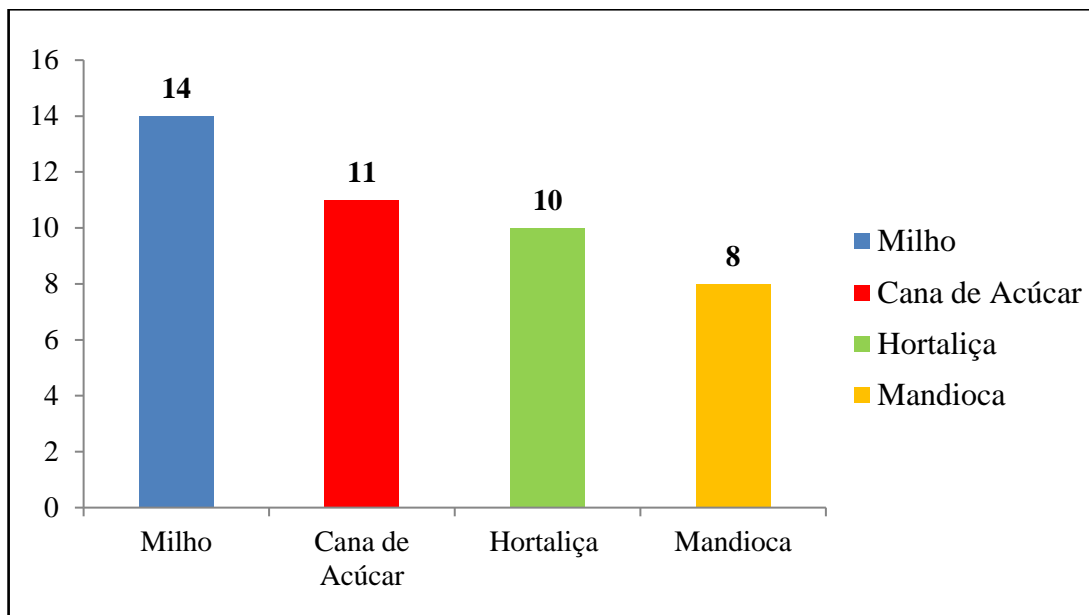


Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Org: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Nessas propriedades ocorre a diversificação da produção agrícola e pecuária conforme apresentam os gráficos 2 e 3.

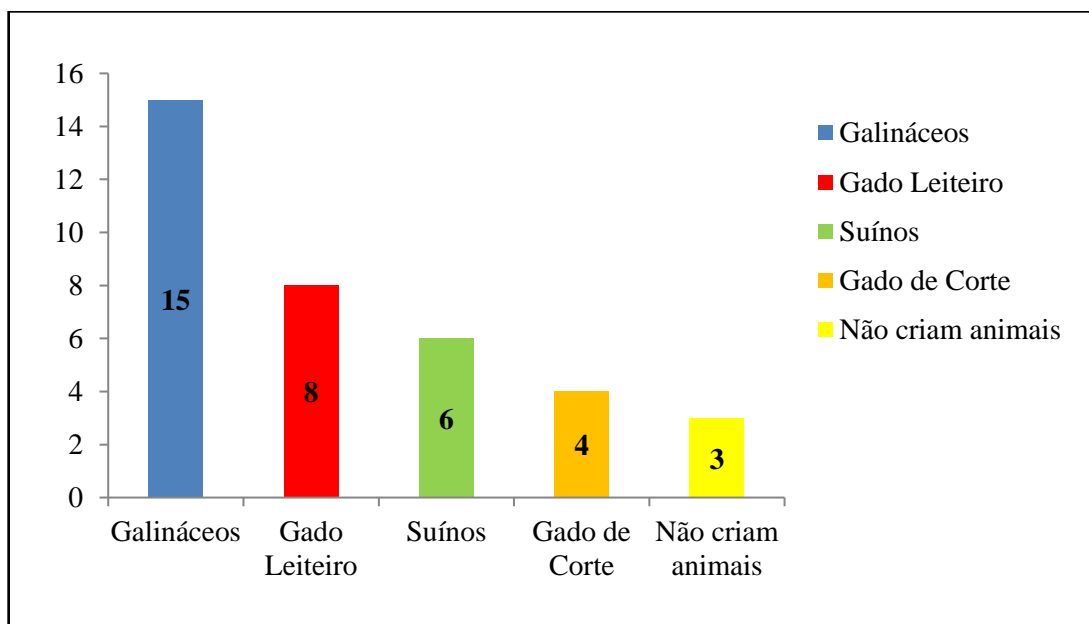
Gráfico 2: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: tipo de produção agrícola.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Org: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Gráfico 3: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: tipo de produção de animais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Org: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

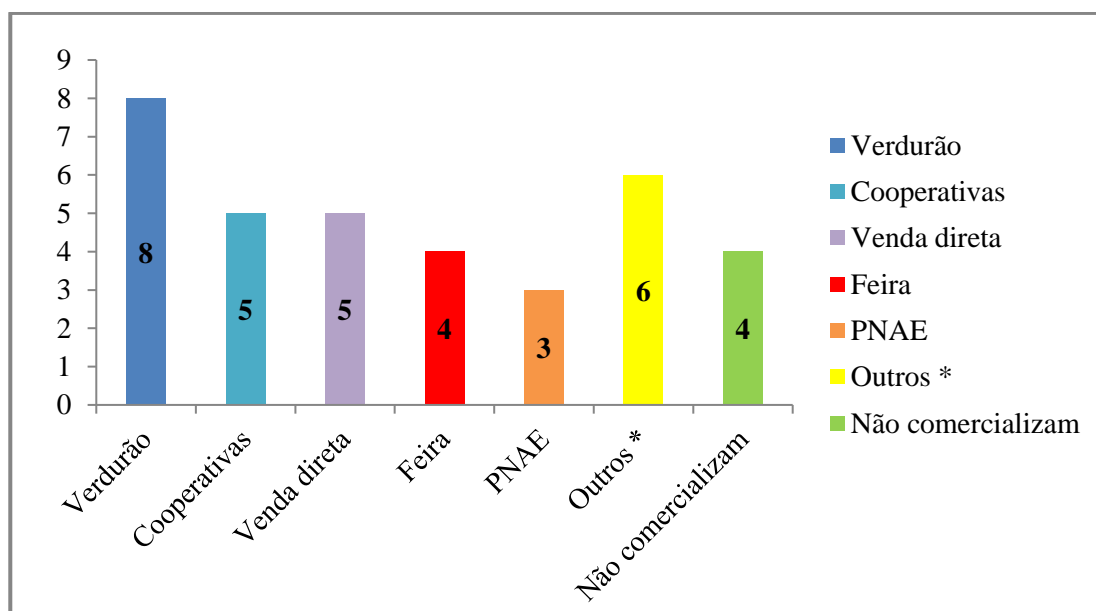
No Plano Safra de 2015/2016 o Governo Federal destinou 28,9 bilhões de reais para a agricultura camponesa e 180 bilhões de reais para o agronegócio. Mesmo com a concentração de crédito nas mãos dos que produzem para a exportação, a agricultura camponesa é que garante

o abastecimento com os produtos de primeira necessidade para o país. Inclusive, também em relação à produção de animais bovinos, suínos e galináceos. Na Comunidade Ribeirão, a criação de animais mostra a diversidade da produção.

A diversificação da produção é uma forma de assegurar a reprodução familiar. Contudo, muita coisa muda após o processo da modernização. Antes da hegemonia do capital no campo brasileiro, a produção camponesa tinha como centralidade o autossustento e somente num segundo momento buscava-se uma produção voltada para o comércio. As mudanças levaram os camponeses a buscarem uma mediação a partir do dinheiro e não somente a partir de produção.

Hoje, na maioria das propriedades camponesas visitadas, a decisão do que produzir é tomada a partir do mercado e não mais da necessidade interna da família e da propriedade. Até porque, com a mudança de hábitos (alimentos industrializados etc.), dinheiro é condição de manutenção. Nessa nova forma de gestar a propriedade camponesa, os instrumentos de comercialização ganham evidências nas entrevistas cedidas pelos camponeses. Relatam que utilizam a comercialização direta (feiras, entrega direta ao consumidor) e cooperativa entre outras (gráfico 4) para transformar o fruto de seu trabalho (produto) em dinheiro.

Gráfico 4: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: meios de comercialização.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Org: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Mesmo com foco na comercialização, a diversificação da produção é expressiva em toda a sua área. A comunidade apresenta uma divisão territorial peculiar, consolidada ao longo

do tempo pelos moradores. Como retratado anteriormente, a Fazenda Ribeirão se fragmenta e esse processo de divisão possibilita uma “nova cartografia da área”. As divisões da terra consolidaram moradias em várias partes da área da antiga fazenda.

A área que era conhecida por Fazenda Ribeirão, à medida em que foi se dividindo, passou a contar com denominações específicas criadas pelos camponeses para identificar com mais exatidão o local/região da fazenda de que eles eram e/ou no qual moravam, essas divisões internas caracterizam identidades diferentes e específicas num mesmo espaço territorial. Algumas dessas partes consolidaram suas identidades e permaneceram como outras comunidades mesmo constando em documentos o nome de Fazenda Ribeirão.

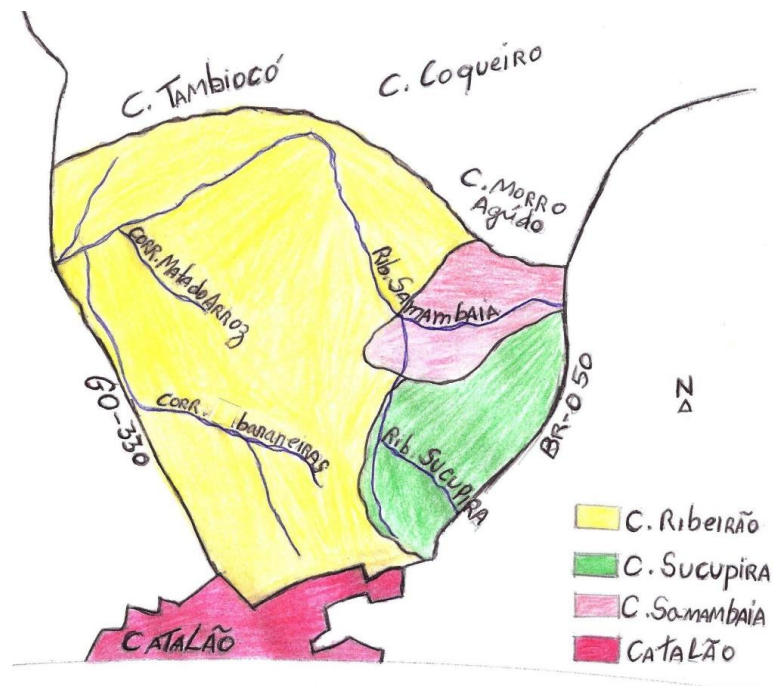
Os principais elementos utilizados na denominação das áreas formadas a partir da divisão da fazenda pelos moradores foram os cursos d’água existentes ali: Ribeirão Mata do Arroz, Ribeirão Bananeiras e Ribeirão Sucupira¹⁴, além do Ribeirão Samambaia, que é o que deu nome à Fazenda Ribeirão, como conta o Sr. Sebastião Tomé 01.

[...] a região da antiga fazenda Ribeirão era grande demais e depois que os filhos começô a fazê suas casas e as famía aumentá, o povo foi morano um longe do outro e pra fica mais fácil de sabê, de achá o local das casas, foi feita essa divisão aqui dentro. Também, ocê comprava gado, vindia, fazia negócio daí pra dizê de onde nós era e pra onde tinha que levá ou buscá o gado, começô a dá nome aos lugá. Dessa forma, quando falava que era do Ribeirão, tinha que dizê de qual ribeirão, se era do Ribeirão Mata do Arroz ou Ribeirão Sucupira; daí, tal, o povo já sabia logo o rumo (Entrevistado, Sebastião Tomé 1, 67anos, 14/05/2015).

O Sr. Alan Kardec, morador da Comunidade Ribeirão Samambaia, foi orientado a desenhar (figura 04) à mão a área que limita a Comunidade em estudo apresentando os cursos d’água (ribeirões) que deram nomes às regiões povoadas dentro da fazenda. Segundo ele, apenas o Ribeirão Samambaia e o Ribeirão Sucupira se consolidaram como comunidades dentro da Comunidade Ribeirão. Portanto, a Fazenda Ribeirão teria se dividido em três comunidades, caracterizando o que pode-se chamar de cartografia camponesa.

Figura 2: Representação das Comunidades Ribeirão, Samambaia e Sucupira, a partir do olhar camponês.

¹⁴ Sucupira (*Bowdichia virgilioides*) Nome comum: sucupira-preto ou sucupira-do-cerrado. Família: Leguminosae (Papilionoideae). Espécie pioneira, pode atingir alturas de 6 a 14 m de altura no Cerrado, madeira pesada, bastante decorativa e de longa durabilidade natural (LORENZI, HARR, 2002).



Organização: NASCIMENTO ROSA. M. Maio de 2015.

A Comunidade Sucupira ou Região da Sucupira e o curso d'água de mesmo nome devem essa denominação a uma árvore chamada sucupira que cresceu naquele lugar com uma forma diferente. Conta o Sr. Sebastião Tomé 1 que:

[...] a história do nome da Sucupira é muito antiga, mais eu lembro que meu pai contava que o nome foi dado porque aqui tinha uma árvore de sucupira que ela cresceu um pouco depois ela invergô pra baixo até chegá no chão e depois subiu de novo, ficô parecendo um “ene”, era muito bonita. Daí o povo pôis nome na região de Ribeirão Sucupira. Isso ajudô muito os antigos pra orientá na roça, tanto que até hoje o povo fala assim (Entrevistado, Sebastião Tomé 1, 67 anos, 14/05/2014).

O processo de territorialização dos camponeses na área da Comunidade Ribeirão é fundamental para a consolidação das suas divisões. Atualmente, porém utiliza-se mais uma outra divisão que criou o “Ribeirão de Cima” e o “Ribeirão de Baixo”; da outra divisão e de suas denominações quase não se ouve falar, a não ser quando se pergunta sobre a formação da comunidade. Da divisão antiga, as partes mais conhecidas como Região do Ribeirão Samambaia e Região do Ribeirão Sucupira perduraram, porém, hoje transformadas em comunidades, construíram ao longo do tempo suas próprias identidades, mesmo constando em documentos como Fazenda Ribeirão.

Essa consolidação como Comunidade específica permitiu à Comunidade do Ribeirão Sucupira a conquista de um Centro Comunitário próprio que também se apresenta

como nucleamento no qual outras estruturas coletivas foram construídas. Mas, a Comunidade do Ribeirão Samambaia não possui centro comunitário¹⁵ nem um núcleo aglutinador, por isso, para as atividades comunitárias e coletivas, peregrina entre as comunidades vizinhas.

A extensão territorial dessas duas é naturalmente inferior à da Comunidade Ribeirão. Essas divisões, essas diferentes identificações trazem consigo conflitos, principalmente quanto à origem de cada camponês, como retrata o camponês Tiãozinho, da Comunidade Sucupira,

[...] aqui o povo fala de tudo, uns fala Sucupira, otros fala Ribeirão Sucupira, já otros fala só Ribeirão. Mais tem otros que acha ruim falá que eles é de um lugá se eles fô de otro. Pro ocê vê, o povo do Ribeirão Samambaia num participa de festa nem no Ribeirão nem na Sucupira, tem uma rixa, mais eu num sei te falá porquê disso (Entrevistado, Sr. Tiãozinho, 50 anos, 16/05/2014).

Todas as vezes que os camponeses vão explicar a subdivisão da Comunidade Ribeirão fazem alguns relatos como se quisessem criar uma cartografia própria deles, que não é igual à encontrada nos mapas oficiais. Nesse sentido, como toda comunidade, a do Ribeirão é feita de relações diversas e está em movimento sócio-histórico-espacial e, por isso, não permanece sempre do mesmo jeito o tempo todo.

Se as transformações sofridas não são suficientes para descaracterizar um lugar ou ao menos tornar esquecida sua história é porque o que forma sua essência identitária permanece e vai se adaptando. A cartografia oficial, os mapas, por si só, não dão conta de apresentar a história e a identidade dessa Comunidade Camponesa, a Comunidade Ribeirão. Essa história é produzida e melhor contada pelos camponeses ali moradores, que dão função social à terra de trabalho junto com as suas famílias.

Na próxima seção, buscaremos evidenciar as ações e arranjos que os camponeses tecem para permanecer na terra, ora contrapondo-se, ora se adequando à lógica desenvolvimentista proposta no processo de modernização do território goiano.

¹⁵ Diferentemente da Comunidade Ribeirão, já que a Comunidade Ribeirão Samambaia, assim como a Comunidade Ribeirão Sucupira, foi consolidada como comunidades dentro da Comunidade Ribeirão.

5 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO) como lócus da pesquisa

[...]

Quando mais eu ando, mais vejo estrada,
Mas se não caminho, não sou é nada.
Se tenho a poeira como companheira,
Faço da poeira o meu camarada.

Geraldo Vandré (O Plantador, s/d).

Considerando-se que o processo de reprodução camponesa é um *continuum*, marcado por lutas permanentes para assegurar a sua condição de classe, o insucesso, ou o sucesso parcial, de uma empreitada não deve ser tomado como o fim absoluto de uma trajetória. Assim, o camponês se reconstitui em cada recomeço, trazendo como incremento mais experiência para as práticas futuras. Não se pode esquecer de que o processo de reprodução camponesa é a materialização dessa dinâmica, em que a gestão própria da unidade de produção se encerra em um circuito de experiências (tentativas para se chegar ao melhor resultado), somando experiências (saberes/fazeres).

Nesse sentido, no próprio vocabulário camponês fica evidente a importância de suas experiências produtivas atuais, bem como as passadas. A palavra “tentativa” se destacou nos seus argumentos explicativos. Tentar é experimentar, mas só podem fazê-lo aqueles que detêm não apenas o controle sobre o seu tempo e seu espaço, mas, sobretudo, o controle sobre os processos dos quais emana o conhecimento que alimenta a capacidade de inovação de sua existência. Nota-se que, nesse contexto, o experimentar tem o valor que não é outro senão o do controle do processo produtivo e de recriação social, o que invalida o pressuposto de que a existência camponesa seria uma condição dada e determinada por agentes externos.

Não se trata de negar a interferência das forças hegemônicas capitaneadas pelo Estado no modo de vida camponês, mas de mostrar que a existência dessa classe não pode ser explicada na perspectiva de que seria uma “licença” capitalista, pois, no limite, os camponeses poderiam, sim, sobreviver fora do circuito mercantil, tendo em vista que podem produzir seus próprios meios de vida. Contudo, sua capacidade de permanecer na terra, tem sido a arma utilizada nas circunstâncias de progressiva desestruturação econômica, momento em que optam em abandonar a atividade comercial principal e, assim, “dar as costas” aos capitalistas que se

nutriam da renda ali gerada. Evidentemente, esse é um ato extremo, cujo conteúdo simbólico não pode ser desprezado: é um grito de liberdade contra a opressão do mercado.

Não obstante, na frieza das estatísticas, esse fato poderia perfeitamente ser tomado como indício de proletarização, já que as mesmas nem sempre conseguem captar a atividade que veio em substituição à extinta, sobretudo se esta integrar o circuito da informalidade. É por isso que o método dá o tom das interpretações, conduzindo a constatações tanto mais abstratas quanto for o afastamento do campo real em favor da ciência de gabinete.

No que se refere o termo estratégia, para Fischer (2008), refere-se a um conjunto de dispositivos que permitem antecipar/garantir, no presente, resultados no futuro (futuro imediato ou curto prazo, futuro provável ou médio prazo, futuro possível ou longo prazo). Já Harnecker (2003) descreve estratégia como a “atividade que consiste em ordenar e dirigir os diferentes choques que ocorrem no curso de uma guerra” (HARNECKER, 2003, p. 08).

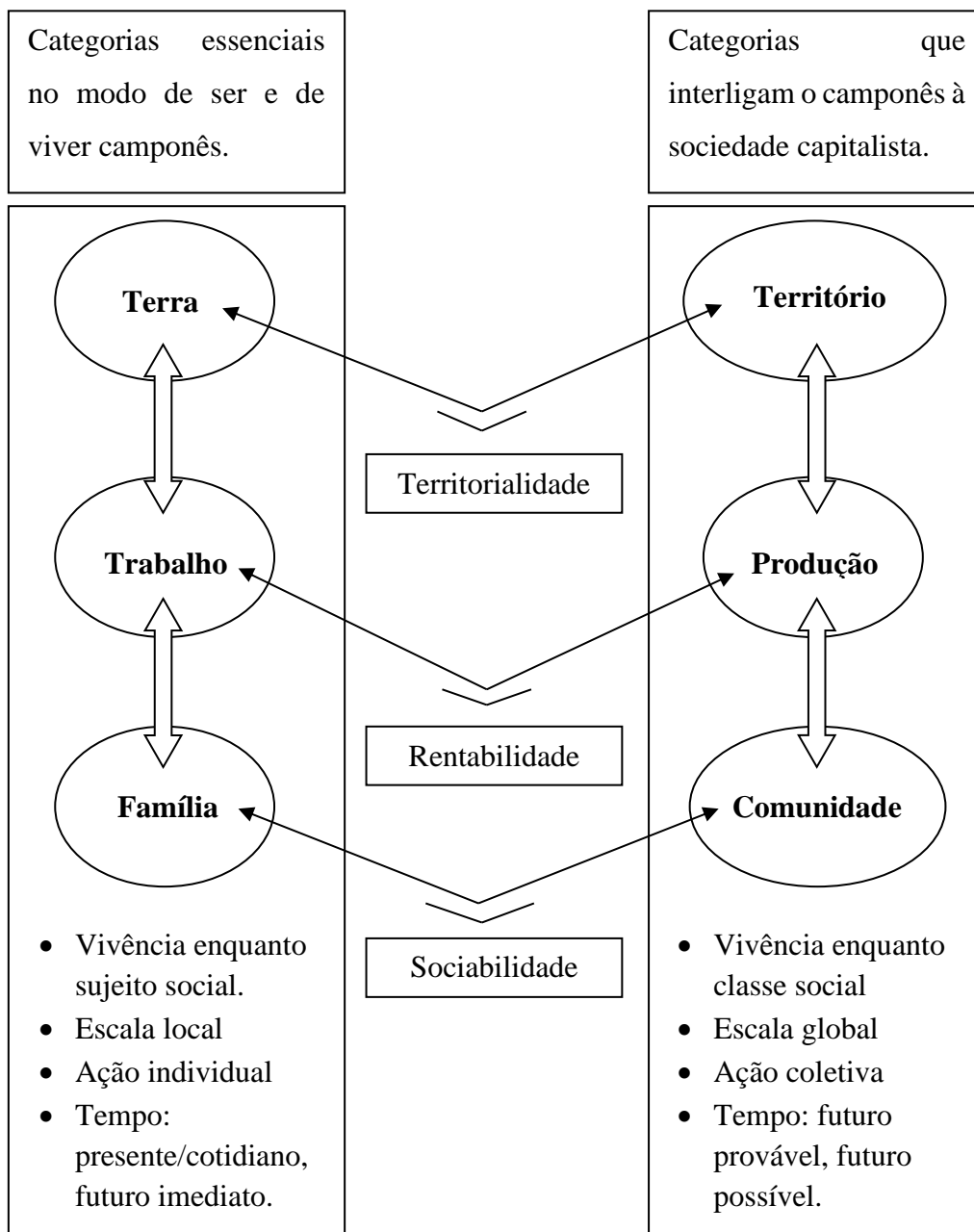
Pensando na *(Re)Existência* dos camponeses perante os imperativos do capital que os expulsam e roubam-lhe à identidade pelo processo de territorialização e monopolização do território, as experiências tecidas pelos camponeses em seus territórios se tornam estratégias, no sentido de serem atividades para permanecer na terra. Portanto, neste capítulo, serão analisadas as estratégias de reprodução camponesa, considerando-as no tempo presente (sobrevivência imediata) e com vista aos curtos, médio e longo prazos (reprodução social).

A busca da autonomia enquanto maior peculiaridade do modo de ser e de viver camponês, está atrelada à posse e à exiguidade da terra, seu principal meio de produção da sobrevivência. Essa terra é seu espaço de reprodução social e torna seu território a medida que aprendem e costumam suas estratégias individuais/familiar e coletivas. Contudo, as estratégias como arma para driblar a ação excludente e expropriatória do capital, resultam de diferentes circunstâncias nas quais, três elementos: comunidade, produção e território explicam a interligação existente entre o camponês e a sociedade capitalista, e as suas relações contraditórias, as quais variam em graus diferentes conforme estejam relacionados, entre si e com os três elementos de interligação, os três elementos essenciais ao modo de ser e de viver do camponês: a família, o trabalho e a terra.

Portanto, as qualidades que caracterizam os três elementos que interligam o camponês à sociedade capitalista também caracterizam os três elementos essenciais ao modo de ser e de viver do camponês. E as estratégias de reprodução do camponês vão procurar garantir essas qualidades. Assim, a terra e o território têm como qualidade intrínseca e essencial a territorialidade; o trabalho e a produção têm a rentabilidade; e a família e a comunidade têm

a sociabilidade. As estratégias de reprodução dos camponeses vão ainda considerar o tempo da ação (presente, curto, médio e longo prazos), a escala espacial de ação (local e global) e o modo de ação (individual e coletiva) na sua vivência/experiência enquanto sujeito social e enquanto classe social. O esquema a seguir sintetiza toda essa situação.

Figura 3: Esquema de reprodução camponesa.



Org: NASCIMENTO ROSA, M. (2016).

Desse modo, nesta pesquisa, que tem como recorte espacial a Comunidade Ribeirão no Município de Catalão-GO, foram identificadas:

- Estratégias para a territorialidade: permanência na terra; conservação da identidade e da cultura; possibilidade de territorialidade (ocupar) outros espaços fora do seu lugar de origem para obter a terra de trabalho;
- Estratégias para a rentabilidade: trabalho familiar na propriedade (temporário e/ou permanente); diversificação da produção agrícola tomando a atividade pecuária como a que mais rápido e certamente traz renda (produtos para serem trocados por dinheiro para comprar outras mercadorias necessárias, circulação M-D-M).
- Estratégias para a sociabilidade: manutenção dos laços afetivos entre os membros da família, inclusive com os que não estão mais na terra; manutenção dos laços comunitários; manutenção das relações com a sociedade local e global; melhoria no acesso a meios de transporte e comunicação.

No cotidiano e nas ações camponesas, essas estratégias se apresentam conjuntamente, mas, na maioria das situações, será possível identificar a predominância de uma delas sobre as outras.

5.1 Sociabilidade Camponesa na Comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO)

A cooperação e a solidariedade no trabalho, nas ações de produção, para além do trabalho da família, em forma de mutirão (fotos 4 e 5) e de troca de dias de serviço, por exemplo, são ações estratégicas que contemplam predominantemente a sociabilidade e, paralelamente, a rentabilidade, apesar de estarem presentes em menor quantidade nos dias de hoje, como na Comunidade Ribeirão.

Foto 4: Mutirão para produção de silagem na Comunidade Ribeirão/Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 5: Socialização e churrasco após o mutirão para a produção de silagem.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

O camponês não busca o isolamento. Se em tempos passados essa ideia foi criada, ela certamente é consequência do contexto de dificuldades nos meios de comunicação e transporte. O depoimento a seguir ilustra a manutenção dos laços familiares e comunitários.

[...] hoje a gente convive com muita gente. A gente tem os vizim e os parente que mora aqui por perto, mas tem também o povo lá da cidade que vem muito aqui e que a gente vai muito lá também. A gente vai sempre na casa um do outro quando precisa de alguma coisa e também a gente encontra na celebração que tem aqui na comunidade. [...] ainda tem muita ajuda; não é mais como era antes, mas ainda tem muita ajuda (Entrevistada, Elvira Cândida de Jesus Pereira, 50 anos, 15/05/2015).

Essa forma de sociabilidade é parte da cultura camponesa, entendida como um conjunto de práticas, valores e significados presente em seu movimento de produção e reprodução e determinantes do seu modo de vida (MARQUES, 2004, p. 153).

5.2 Territorialidades: os diferentes usos da terra na Comunidade Ribeirão

Nos territórios camponeses não atuam somente camponeses, mas eles são sujeitos sociais que participam do processo constante de transformação da natureza em bens materiais. Da ação do homem no espaço físico natural forma-se o espaço geográfico. Das relações sociais e políticas dos homens no espaço geográfico resultam os territórios. As ações, e relações dos homens concretizam-se, materializam-se na paisagem, que não é estática, porque como ensina Carlos (2008) “[...] todo o dinamismo inerente ao próprio processo de existência da paisagem, uma relação fundamentada em contradições; em que o ritmo das mudanças é dado pelo desenvolvimento das relações sociais” (CARLOS, 2008, p. 48).

Mendonça (2004) afirma que “[...] *paisagem* é cumulativo de tempos, mas, sobretudo, malha territorial visível e não-visível, sentida, construída historicamente pelos agentes produtivos, fundados na relação capital x trabalho” (MENDONÇA, 2004, p. 46). Assim, na paisagem, a malha territorial não é homogênea, é constituída de territórios camponeses e territórios capitalistas. A terra na qual o camponês aplica seu trabalho é o seu território, que ele tem que defender cotidianamente e se esforçar ao máximo para nele permanecer.

Tirar a terra do camponês ou o camponês de sua terra é decretar o fim de sua existência. Para Martins, “A expulsão do campo não cria o cidadão. O esmoleiro não é um cidadão. A pessoa que vive marginalizada em relação às oportunidades econômicas têm escassa e limitada possibilidade de se tornar cidadã” (MARTINS, 2003, p. 73). A manutenção da terra

é condição fundamental e por isso é estratégia, de sobrevivência, principal a partir da qual todas as estratégias camponesas são traçadas.

Nesse sentido, no rol de ações desenvolvidas pelos camponeses para garantir a sua territorialidade não estão descartadas nem a “parceria” com entidades do agronegócio e nem diversas outras. O camponês acata qualquer ideia que esteja em consonância com seu objetivo de permanência na terra.

Nesse aspecto, na Comunidade Ribeirão houve um acordo dos camponeses com a Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG) – entidade do agronegócio – e também com o Movimento Camponês Popular (MCP) para realizar capacitações no que tange à industrialização do leite e cultivo de pastagens. São entidades com ideologias e propostas distintas de desenvolvimento para o campo, os camponeses se ligam a uma ou a outra conforme veem que estão sendo atendidos no seu objetivo de permanecerem na terra.

Ao traçar sua estratégia de territorialidade os camponeses também têm que considerar a ação do Estado que ora pode lhes ajudar, ora pode atrapalhar. Apesar de cerca de 70% dos estabelecimentos rurais da Comunidade Ribeirão estarem de posse dos camponeses, é fácil encontrar estabelecimentos destinados à agricultura empresarial e, também, ao lazer – principalmente mais próximo à área urbana. Vejamos a imagens (Fotos 6, 7, 8, 9 e 10) dos estabelecimentos destinados a diferentes usos.

Foto 6: Unidade camponesa localizada na Comunidade Camponesa/Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2014).

Foto 7: Fazenda empresa, abatedouro de frango localizado na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).



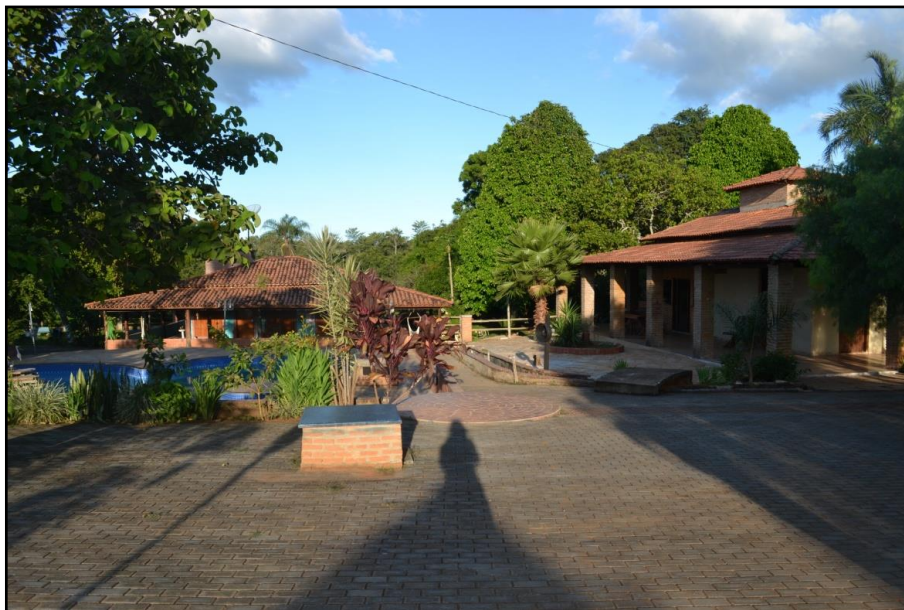
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 8: Fábrica de cerveja localizada na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 9: Chácara de lazer na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 10: Salão de festas localizado na Comunidade Ribeirão/Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Há também que se registrar que a especulação imobiliária que a Comunidade Ribeirão vem sofrendo devido sua proximidade com a área urbana é uma ameaça à

territorialidade camponesa. Não é difícil, ao se percorrer a Comunidade, escutar relatos de que alguns estabelecimentos estão sendo adquiridos para serem convertidos em loteamentos urbanos. Veja-se o relato

[...] nos últimos tempos as coisas mudaram muito por aqui. Antes todo mundo que adquiria terra aqui era para trabalhar nela. Agora não. Essa terra aqui do lado mesmo foi comprada por um cara lá da cidade e diz que ele quer é lotear isso mais pra frente (Entrevistado, Idailei Ito, 59 anos, 19/05/2015).

Certamente a paisagem que se vê (fotos 11 e 12) está ameaçada. De paisagem rural pode se transformar em paisagem urbana.

Foto 11: Consórcio de hortaliça, pastagem e cerrado.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 12: Consórcio de hortaliça, abóbora, cana, bananeira, pastagem e Cerrado ao fundo.



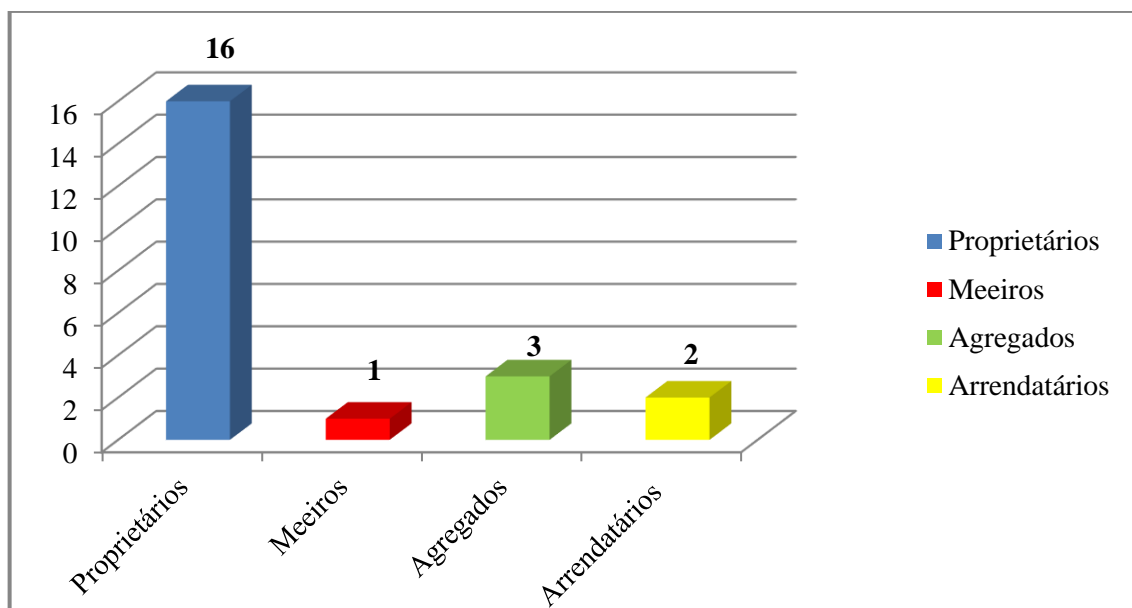
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

O que faz para trabalhar o camponês sem terra? Arrenda a terra (arrendamento) daquele camponês que está sem condições de produzir ou nela planta à meia (meeiro) ou torna-se agregado na terra de alguém com quem mantém relação de confiança. O camponês que não tem terra suficiente para produzir mantém sua moradia no campo e se assalaria, vai trabalhar como assalariado temporário ou permanente no próprio campo e, às vezes, na cidade.

Os camponeses em vários lugares do Município de Catalão (GO) motivados pelo movimento social MCP (Movimento Camponês Popular) estão se dedicando à produção e recuperação do uso de sementes crioulas nos plantios bem como ao manejo agroecológico, por exemplo, a lavoura consorciada, como alternativa ao pacote tecnológico da modernização, que tem alto custo e inviabiliza, para os camponeses, o plantio de lavouras permanentes e/ou temporárias. Essas ações podem ser qualificadas como estratégia para a territorialidade porque contribuem para a manutenção da terra e para uma produção sustentável ambiental e socialmente.

Entre os estabelecimentos camponeses encontrou-se, durante o trabalho de campo, diferentes formas de posse da terra. Há camponeses proprietários, arrendatários, meeiros e agregados (gráfico 5).

Gráfico 5: Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão/GO: formas de posse da terra por número de camponeses entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo, (2015).

Org: NASCIMENTO ROSA, M. (2016).

Os camponeses proprietários são os camponeses que possuem o título legal da terra, fruto de formal de partilha da divisão da propriedade entre os membros da família ou de contrato de compra e venda, no caso dos camponeses que compraram seus estabelecimentos. Os arrendatários são camponeses que sem recursos financeiros para comprarem terra, realizam um contrato de arrendamento e, dessa forma, têm posse da terra para trabalhar e morar por tempo determinado.

Os meeiros são camponeses que realizam um acordo de trabalho com o proprietário da terra, geralmente camponês proprietário, para trabalhar na terra e divide (ao meio) com ele a produção. Os agregados são os camponeses que moram e trabalham na terra alheia na condição de favor, como relatado pelos próprios camponeses agregados. Estes não pagam nenhuma renda ao proprietário da terra e nem dividem a produção. “Não somos donos da terra, a gente vive aqui de favor e já tem muito tempo. A paga que a gente dá é cuidar da terra” (Sr. Eleni).

Manter atividades produtivas nas terras camponesas é difícil. Os camponeses têm consciência disso, mas também estão cientes da importância do seu trabalho para a sociedade. Caracterizados pela busca da autonomia e por ver na terra uma garantia de poderem produzir no futuro, a instabilidade, a contínua ameaça de desterritorialização, a submissão e a sujeição sociais são condições inadmissíveis para os camponeses. Um deles se indigna:

[...] tamo tentando trabalhar porque a gente acredita que um dia as coisas vão melhorar, mais tá difícil. Nada do que o pequeno agricultor faz tem valor. Só tem trabalho. E é por isso que muita gente vai embora da terra, porque não quer mais ficá trabalhando sem ser valorizado e isso me deixa indignado. A gente tá aqui produzindo comida e o governo não faz nada pra ajudá o pequeno agricultor. [...] isso é pra desanimá a gente, mais eu tenho fé que um dia as coisas vai melhorar porque o povo já não tá aceitando tudo não (Entrevistado, Carlos Pedro Marques, 36 anos, 20/05/2015).

Nem o homem nem o espaço são inertes, são, pelo contrário, altamente dinâmicos e inquietos (STEINBERGER, 2006). Questões de ordem natural, ou socioambiental, como o excesso ou a falta de água/chuva, por um lado, podem motivar o camponês a deixar de viver no campo e, até mesmo, a abandonar a sua terra. Quando isso ocorre é sinal de sua vulnerabilidade, de que continua suscetível no novo quadro existencial de necessidade pós-modernização da agricultura. No entanto, como ressalta Moura (1986), o camponês é sempre o polo oprimido de qualquer sociedade.

5.3 Rentabilidade: as estratégias de reprodução social camponesa

Quando o produto do trabalho do camponês, e de sua família, na terra, não está sendo suficiente para satisfazer as necessidades da família, ele precisa criar estratégias para garantir a rentabilidade.

Em geral as ações mais utilizadas são: a inserção no circuito produtivo de mercadorias e de força de trabalho; a geração de excedentes para além do consumo familiar; o trabalho acessório para tornar-se consumidor de alimentos, quando a própria produção é substituída ou não é suficiente. Como expressa Harvey (2012), a virtude vem da necessidade. Em seu conjunto, as ações camponesas combinam necessidade e oportunidades. Combinam o saber ser e o saber viver camponês com a sociedade capitalista.

Na Comunidade Ribeirão, a produção agrícola visa, na maioria dos casos dos entrevistados, garantir a continuidade da multifuncionalidade do camponês e de sua terra, porque como os camponeses possuem conhecimentos acumulados pela tradição que contribuem para sua reprodução, eles os colocam em prática cotidianamente garantindo produtos para o consumo e/ou para o mercado e a manutenção do seu jeito de ser e de viver.

O que define a composição percentual do consumo próprio é o tamanho da família e o volume da produção obtida. Se, por um lado, a comercialização atrela-se à necessidade, por outro, o equilíbrio aparece no volume da produção. A sua estratégia está relacionada à decisão do que vai consumir ou vender associado ao seu princípio de sobrevivência.

Entre os camponeses entrevistados nota-se a ausência de rendimentos relacionados às lavouras permanentes. A explicação para isso é que esse tipo de plantio é caro e não há políticas de financiamento para o plantio e a comercialização adequadas para os camponeses. Quanto às lavouras anuais a falta de políticas é o que também as inviabiliza, segundo um entrevistado “[...] quase ninguém planta roça pra vendê porque a sementes e os adubos é muito caro e depois quando a gente vai vendê não tem preço nenhum. Então não compensa [...]” (Sebastião Tomé 1). Já os rendimentos oriundos da hortifruticultura, principalmente das hortaliças, se destaca na maioria dos depoimentos dos entrevistados; a explicação está na proximidade com o centro urbano.

Como, principalmente, as hortaliças são perecíveis a proximidade permite que as mesmas cheguem logo no consumidor, mas esta fonte de rendimento vem sendo ameaçada pela falta d’água. Depois que a água está sendo priorizada, pelo poder público, para abastecer a cidade de Catalão, muitas irrigações de hortaliças foram proibidas (lacradas) e o seu plantio ficou inviabilizado. Para 70% dos entrevistados a principal fonte monetária é a pecuária leiteira (fotos 13 e 14), seguida da compra e venda de bezerros e/ou de bezerros mais velhos para engorda. A falta de rendimento da lavoura permanente não oculta a exclusão dos camponeses do pacote tecnológico apresentado pela modernização da agricultura.

É interessante ver como os dois tipos de atividade pecuária procuram superar a dificuldade camponesa no *plantio de roça*. Na pecuária leiteira, o leite se apresenta como a estratégia de comercialização diária e a compra e venda de bezerros apenas em determinados períodos. E na pecuária de corte a tradicional comercialização do rebanho bovino. Esta se realiza normalmente, depois do desmame e até aos dois anos, para recria e de dois a quatro anos o animal destina-se à engorda.

Foto 13: Camponês na Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão (GO): tratando do gado leiteiro e de corte.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 14: Camponês na Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão (GO) ordenhando o gado leiteiro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Na Comunidade Ribeirão, predominantemente, como em muitas outras Comunidades Camponesas do Município de Catalão – GO, o camponês tem na pecuária a sua poupança para superar eventualidades. Se precisar de dinheiro de forma extraordinária, vende

bezerros ou garrotes¹⁶. O camponês visa se manter na terra e baseia-se no trabalho familiar. Da terra tira seu sustento e a renda monetária de que necessita. Investir no patrimônio familiar se constitui como fonte de sua conservação. Assim, organiza-se no tempo presente, em curto e médio prazos.

Há de se levar em consideração que, pelo fato de se obter apenas uma safra agrícola por ano com a lavoura temporária, os rendimentos obtidos com a venda desses produtos são restritos a esse período do ano e dependentes da natureza. O camponês na Comunidade Ribeirão tem realizado um balanço entre o consumo na unidade familiar e a comercialização de cultivos para planejar a colheita de que necessita. É indispensável para ele prever as suas necessidades, seja com a família ou com os animais e o quanto irá comercializar.

Assim, milho, cana, mandioca, arroz, feijão atendem, proporcionalmente, o consumo diário da família camponesa por um determinado período do ano. O volume de grãos a ser estocado após a colheita é proporcional à quantidade de pessoas e animais a serem alimentadas na unidade de produção familiar.

Como a criação do gado bovino pode vir a comprometer a área de cultivo, o camponês necessita estabelecer o equilíbrio entre a policultura e a pecuária de maneira a não ficar totalmente dependente da pecuária como única fonte de sustento do grupo familiar na propriedade. Às vezes, a pecuária é a única fonte de comercialização, mas não de produção. De qualquer modo o camponês busca, historicamente, estabelecer como prioridade do consumo familiar balanceando-a com as atividades de cunho comercial. Tal prática tem permitido a ele relativa autonomia em relação ao mercado, no que se refere ao consumo dos gêneros alimentícios básicos nos períodos de boas colheitas. Embora possa haver deficiência do desempenho do rebanho bovino, na visão do camponês, o rebanho é estrategicamente lucrativo. No entanto, o camponês se apega ao tipo genético do rebanho e isso muitas vezes significa a perda na produtividade leiteira, por exemplo.

Para o camponês, pensar suas ações a longo prazo é difícil. O camponês vive consciente da sua fragilidade e da sua dependência dos ciclos da natureza e dos detentores dos poderes econômico e político. A incerteza está presente no seu viver cotidiano, mas a certeza está relacionada à sua existência na terra, porque dela se tira ao menos o alimento.

Porém, suas expectativas brotam nos campos e nas plantações que ele vê crescendo lá fora, na sua roça de mandioca, de milho. A pecuária de leite, que gera vendas todos os dias, garante o fluxo monetário para propiciar o auxílio na aquisição dos gêneros a serem adquiridos

¹⁶ Macho dos bovinos, com idade entre 1 (um) a 3 (três) anos.

no mercado, na cidade de Catalão. Na pecuária, o gado é vendido por cabeça. A venda do leite *in natura*, geralmente, é realizada para as cooperativas da região como a Cooperativa de Catalão (COACAL).

Os valores obtidos nessa comercialização são baixos em comparação com o valor com que este produto e seus derivados são repassados ao consumidor final. O leite é a matéria-prima para as cooperativas que também atuam como indústrias de laticínios e para pequenas fabriquetas de queijo. E se essa comercialização não estiver sendo rentável, muitos camponeses processam/industrializam seus produtos. Do leite fazem o queijo, o requeijão, os doces; da mandioca fazem a farinha (Fotos 15, 16 e 17) entre outros produtos, e comercializam diretamente com o consumidor via Feira Camponesa.

Foto 15: Camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO) produzindo doce de leite.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 16: Doces produzidos pela camponesa na Comunidade Ribeirão/Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 17: Camponesa produzindo farinha de mandioca na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Outra possibilidade é a venda do rebanho para adquirir renda e migrar para outra atividade. Já a pecuária de corte (recria e engorda) gera uma renda no médio prazo. Por tudo isso, a pecuária bovina é importante para os camponeses da Comunidade Ribeirão em Catalão (GO) e tem a predominância sobre outras atividades. Tendo a terra e a natureza lhes sido

favoráveis, o camponês pode desenvolver várias atividades para seu autoconsumo e/ou comercialização. A decisão sobre o que fazer vai, também, depender de circunstâncias externas, como as demandas do mercado consumidor.

Para agregar valor aos produtos comercializados e mudar a forma de comercialização, como é o caso da Feira Camponesa (foto 18) que acontece todas as quartas-feiras, no bairro Ipanema, em Catalão – GO, possibilitam melhorar a renda. Os camponeses também têm que visar o reconhecimento e valorização do seu trabalho.

Foto 18: Banca de Produtos na Feira Camponesa no bairro Ipanema/Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2013).

Na pesquisa de campo, constatou-se que os imperativos do atual modelo de desenvolvimento do campo resultaram em novas formas de trabalho nas unidades camponesas, para além dos membros da família, mas não fora do poder decisório da família. Observa-se nas propriedades visitadas diferentes relações de trabalho: propriedade movimentada somente pelo trabalho de membros da família, consórcio entre o trabalho dos membros da família e um empregado com contrato fixo, consórcio entre membros da família e empregado contratado temporariamente, membros da família que trabalham na propriedade e, simultaneamente, são assalariados em empresas e comércios do município de Catalão, além dos que vendem sua força de trabalho apenas como diaristas.

Há propriedades em que todo o trabalho é desenvolvido apenas pelos membros da família. Nesse contexto, ocorre uma divisão do trabalho, em geral pautada em gênero e faixa

etária, embora não prevaleça uma rigidez intransponível. Pode-se observar (fotos 19, 20 e 21) que as mulheres e as crianças se responsabilizam pelo cuidado dos animais domésticos como galinhas, porcos etc, e pela produção de queijos, doces, farinhas, entre outros, enquanto os homens e filhos mais velhos dedicam-se à ordenha do gado e ao plantio das pequenas lavouras, contudo, a divisão de trabalho não é rígida e a mulher também ajuda na ordenha e na lavoura quando necessário.

Foto 19: Camponesa alimentando os porcos na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 20: Jovem camponês construindo os canteiros para plantio de hortaliças na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Foto 21: Jovem casal camponês fazendo o plantio de hortaliça na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.
Autor: NASCIMENTO ROSA, M. (2015).

Aos camponeses, o caráter familiar de exploração impõe outro ritmo. Em se tratando de famílias nucleares, a força de trabalho do chefe da família é somada à da esposa e à dos filhos, cuja intensidade também varia de acordo com a conjuntura. Há ainda casos em que a Unidade reúne várias famílias, geralmente constituídas com o casamento dos filhos, que, juntas ou separadamente, dividem a utilização produtiva da Unidade Camponesa. Dessa maneira, indivíduos nas mais diferentes condições de força física e vitalidade têm um papel produtivo a desempenhar.

Em casos de desequilíbrio na força de trabalho da família, seja pela ida dos mais jovens para a cidade ou por problema de saúde, entre outros, os camponeses recorrem à contratação fixa ou temporária, não com o objetivo de substituir o trabalho familiar, mas de complementá-lo, de continuar gerando renda e de permanecer na terra. A produção camponesa deve ser pensada, ainda, a partir do período de tempo do trabalho. Nas propriedades tradicionais, por exemplo, o trabalho é regulado conforme as estações do ano, as quais são chamadas de tempo das águas e tempo da seca¹⁷. Sendo que as atividades exercidas se diferenciam nesses períodos, que determinam quando e o que se deve plantar, portanto, quando será a colheita.

¹⁷ No Cerrado os camponeses dividem o ano nessas duas estações, sendo assim tem-se uma estação quente e chuvosa e outra fria e seca, às quais correspondem “as águas e a seca”.

A organização do trabalho que se dá na terra passa pela compreensão de que se faz necessário o desenvolvimento das forças produtivas e a inserção dos camponeses na produção de mercadorias e nos mercados, para garantir a sobrevivência (produção e reprodução) camponesa no campo com suas matrizes culturais. No trabalho camponês ocorre uma dinâmica produtiva peculiar que, pode não ter os mesmos parâmetros de produção e produtividade por tempo de serviço que os existentes nas empresas industriais e/ou comerciais.

Por exemplo, se a principal atividade produtiva é a pecuária leiteira, o trabalho pode ser feito em duas etapas ao longo do dia: de madrugada e de manhã faz-se a ordenha, cuida-se dos animais e eles podem ser soltos no pasto e só à tardezinha se volta a lidar com o gado, o que cria um intervalo, que pode e é usado para outras atividades. Quando a propriedade tem necessidade de mão de obra complementar constate, como é o caso da criação de gado leiteiro, ocorre a contratação de mão de obra fixa, mas é importante relatar que, em todos os casos encontrados, sempre era contratado apenas um trabalhador.

É exemplo desta situação a propriedade do Sr. José Tomate. Ele tem cerca de 115 cabeças de gado e produz cerca de 1500 litros de leite por dia. Para isso, planta cana-de-açúcar e milho para a alimentação do gado (silo), além de criar pequenos animais como porcos. Todas essas atividades necessitam de mão de obra e, então, ele se viu condicionado a contratar um trabalhador para manter a produção e sua respectiva renda, já que na propriedade vivem apenas sua esposa e ele, como se pode observar em seu depoimento:

[...] depois que meu filho morreu, a menina casou, eu fiquei sem ter ninguém para ajudar no trabalho. Aqui tem muito serviço e eu sozinho não dava conta, precisava de alguém para ajudar. Aí não teve jeito, tive que arrumá alguém pra ficá aqui comigo direto e eu pago um salário e nós fica junto aqui (Entrevistado, José Batista Sobrinho, 57 anos, 21/05/2015).

Em outros casos a contratação de mão de obra é temporária, apenas na época de acúmulo de trabalho, como no plantio e na colheita, ou para realizar trabalhos pontuais como bater pasto ou arrumar a cerca. Isso é explicitado no depoimento:

[...] depois que a renda caiu muito e que os mais novos foram vendo que o trabalho é duro, eles resolveram ir para a cidade estudar. Aí ficô aqui eu e a mulher. A gente precisava continuar trabalhando para manter nós, os meninos lá na cidade e a terra aqui. Então não teve escolha, quando o trabalho acumula, não tem jeito, tem que arrumá um pião pra ajudá. Só assim nós consegue continuá produzindo [...] (Entrevistado, Renato Silvério do Nascimento, 53 anos, 16/05/2015).

Na nova configuração do trabalho nas unidades camponesas há também a venda de

mão de obra por parte dos camponeses para complementar a renda. Na maioria das vezes, trabalham como diaristas para outros camponeses, como mostra o depoimento:

Aqui ninguém fica parado, moço. Quando a gente não consegue produzir porque não tem dinheiro pra plantá, ou porque ficamo sem água ou porque está esperando a terra fazê o trabalho dela de produzi o que nós plantô, a gente trabalha pros outros também. É bão porque assim a gente ganha um dinheirinho (Entrevistado, José Luzia, 52 anos, 21/05/2015).

Durante o trabalho de campo, outro tipo de trabalhador na terra aparece: o filho de camponês que mora na unidade camponesa e trabalha na terra, mas também trabalha em empresas ou comércio como assalariado no município. Esses sujeitos, difíceis de se enquadrar nos conceitos estabelecidos nos estudos do campesinato, também exercem trabalho na terra e, sendo assim, produzem renda camponesa sobre a terra de seus parentes, mas não fazem apenas isso, também trabalham como assalariado. Como se pode ver no relato:

[...] eu sempre morei e trabalhei com o meu pai na terra, mas a terra é pequena e não dá pra tirá uma renda boa pra sustentá duas famílias. Quando eu casei, precisei arrumar outro trabalho. Então eu fiquei na empresa. Com o trabalho lá, eu não deixei de trabalhar aqui na terra. Eu trabalho lá e, quando chego, vou pra roça e produzo hortaliça e vendo na feira (Entrevistado, Daniel de Jesus, 34 anos, 22/05/ 2015).

A venda da força de trabalho para complementar parte da renda familiar pode ser uma alternativa utilizada por um ou mais membros da família camponesa, sem, contudo, secundarizar o trabalho em sua própria unidade, o que impõe o reordenamento nas relações internas da família e uma dupla e/ou até tripla jornada de trabalho. Na forma de ser/viver do campesinato esse excesso de trabalho e sua desvalorização são resultados de uma história social marcada pela exclusão e pelo aprofundamento da desigualdade social.

Dessa forma, pode-se constatar que aqueles que permanecem na terra se estruturam e modificam suas relações para continuar produzindo. Essas formas de complementar a mão de obra é, entendida aqui, como desdobramentos da inserção do campo no processo de modernização capitalista, pois estudos mostram que, antes do processo de modernização da agricultura, o desequilíbrio na mão de obra familiar diante das atividades desenvolvidas nas propriedades era resolvido por trocas de dias de trabalho e/ou solidariedade entre os membros da comunidade, que doavam dias de trabalho.

A vida para o camponês começa com a terra. Sua luta pelo acesso e permanência na própria terra é seu objetivo maior e isso o tem levado a assumir uma postura sociopolítica.

Pelos objetivos possíveis esta luta se justifica (FISHER, *apud* FIRKOWSKI; SPOSITO, 2008), sendo motivadora de estratégias de longo prazo.

O movimento diferenciado do camponês na Comunidade Ribeirão relacionado à posse como garantia da fixação na terra, ocorre pelo princípio estratégico de flexibilidade: pela digna reprodução social, na luta pelos direitos a políticas públicas (acesso a crédito via Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) investimento e custeio; Reforma e Construção de Moradias via Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), a partir da inserção de algumas famílias no Movimento Camponês Popular (MCP).

A liberação dos recursos para o plantio ou investimentos nas propriedades, bem como para construção e reformas de casas, marca, assim, a mudança orquestrada por movimento a longo prazo. É a possibilidade de fortalecimento da fixação no campo, ou seja, sua permanência. No entanto, a Comunidade Ribeirão, exemplifica o paradoxo do espaço organizado que conta também com movimentos contraditórios. É o paradoxo da disputa territorial segmentada pelas disputas de classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É instigante reconhecer e compreender, na prática cotidiana, os imperativos da sociedade moderna/capitalista, as transformações sócioespaciais e as especificidades locais/regionais e, sobretudo, é instigante desvendar os conteúdos das relações que, contraditoriamente, apontam modos de ser e de viver diferentes dos modos hegemônicos do capitalismo, no caso, as relações tecidas pelos camponeses.

Os diferentes elementos que configuram a realidade constantemente se constroem e reconstroem em diferentes tempos e espaços geográficos, formando novos territórios e territorialidades, contribuindo para a permanência de territórios já constituídos, possibilitando a reterritorialização de sujeitos. Isso, para a Geografia e os geógrafos, constitui um importante desafio na compreensão da realidade complexa e contraditória na qual constantemente são modificados espaços, territórios, regiões, lugares, paisagens e os sujeitos que neles atuam.

A plena inserção do território goiano na lógica da modernização capitalista provoca mudanças no modo de ser e de viver camponês, mas continuam a existir. A predominância das relações capitalistas de produção no campo não significa, no entanto, a exclusividade delas. No campo, as *imagens territoriais* (RAFFESTIN, 1993) manifestam as diversas combinações de uso econômico do solo, aliadas às diferentes formas de reprodução social vinculadas à agricultura. Transitar por uma porção geográfica, como é o caso do município de Catalão (GO), é deparar-se com uma diversidade estimulante, cuja riqueza de detalhes sugere que a trama de relações não se esgota nos limites das propriedades individuais, nem no sentido econômico das atividades, mas se materializam em uma ordenação espacial derivada de lógicas opostas.

A Comunidade Ribeirão não é um território homogeneizado pelos camponeses. Há proprietários capitalistas – os ali chamados “pecuaristas” –, especuladores (proprietários que compram a terra para revendê-la por um preço maior ou transformá-la em loteamentos urbanos, essa especulação imobiliária é uma ameaça a territorialidade camponesa devido sua proximidade com a área urbana), chacareiros (que utilizam a terra só para lazer) e camponeses. Isso porque a própria formação do território evidencia a combinação de diferentes variáveis, unidas em um complexo e contraditório arranjo espacial.

Nesse sentido, há que ressaltar que os diferentes usos da terra se hibridizam na complexa teia da realidade da sociedade capitalista globalizada, por isso muitas vezes a terra que se extrai a renda da terra com o assalariamento também é terra de especulação e aquela que,

principalmente considerando-se o seu tamanho, seria terra de produção camponesa é terra de lazer.

Embora não seja possível descrever um arranjo espacial único, na Comunidade Ribeirão predominam as pequenas propriedades com moradias dispersas. As habitações estão usualmente situadas em áreas planas, nas proximidades dos cursos d'água, cercadas de árvores frutíferas e benfeitorias, como paiol e curral, mas não se pode falar em um padrão, pois na Comunidade há camponeses pobres, “remediados e até alguns ricos, do ponto de vista da poupança em dinheiro.

Portanto, as estratégias desenvolvidas pelos camponeses e seus núcleos familiares pressupõem o controle de fração do território, que fazem do espaço apropriado pelos camponeses uma fração camponesa do território. A existência de camponeses que experimentam na prática ações para promoverem a sua permanência na terra evidencia as diferentes formas de uso da terra. Não há fronteiras rígidas que segreguem uma forma da outra, mas frações do território em que imperam relações tipicamente capitalistas, lado a lado com aquelas sob o controle camponês.

Em outras palavras, o processo de reprodução camponesa não pressupõe contiguidade geográfica, mas um arranjo feito mosaico, em que ambas as formas de produzir no campo se combinam. Como são portadoras de lógicas distintas, o modo como ambas ordenam o espaço também é destoante, o que não demanda muito esforço para se averiguar quando se pretende identificá-las. E a ordenação territorial camponesa assegurada primeira e principalmente pela autonomia com as condições materiais e sociais de reprodução.

Numa Comunidade Camponesa, as instalações coletivas se agrupam e formam um núcleo, como o Centro Comunitário, a escola e a quadra de futebol, e as unidades de produção ficam dispersas, mas não tão longes umas das outras porque as áreas das propriedades são pequenas em sua maioria. Essa é a própria lógica de ordenamento do espaço e uso da terra que acabam por testemunhar sua presença. O próprio arranjo geográfico das propriedades camponesas é revelador das duas atividades essenciais aí realizadas: a produção econômica e a reprodução social.

Há também que se ressaltar, a partir da pesquisa que o controle sobre a terra é condição indispensável para assegurar a reprodução social dos camponeses. Nas suas unidades de produção é que os camponeses estabelecem, na maioria dos casos, relações não capitalistas e, dessa forma, não é o trabalho camponês que está sujeito aos capitalistas, e sim a renda da terra que está contida na produção camponesa. Como parte integrante do território capitalista,

as estratégias dos camponeses na Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão (GO) refletem certas permanências e também mudanças, que em momentos resistem a lógica modernizadora do capital, mas ora adere a elas. A singularidade camponesa está na autonomia de decidir o que e quando fazer. Os camponeses estabelecem as seguintes estratégias, identificadas na pesquisa: *sociabilidade, rentabilidade e territorialidade*. Estas revelam o grau de interdependência e articulação entre o sujeito e suas possibilidades.

Na Comunidade Ribeirão, predominantemente, como em muitas outras Comunidades Camponesas do Município de Catalão – GO, o camponês tem na pecuária a sua poupança para superar eventualidades. Se precisar de dinheiro de forma extraordinária, vende bezerros e garrotes. O camponês visa se manter na terra e se baseia no trabalho familiar. Da terra tira seu sustento e a renda monetária de que necessita. Investir no patrimônio familiar se constitui como fonte de conservação. Assim, organiza-se no tempo presente, no curto e no médio prazo.

Contudo, algo novo aparece ao se analisar os camponeses na Comunidade Ribeirão. O trabalho e os esforços da família camponesa são para a sua reprodução e seu sustento, mas isso não necessariamente significa que toda sua reprodução é para o autoconsumo e que só o excedente vai para a comercialização ou que eles produzem todos os bens agropecuários de que necessitam. Na contemporaneidade, os camponeses têm uma nova relação com o dinheiro e, na Comunidade estudada, em especial, a proximidade com a área urbana ressalta ainda mais esta lógica.

Com a família e com a Comunidade os camponeses exercem a sociabilidade, um componente estratégico, política e economicamente, acionado para garantir a terra, a segurança, e, sobretudo, a continuidade no campo. Na reprodução camponesa, os princípios das estratégias de rentabilidade e territorialidade perpassam a sociabilidade. Esses são instrumentos para a continuidade dos camponeses na Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão (GO), embora, paradoxalmente, também favoreçam, ali, a dinâmica do capital.

Na Comunidade Camponesa Ribeirão em Catalão (GO), as atividades capitalistas que a rodeiam e ameaçam sua reprodução, como a especulação imobiliária e as mineradoras, ainda não conseguiram descaracterizá-la como fração de território camponês, até porque a distribuição espacial por si só não torna as terras camponesas menos ou mais camponesas já que não se pode considerar nenhum território homogêneo. É indispensável compreender que o estabelecimento de relações sociais, principalmente, de trabalho é que fazem as pessoas do lugar serem ou não camponesas e formarem Comunidades.

As ações do Estado, por meio de suas políticas públicas introduzem mudanças nesses territórios, cada vez mais intensas. As políticas que chegaram à Comunidade Ribeirão, mesmo escassas e sustentadas por recursos mais do que limitados, oferecem caminhos padronizados de inserção à lógica da modernização e, não respeitam suas formas de vida e usos do território. Pesquisas futuras serão capazes de compreender esses elementos.

Mas ao afirmar que os camponeses não são mais os mesmos após o processo de modernização que o território goiano sofreu, não permite afirmar que as transformações sofridas foram suficientes para descaracterizar um território ou mesmo tornar esquecida sua história, pois na Comunidade Ribeirão permanece a essência identitária que vai se adaptando. Observa-se que a cartografia oficial, os mapas por si só, não dão conta de apresentar a história e a identidade da Comunidade, pois, os camponeses tem sua própria cartografia do lugar. E essa história é produzida e melhor contada pelos sujeitos da terra, camponeses ali moradores, que dão função social à terra junto com as suas famílias.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1990.
- ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Ver. Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n 21, p. 25-39, jul./dez. 2003.
- ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Ver. Boletim Paulista de Geografia**, Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, n. 84, jul. 2006.
- ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (ORG.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção – a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.
- _____. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2013.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 4ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARRAIS, Tadeu A. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano**. Goiânia: Editora Vieira, 2007a.
- ASFrago. **História do crédito rural na agricultura familiar**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.asfrago.org.br>. Acesso em 12 de junho de 2012.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.
- BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n 1, p. 11-27, jan/ jun. 2007.
- BUBER, M. **Sobre comunidade: Seleção e tradução de M. Dascal; O. Zimmermann**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CALABI, D. & INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. **Revista Orientação**, Departamento de Geografia da FFLCH, USP, São Paulo, (texto original de 1973).
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 3ed. São Paulo: Duas cidades, 1979.

CARLOS, Ana Fani. (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea – Milton Santos: obra revisada**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 29-36.

_____. A geografia brasileira hoje: algumas reflexões. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo, ano 18, vol 1, p. 161-178, jan-jun, 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, PR, 2012. Disponível no site: <http://www.mcpbrasil.org.br>. Acesso em 21 abr. 2012.

_____. **O campesinato do século XXI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **De produtor rural familiar a camponês: a cartasse necessária**. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 25 de junho de 2012.

_____. **Na sombra da imaginação: o camponês e a superação de um destino**. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/agricultura-camponesa>. Acesso em 22 de junho de 2012.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2ed. Goiânia: Editora UFG, 2001.

CHAYANOV, Alexandre V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não capitalistas. In: **A questão agrária**, org. SILVA, José Graziano da. STALCK, Verena. S. Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução Rosa María Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/UFS, Aracaju, 1991.

COSTA E SILVA, A. DA. **A enxada e a lança**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

DURHAM, E. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ESTEVAM, Luiz. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

FABRINI, João Edmilson. A Contradição Como Parâmetro de Compreensão da Existência Camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, n. 2, jul-dez, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 212-239.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FIRKOWSKI, O. L. C.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Indústria, ordenamento do território e transporte**: a contribuição de André Fischer. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 362 p.

GUIMARÃES, Roberli Ribeiro. **As estratégias de resistência camponesa**: o Movimento Camponês Popular na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO). 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARNEKER, Marta. **Estratégia e tática**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo, editora Loyola, 2012.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola, 2008.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **A ideia de Brasil moderno**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>. Acesso em 2015.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**: o PRODECER. 271f. (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ed. São Paulo: Proposta, 1980.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Estado e a revolução.** O que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na Revolução. [trad. Revista por Aristides Lobo] – 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. 8 ed. São Paulo: EDUC, 2005.

LUXENBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **A produção capitalista de relações não capitalistas,** In: O Cativo da Terra, São Paulo: 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil** – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

_____. **O cativo da terra.** 4ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Expropriação & Violência** – A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O poder do atraso.** Ensaios de sociologia da história lenta. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A sociabilidade do homem simples:** São Paulo: Hucitec, 2003

_____. **A sociedade vista do abismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e território em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA.** Presidente Prudente, ano 11, n 12, p. 57-67, jan-jun, 2008b.

MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política.** Livro 1, volume I. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATOS, Patrícia Francisco de. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano.** 357 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais no município de Catalão. 294f. (Doutorado). Programa de Pós-graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, 2005.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão-GO.** 1998. 233f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. **Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohídronegócio e as (Re)Existências dos Povos Cerradeiros.** Terra Livre, São Paulo/SP, Ano 26, V.1, n. 34, JanJun/2010. p. 189202

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica de. O agro-hídronegócio no Cerrado Goiano: a construção das (re)existências. **Anais do I Encontro Latino Americano Ciências Sociais e Represas, II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens.** Salvador: EDUFBA, 2007. V.1 CD-ROOM. P. 103-132.

MESQUITA, Helena Angélica de. **A modernização da agricultura: um caso em Catalão – Goiás.** 1993, 180f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Goiânia, 1993.

_____. **Corumbiara: o massacre dos camponeses.** 2001. 290f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

MOREIRA, E. de R. F. ET AL. Espaço agrário, condições de vida, trabalho e saúde. In VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET, 1999.

MOREIRA, Rui. **O que é geografia.** 4ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Pensar e ser em geografia.** São Paulo: Contexto, 2007.

MOURA, M. M. **Camponeses.** 2ed. São Paulo: Ática, 1986.

MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR (MCP). Disponível em: <<http://www.mcpbrasil.org.br/>>

NASCIMENTO, Aline Cristina. & MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Campesinato: uma existência contraditória no modo capitalista de produção.** Anais Cemarx, Campinas, SP, 2012.

NASCIMENTO, Aline Cristina. **E cadê o campesinato que estava aqui?** a transformação do território no Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do Facão. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12, 1994, Águas de São Pedro. **Mesas Redondas**: Rio Claro: IGCE, 1994.

_____. O campo brasileiro no Final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur, edições, 2007.

_____. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos**. Disponível em: [HTTP://egal2009.Easyplanners.info/area06/6194 Oliveira Ariovaldo Umbelino.doc](http://egal2009.Easyplanners.info/area06/6194_Oliveira_Ariovaldo_Umbelino.doc). Acesso em 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.; MARQUES, Marta Inês Medeiros. (orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria A. de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. 6 ed. Goiânia: UCG, 1994.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. Alimentos e Mercados: Uma Questão Geopolítica e de Classes. In **Revista Formação**, n 14, vol. 1, p. 167-185, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG**. 1988. 237 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da Unidade Econômica Camponesa: Alguns Aspectos do Pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n 7, jul/dez, 2015. Disponível em: <<http://www.4fct.unesp.br/nera>> Acesso em: 12 de julho de 2016.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRIMAVESI, A. M. **Agroecologia: práticas e saberes**. CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO I SIMPÓSIO SOBRE AGROECOLOGIA DO SUDESTE GOIANO, realizado em abril de 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Gisele Silva. **O sentido político de comunidade: relações de poder e disputas territoriais em Comunidades camponesas de Catalão (GO)**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo – razão e emoção**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O espaço do cidadão**. 6ed. São Paulo: Nobel, 2007.

_____. **Espaço e método**. 4ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap, Petrópolis, n 26, p. 43-79, 1980.

SHANIM, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, S. M. R. **Discursos em confronto no/do território da luta pela terra no pontal do Paranapanema: MST e imprensa**. 2005. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005. Corrigir pg 113

STÉDILE, João Pedro. (ORG.). **A questão agrária no Brasil**. O Debate tradicional: 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEINBERGER, M (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEPLAN). Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp>. Acesso em: agosto de 2015.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Se Camponês, Se Operário! Limites e Desafio para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: **Geografia e trabalho no Século XXI**, vol. 2. Presidente Prudente, 2004.

_____. **As correntes teóricas na geografia agrária brasileira**. Presidente Prudente, SP, 2009.

THOMPSON, P. **Miséria de teoria**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THRIFT, N. **The place of complexity**. In: **Theory culture & society**. Explorations in Critical Social Science. Vol. 16, number 3, June 1999, Sage Publications, London, Thousand Oaks and New Delhi.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VENÂNCIO, Marcelo.; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSOA, V. L. S. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UNB, 1997.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro de entrevista com os camponeses da Comunidade Ribeirão em Catalão/GO

1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO	
1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2015	Nº da entrevista:
1.2 Nome do entrevistador:	
1.3 Local da entrevista:	

2 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	
2.1 Nome do entrevistado/apelido:	
2.2 Idade: anos.	Sexo: () M () F Estado civil:
2.3 Grau de instrução:	
() ensino fundamental () ensino médio () ensino superior completo () ensino superior incompleto () analfabeto	
2.3.1 Frequenta a escola? () sim () não	
2.3.2 Se sim, em qual escola?.....	

3 PERFIL DO CAMPONÊS E SUA FAMÍLIA	
3.1.Município de origem: - Estado:.....	
3.2. Seus pais eram ou são agricultores? () sim () não .	
3.2.1. O Sr.(a) têm irmãos? () sim () não. Quantos?..... Quantos deles são agricultores?	
3.3. Antes de residir neste Município/região, o Sr. já morou em outro local? (..) Sim. () Não.	
Se sim, Qual(is) município(s):	
3.3.1 Porque se mudou para este local/região?.....	

4 SITUAÇÃO OCUPACIONAL	
4.1 Ocupação:	
() trabalhador rural () diarista () empregada doméstica () dona de casa () lavrador	
() agricultor () camponês () outro.	
Especificar:.....	

4.1.2 Ocupação anterior?..... Por quanto tempo?.....

4.2 Renda média mensal em salários mínimos: salário (s)

4.2.1 A renda da terra é suficiente para permanecer na terra: () sim () não

4.2.2 Quantas pessoas trabalham na propriedade? pessoas. Quantas pessoas moram na casa?

4.2.3 Alguém trabalha em outra propriedade? Por quê?
..... Em que época?..... E em quais atividades?
.....

4.2.4 Algum membro trabalha fora da terra? Por quê?.....
Qual atividade?

4.3 Desempenha alguma atividade não agrícola dentro da propriedade? () S () N Qual?

4.4 Contrata algum trabalhador para ajudar na produção de sua terra? () S () N Quantos ?.....
de onde provém? () Permanente () Temporário. Para que Atividade?

Em que época?

4.5 Possui outro tipo de renda? () sim () não - Qual?.....

Fonte de renda principal	
Fonte de renda secundária	

5 ORGANIZAÇÃO COLETIVA

5.1 Pertence a associação/movimento: () Sim () não. Qual?.....

5.2 Pertence a cooperativa: () Sim () não. Qual?

5.3 É filiado a algum Sindicato: () Sim () não. Qual?

5.4 () Outros. Qual?..... () NDA

6 Propriedade, uso da terra, estrutura agrária

6.1 Sua família é a proprietária da terra em que trabalha? () S () N

6.2 Área total da propriedade: Alqueires, Hectares

6.3 Como foi adquirida a propriedade? () Compra () Herança () R. Agrária () C. Fund. Outra
.....

6.4 A terra é suficiente para manter a família? () sim () não

6.5 Desenvolve algum tipo de parceria? () Arrendamento () Parceria () Meeiro () Posse () Assalariamento
() Outra.....

7 BENS DE CONSUMO, COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

7.1 Bens de consumo

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupa/tanquinho | <input type="checkbox"/> Freezer | <input type="checkbox"/> Computador |
| <input type="checkbox"/> Televisão com antena comum | <input type="checkbox"/> Telefone | <input type="checkbox"/> Impressora |
| <input type="checkbox"/> Televisão com antena parabólica | <input type="checkbox"/> Forno elétrico | <input type="checkbox"/> Internet |
| <input type="checkbox"/> antena por satélite/TV a cabo | <input type="checkbox"/> Fogão a gás | <input type="checkbox"/> Ar condicionado |
| <input type="checkbox"/> DVD | <input type="checkbox"/> Fogão a lenha | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Rádio | <input type="checkbox"/> Batedeira | Outros..... |
| <input type="checkbox"/> Geladeira | <input type="checkbox"/> Liquidificador | |

7.2 Meios de comunicação

- rádio televisão internet jornais revista especializadas outros:

.....

7.2.1 Quais são os mais utilizados?

.....

7.3 Meios de transporte

- carro próprio motocicleta transporte escolar carro alugado (táxi) a pé
 carro da fazenda linha de ônibus carroça carona outros:

10 ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, CULTIVOS DESENVOLVIDOS, UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

10.1 Quais são as atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade? (Área cultivada, quantidade produzida, quantidade de cabeças).

Atividade agropecuária	Área cultivada (ha./alq.)	Quantidade produzida (ton./sac./lit.)	Gado de corte (n° de cabeças)	Gado leiteiro (n° de cabeças)	Suínos (n° de cabeças)	Aves (n° de cabeças)

Total da área utilizada para pastagem?.....ha, alqueires.

Total da área utilizada para cultivo?ha, alqueires.

Total da área utilizada para quintal?ha, alqueires.

Total da área utilizada como reserva?ha, alqueires.

Atividades complementares	Quantidade produzida	Consumo/quantos?	Venda/quantos?	Renda mensal
Queijo				
Doce				
Quitandas				
Artesanato				

10.2 Forma de escoamento da produção:

caminhão próprio caminhão fretado caminhão da cooperativa caminhão da associação trator próprio

carroça carro outro. Qual?.....

10.3 Meios de produção. Quantidade.

trator aparelho de irrigação Arado mecânico Arado animal Plantadeira Pulverizador

distribuidor de calcário ordenhadeira resfriador tanque de expansão semeadeira

outros. Quais?

10.4 Recebe assistência técnica:

particular casa da agricultura/emater Associação cooperativa não recebe outros.

Quais?.....

10.5 Utiliza insumos: sim não

10.5.1 Acha possível cultivar sem insumos: () sim () não

10.5.2 Prática agricultura orgânica: () sim () não.

Agroecológica: () sim () não

11 MEIOS DE PRODUÇÃO DISPONÍVEIS E NÍVEL DE CAPITALIZAÇÃO.

Máquinas/Implementos	Número	Máquinas/Implementos	Número
Trator		Pulverizador de tração mecânica	
Arado mecânico/grade		Ordeneira mecânica	
Arado de tração animal		Distribuidor de Calcário	
Plantadeira p/ plantio direto		Tanque de expansão	
Micro-trator		Roçadeira	
Colheitadeira		Ensiladeira	
Plantadeira convencional		Outros. Quais?	
Irrigação			

Se tiver irrigação qual o tipo? () Aspersão () Gotejamento () Outro tipo. Qual?.....
Área irrigada:.....Alqueires.....hectares.

12 Acesso as políticas de apoio a agricultura familiar

12.1 Você recebe alguma assistência do Estado? () Sim () Não () Aposentadoria () Bolsa Família () pensão () Outro. Qual?

12.1.2 O Sr(a).já utilizou financiamento do PRONAF? () Sim, utilizo anualmente, () Sim, já utilizei, mas não faço uso atualmente, () Não utilizei, mas tive/tenho interesse em utilizar, () Não utilizei e nunca tive interesse em utilizar,

() Não conheço o PRONAF.

12.1.3 Além do financiamento do PRONAF, o Sr(a). utiliza, ou utilizou recentemente outro tipo de financiamento agropecuário?() Sim, () Não. Se sim. Qual?..... Por meio de qual instituição financeira?.....Qual o valor?.....

12.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

12.2.1 O Sr.(a) conhece o PAA? () Sim, () Não.

12.2.2 Entrega alimentos para o PAA? () sim () não. Se sim, por qual entidade?

12.2.3 Se não, têm ou teve interesse em entregar alimentos ao PAA?() Sim, () Não.

12.2.3 Se sim, por que não aderiu ao PAA? Ou o que o impediu de participar do programa? () Não possui DAP, () Volume pequeno de recursos obtido na venda de produtos ao programa, () Outros. Quais?.....

12.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

12.3.1 O Sr.(a) conhece o PNAE? () Sim, () Não.

12.3.2 Entrega alimentos ao PNAE? () sim () não. Se sim, por qual entidade?
.....

12.3.3 Se não, têm ou teve interesse em entregar alimentos ao PNAE?() Sim, () Não.

12.3.4 Se sim, por que não aderiu ao PNAE? Ou o que o impediu de participar do programa? () Não possui DAP,

() Volume pequeno de recursos obtido na venda de produtos ao programa, () Outros.
Quais?.....

12.4 Já utilizou outro tipo de financiamento/crédito ou programa do governo,

Qual?.....



Título da pesquisa: LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)

Mestrando: Marcelo do Nascimento Rosa

Orientador: Profº. Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarini

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CAMPONESES DA COMUNIDADE
RIBEIRÃO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO/GO**

1. Informações sobre o Camponês:

- Como você chegou aqui?
- Quem trabalha na propriedade e qual a função de cada membro da família?
- O que vocês produzem?
- O que vocês comercializam e o que vocês produzem apenas para o consumo?

2. Fale sobre seu cotidiano na terra de trabalho:

- Qual é sua jornada de trabalho?
- Como você classifica o trabalho no campo?
- Você tem momentos de lazer? Quais e que horário?

3. Fale sobre a comunidade:

- Como surgiu a comunidade?
- Como eram as relações de trabalho antigamente e como é hoje?
- Você acha que a comunidade está acabando ou não? Por quê?

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)”**. Meu nome é **Marcelo do Nascimento Rosa**, sou mestrando e pesquisador(a) responsável e minha área de atuação é **Geografia**, sob a matrícula **20140661**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas, se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail (marcelo.geoufg@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (64) 9931-9193/(64) 3441-2468. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, no telefone (62)3521-1215.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa é intitulada: **“LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)”** tem como objetivo compreender as estratégias de reprodução camponesa frente à territorialização do capital tendo a comunidade Ribeirão no município de Catalão/Goiás como recorte espacial de estudo. A pesquisa tem como caminho metodológico a Revisão Bibliográfica sobre a temática e o Trabalho de Campo. No Trabalho de Campo será realizado visitas e entrevistas (utilizando questionário semi-estruturado) com tempo médio de 30 minutos em cada propriedade camponesa, nas quais à família aceitar a fazer parte da pesquisa. Nestas visitas serão coletados dados e informações quantitativos e qualitativos (via questionário semi-estruturado) que posteriormente serão transcritos e/ou tabulados em gráficos e tabelas que possibilitará compreender e ilustrar como as famílias camponesas moradoras da Comunidade Ribeirão no

município de Catalão/GO permanecem por décadas na terra de trabalho. Para garantir voz às famílias camponesas participantes e fidelidade do pesquisador com as informações e dados cedidos nas entrevistas, também será utilizado História Oral, pois as questões apresentadas no questionário possibilitam que as famílias descrevam o cotidiano de seu trabalho, bem como, as diversas relações desenvolvidas na Comunidade. As entrevistas serão gravadas (cópia) e posteriormente serão transcritas para alcançar o intento informado acima. Durante as visitas nas propriedades das famílias camponesas convidadas a participar da pesquisa também poderá ser realizado registro fotográfico para ilustrar com imagens as informações e dados cedidos. As informações, dados e imagens coletadas serão de extrema importância para compreensão da lógica de *ser e de viver* camponês, sendo imprescindível para a elaboração final da dissertação. Após a entrega final da dissertação todo material coletado ficará a disposição do pesquisador para novas pesquisas e/ou tese de doutorado.

Ao receber a visita e dialogar a partir do questionário semi-estruturado a família terá que despende cerca de trinta minutos ao pesquisador e isso poderá alterar o trabalho cotidiano na propriedade, trazendo certo desconforto. Certos de contar com a sensibilidade do pesquisado informamos que esta pesquisa não apresenta qualquer tipo de risco, pois a mesma buscará apreender a lógica de funcionamento do conjunto dos camponeses na comunidade Ribeirão. A pesquisa ora citada tem o caráter voluntário, desta forma, não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira, também não haverá nenhum custo ou gastos com despesas pela cooperação e participação na pesquisa.

É importante salientar que a pesquisa poderá divulgar ou não o nome do participante quando for de interesse da mesma e quando não houver objeção, juntamente com informações que forem de extrema importância para pesquisa. Nesses casos, será tomado o cuidado para não expor sua privacidade. Contudo, o participante tem a liberdade de recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa. Acredita-se que essa pesquisa beneficiará todas as famílias da Comunidade Ribeirão, pois trará a toda sociedade, a academia e, principalmente ao poder público, a realidade vivida pelas famílias e suas dificuldades em permanecer na terra de trabalho.

1.2 Consentimento do Uso da Imagem e Identificação dos Resultados:

Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF/ n.º, abaixo assinado, autorizo o uso das imagens para ser usadas na pesquisa com objetivo de ajudar a melhor compreender a realidade vivida

pelos camponeses, assim como, se preciso divulgar o nome em casos importantes e específicos que possibilite dar mais confiabilidade nos fatos relatados na pesquisa. Sendo assim, ciente da pesquisa ora realizada autorizo também a identificação dos resultados da mesma. Declaro, portanto, que concordo com as informações citadas acima;

Catalão, / / .

Participante

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica



1.3 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF/ n.º, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)”**. Informo ter mais de

18 anos de idade, e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pelo pesquisador(a) responsável **MARCELO DO NASCIMENTO ROSA**, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis desconfortos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer

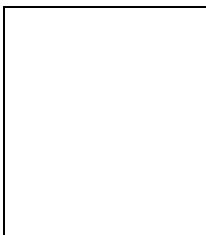
momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Catalão, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica





TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que cumprirei os requisitos da *Resolução CNS n.º 466/12*, e suas complementares, como pesquisador(a) responsável e/ou pesquisador participante do projeto intitulado “**LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA:** as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)”. Comprometo-me a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referido e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Data: ____/____/____

<i>Nome do(a) Pesquisador(a)</i>	<i>Assinatura</i>
1.	
2.	